

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
CURSO DE MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

**FABIANA DOS SANTOS FIRMINO**

**DINÂMICA DO TURISMO  
NA ZONA COSTEIRA  
NORDESTINA:**

**QUESTÕES CONFLITANTES DO  
DESENVOLVIMENTO  
TURÍSTICO DA PRAIA DOS  
CARNEIROS (TAMANDARÉ/PE)**



Recife

2006

**FABIANA DOS SANTOS FIRMINO**

**DINÂMICA DO TURISMO NA ZONA COSTEIRA NORDESTINA:  
QUESTÕES CONFLITANTES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA PRAIA DOS  
CARNEIROS (TAMANDARÉ/PE)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do Grau de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanice Santiago Fragoso Selva

Recife

2006

**F525d Firmino, Fabiana dos Santos**

**Dinâmica do turismo na Zona Costeira nordestina: questões conflitantes do desenvolvimento turístico da Praia dos Carneiros – Tamandaré/PE. – Recife: O Autor, 2006.  
201 folhas: il., fig., graf., quadros.**

**Orientador: Vanice Santiago Fragoso Selva**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Gestão e Políticas Ambientais. Recife, 2006.**

**Inclui bibliografia e apêndices.**

**1. Desenvolvimento turístico. 2. Zona Costeira 3. Gestão e Políticas Ambientais 4. Questões conflitantes 5. Tamandaré – Praia dos Carneiros – Litoral Sul de Pernambuco. I. Título.**

**910.2  
910**

**CDU (2.ed.)  
CDD (22.ed.)**

**UFPE  
BCFCH2006/26**

**FABIANA DOS SANTOS FIRMINO**

**DINÂMICA DO TURISMO NA ZONA COSTEIRA NORDESTINA:  
QUESTÕES CONFLITANTES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA PRAIA DOS  
CARNEIROS (TAMANDARÉ/PE)**

Dissertação submetida à Universidade  
Federal de Pernambuco para obtenção do  
grau de Mestre em Gestão e Políticas  
Ambientais.

Aprovada em 25 de Agosto 2006

*Vanice Selva*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanice Santiago Fragoso Selva. MGPA-UFPE. (Orientadora)

*Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano. UECE. (Examinadora)

*Maria José de Araújo Lima*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria José de Araújo Lima. FUNDAJ. (Examinadora)

*Nilson Cortez Crocia de Barros*

---

Prof. Dr. Nilson Cortez Crocia de Barros. PPGG. (Examinador)

A *Deus* pela dádiva da vida, pela família e pelos amigos; aos meus amados pais, *Valdir Fentes Firmino e Leni dos Santos Firmino*, e a minha querida e amada irmã, *Elany dos Santos Firmino* pelo amor incondicional, ensinamentos, carinho, atenção, apoio, incentivo e paciência em minha caminhada; e a minha professora, orientadora e amiga *Vanice Santiago Fragoso Selva* pelo exemplo de pessoa e profissional.

## AGRADECIMENTOS

A *Deus*, por orientar, iluminar e proteger minha vida, renovar minhas forças ao alvorecer de cada dia, dar-me sabedoria e discernimento e preencher meu coração de amor, paz e alegria para perseguir meus sonhos sem jamais desistir.

Aos meus pais, *Valdir Fentes Firmino* e *Leni dos Santos Firmino*, e a minha irmã, *Elany dos Santos Firmino*, por vivenciarem comigo cada etapa, sempre ansiosos por me verem feliz e realizada naquilo que escolhi fazer, por existirem, serem minhas maiores referências e darem um sentido especial a minha vida.

À *Vanice Santiago Fragoso Selva*, pela amizade, orientação, ensinamentos e paz transmitidos ao longo de uma jornada.

Aos professores do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, por somarem à minha caminhada.

À amiga *Clarisse Fraga*, pelas experiências e conhecimentos compartilhados e companhia nas pesquisas de campo para obtenção de dados acerca de nossa área de estudo.

À *Vanessa Lira*, pela amizade, conhecimentos compartilhados e tempo dedicado à orientação da parte cartográfica deste trabalho.

A *Clecio* e *Fernando*, pela atenção, colaboração e orientação no trabalho com as bases cartográficas.

Ao amigo *Bruno Silvestre* pela dedicação e ajuda com a elaboração do *abstract*.

Aos amigos conquistados na trajetória do mestrado, *Ana Lúcia Gonçalves de França*, *Andréa Lima*, *Carmen Lucia Borba Cavalcanti*, *Carolina de Albuquerque Melo*, *Cícero*

*Roberto Suliano Monteiro, Ilka Maria Portela Ferreira da Silva, Natalício de Melo Rodrigues, Maria de Jesus Ferreira César de Albuquerque*, pela amizade e experiências de vida.

A minha amiga *Ana Lúcia Gonçalves de França*, por todo carinho, apoio, incentivo, paciência, conhecimentos, experiências e tempo compartilhados, reflexões ao longo desta jornada, a qual temos a clareza e sabemos o significado de não ser a primeira nem a última de uma vida.

À *Iara Sommer* (CPRH), *Deborah Estima* (Instituto Recifes Costeiros), *Nadir* (COMDEMA), *Edson Coimbra* (AHPREST), *Leonardo Almeida* (Prefeitura de Tamandaré), *Joba e Lula* (ADESC), demais representações sociais, proprietários de meios de hospedagem e moradores do município de Tamandaré, pela relevante contribuição com informações acerca da área de estudo.

Aos demais amigos, professores e familiares, pela contribuição, direta ou indireta, para realização de mais uma etapa de vida através de suas palavras e gestos de incentivo e carinho nos instantes em que mais precisei.

A todos os amigos, por serem seres singulares, únicos e insubstituíveis, por tornarem a minha essência e existência mais rica com um pouco da essência de cada um; são pessoas especiais que me acompanharam pelas trilhas da vida, ou simplesmente me encontraram num ponto do caminho, e que, próximas ou distantes, permanecerão sempre comigo. Sou-lhes eternamente grata por me estimularem e acreditaram em mim, mostrando-me que a vida é um eterno aprendizado e que nunca se está só.

*A vida se renova na esperança  
de um dia novo. Fulgem aí estrelas  
lá onde a mão do homem não alcança  
mas é mais doce, aqui na terra, vê-las.*

*Carlos Drummond de Andrade*

## RESUMO

A presente dissertação busca analisar questões conflitantes da apropriação da zona costeira pelo turismo na praia dos Carneiros e verificar os desafios para o desenvolvimento sustentável do turismo nesse espaço litorâneo em face da coexistência de políticas ambientais e de turismo no município de Tamandaré, situado na Zona da Mata Sul (Litoral Sul) do estado de Pernambuco, região Nordeste do Brasil. A praia dos Carneiros foi definida como recorte espacial do estudo em tela por figurar como uma das praias mais bem conservadas da costa pernambucana, inserida em projetos de conservação ambiental tais como a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe e APA Costa dos Corais. O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro da APA de Guadalupe e o Plano Diretor do município de Tamandaré definiram a referida praia como Zona Hoteleira, cujos usos e ocupações estabelecidos na lei de uso e ocupação do solo de Tamandaré deverão ser orientados pelos princípios do desenvolvimento sustentável. A fim de alcançar o objetivo proposto, realizou-se um estudo exploratório com abordagem crítica e qualitativa, que possibilitou maior compreensão das questões dialéticas e conflitantes oriundas do assentamento da função turística sobre a zona costeira do Nordeste brasileiro, particularmente no tocante à produção e ao consumo do espaço pelo turismo na praia dos Carneiros, situada no município de Tamandaré, frente à coexistência de políticas ambientais e de turismo. Incluem-se dentre as técnicas empregadas: levantamento bibliográfico, iconográfico e documental; entrevistas semi-estruturadas; registro fotográfico e participação em reuniões do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) em Tamandaré. O estudo verificou que a praia dos Carneiros, anunciada pela mídia como a próxima fronteira turística do litoral sul pernambucano, vem sofrendo pressões dos poderes público e privado para se desenvolver turisticamente. A coexistência de políticas ambientais e de turismo no município de Tamandaré deveria traduzir um cenário favorável ao desenvolvimento sustentável do turismo, entretanto são muitos os desafios a serem enfrentados para equacionar as questões conflitantes provenientes dos diferentes interesses políticos e econômicos no processo de apropriação da praia dos Carneiros pela atividade turística. Há carência de um planejamento efetivo que indique a orientação do desenvolvimento turístico na referida praia, a partir da definição do tipo de turismo a ser desenvolvido; das reais possibilidades de envolvimento da comunidade; da capacidade de suporte turístico-recreativa, entre outros elementos. Apesar da realização de diagnósticos ambientais que desenham cenários presente e futuro, com definição de problemas e possíveis soluções em curto, médio e longo prazos voltadas ao desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas, planos, programas e projetos existentes no município, verifica-se que os referidos estudos se tornam ações isoladas em virtude da falta de articulação dos atores sociais envolvidos, levando à estagnação de estratégias e ações prioritárias capazes contribuir com a prática do turismo pautada nos princípios da sustentabilidade. Identificou-se, a partir do estudo em tela, a premente necessidade de planejamento e gestão integrados e participativos que considerem as possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável do turismo na praia dos Carneiros.

**Palavras-chave:** Praia dos Carneiros. Turismo. Zona costeira. Questões conflitantes. Políticas ambientais.

## ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyze conflicting matters of the appropriation of the coastal zone by the tourism along the Carneiros beach and to verify challenges to the sustainable development of the tourism on the mentioned beach due to the coexistence of environmental and tourist policies in the city of Tamandaré, located in the South Woods Zone (South Coast) in the state of Pernambuco, Brazilian northeast area. The Carneiros beach was defined as a spatial sample of the present study to figure as one of the beaches much more protected along Pernambuco coast, inside environmental protection projects such as: Environmental Protection Area (EPA) from Guadalupe and EPA Costa dos Corais. The Ecological-Economical Coastal Zoning of EPA from Guadalupe and the Director Plan of the city of Tamandaré have defined the mentioned beach as Hotel Zone, which its established uses and occupation in the law of usage and occupation of Tamandaré ground must be guided by the principles of the sustainable development. Aiming the objective suggested, it was carried out an exploratory study focused on critic and qualitative approaches, which made it possible a deeper comprehension in dialectical and conflicting matters from the laying of the tourist function over the coastal zone of the Brazilian northeast area, particularly at the point of production and consumption of the space by the tourism along the Carneiros beach, located in the city of Tamandaré, before the coexistence of the tourist and environmental policies. Including among the techniques used: bibliographical research; iconographical and documentary one as well; semi-structured interviews; photographic registration and participation in meetings of the Environmental Defense City Council (COMDEMA) in Tamandaré. The study verified that the Carneiros beach, promoted by the media like the next tourist border of the pernambucano South Coast, which has been under pressure by the private and public powers to be developed in terms of tourism. The coexistence of environmental and tourist policies in the city of Tamandaré should mean a favorable scenario to the sustainable development of the tourism, however, there are many challenges to be faced to equate the conflicting matters come from the different economical and political interests in the process of appropriation of the Carneiros beach by the tourist activity. There is a necessity of an effective planning which indicates the orientation of the tourist development on the mentioned beach, from the definition of the kind of tourism to be developed; from the real possibilities of the commitment of the community; from the capacity of leisure-tourist support, among other elements. Even the achievement of the environmental diagnoses which draw present and future scenarios, with definition of problems and possible solutions in short, medium, and long time related to the sustainable development in terms of policies, plans, programmers, and projects in the city, it was verified that the mentioned studies which became isolated actions due to the lack of articulation of the social actors involved, conducting to the stagnation of strategies and prior actions enable to contribute to the practice of tourism based on the principles of sustenance. It has been identified from the present study, the urgent necessity of planning and management integrated and also participative, which consider the possibilities and the limits to the sustainable development of the tourism along the Carneiros beach.

**Key-words:** The Carneiros beach. Tourism. Coastal zone. Conflicting matters. Environmental policies.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1 SOCIEDADE, QUESTÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GLOBALIZAÇÃO E TURISMO .....</b>	<b>27</b>
<b>1.1 Questão ambiental e desenvolvimento sustentável.....</b>	<b>29</b>
<b>1.2 Mudanças globais e suas repercussões para o turismo .....</b>	<b>38</b>
<b>1.3 Turismo e sustentabilidade: limites e possibilidades.....</b>	<b>46</b>
<b>1.4 Base de orientação ao planejamento turístico responsável.....</b>	<b>57</b>
<b>2 DINÂMICA DO TURISMO NA ZONA COSTEIRA: UM OLHAR SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO .....</b>	<b>63</b>
<b>2.1 Considerações sobre as zonas costeiras .....</b>	<b>64</b>
<b>2.2 O processo de ocupação dos espaços litorâneos pelo turismo: pressões e conflitos de uso.....</b>	<b>70</b>
<b>2.3 Turismo na região Nordeste: cenário político-econômico.....</b>	<b>76</b>
<b>2.4 Problemas e conflitos do desenvolvimento turístico de destino costeiros .....</b>	<b>79</b>
<b>3 TURISMO NO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ (PE).....</b>	<b>84</b>
<b>3.1 Localização e acessibilidade .....</b>	<b>85</b>
<b>3.2 Aspectos históricos, ocupação e consumo do espaço no município de Tamandaré (PE) .....</b>	<b>87</b>
3.2.1 Aspectos sócio-econômicos .....	91
3.2.2 A difusão espaço-temporal do turismo .....	98
<b>3.3 Potencialidades turísticas .....</b>	<b>107</b>
3.3.1 Aspectos físicos e patrimônio natural .....	108
3.3.2 Patrimônio cultural.....	117
3.3.3 Possibilidades de um turismo responsável frente ao potencial turístico. ....	121
<b>4 COEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E DE TURISMO: QUESTÕES CONFLITANTES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO NA PRAIA DOS CARNEIROS, TAMANDARÉ (PE) .....</b>	<b>126</b>

<b>4.1</b>	<b>Questões conflitantes do desenvolvimento do turismo na praia dos Carneiros .....</b>	<b>127</b>
<b>4.2</b>	<b>Conflitos entre as políticas ambientais e de turismo e desafios para a prática do turismo sustentável na praia dos Carneiros.....</b>	<b>140</b>
4.2.1	A Área de Proteção Ambiental de Guadalupe.....	142
4.2.2	A Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais .....	150
4.2.3	O Plano Diretor de Tamandaré .....	154
4.2.4	A Lei do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo .....	160
4.2.5	O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) .....	162
4.2.6	O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I e II) .....	166
4.2.7	O Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Tamandaré ....	173
4.2.8	O Plano de Intervenção na Orla (PIO) de Tamandaré: uma proposta de gestão integrada da zona costeira (GIZC).....	174
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>185</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>196</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa de Localização e acessibilidade do município de Tamandaré (PE).....	86
<b>Figura 2:</b> Padrão de ocupação da praia de Tamandaré .....	90
<b>Figura 3:</b> Padrão de ocupação da praia de Campas .....	90
<b>Figura 4:</b> IDH da Região de Desenvolvimento da Mata Sul (RD-10).....	94
<b>Figura 5:</b> Privê na praia de Campas.....	102
<b>Figura 6:</b> Privê na praia de Campas.....	102
<b>Figura 7:</b> Intensa atividade imobiliária .....	102
<b>Figura 8:</b> Praia de Tamandaré (Sede) .....	103
<b>Figura 9:</b> Praia de Campas .....	103
<b>Figura 10:</b> Praia da Boca da Barra.....	103
<b>Figura 11:</b> Praia dos Carneiros .....	103
<b>Figura 12:</b> Espacialização da função turística em Tamandaré .....	105
<b>Figura 13:</b> Colônia de Férias do SESI .....	106
<b>Figura 14:</b> Marina do Rio.....	106
<b>Figura 15:</b> Marina das Campas II (antiga Marina Ariquindá).....	106
<b>Figura 16:</b> Passeio de Barco oferecido pelo “O Marujo” (Catamarã e Lanchas).....	107
<b>Figura 17:</b> Passeio de <i>Banana Boat</i> .....	107
<b>Figura 18:</b> Praia da Boca da Barra.....	110
<b>Figura 19:</b> Vegetação de Mangue nas proximidades do rio Mamucabas .....	110
<b>Figura 20:</b> Píer do CEPENE.....	111
<b>Figura 21:</b> Praia de Tamandaré .....	112
<b>Figura 22:</b> Igreja de São Pedro, limite com a praia de Campas .....	112
<b>Figura 23:</b> Praia de Campas .....	113
<b>Figura 24:</b> Hotel Marinas (1984), limite com a praia dos Carneiros.....	113
<b>Figura 25:</b> Casas de veraneio na praia de Campas .....	113
<b>Figura 26:</b> Condomínio fechado na praia de Campas.....	113

<b>Figura 27:</b> Praia dos Carneiros .....	114
<b>Figura 28:</b> Vegetação de mangue instalada nos arrecifes .....	114
<b>Figura 29:</b> Equipamento turístico, Restaurante .....	114
<b>Figura 30:</b> Equipamento de hospedagem e restaurante .....	114
<b>Figura 31:</b> Comércio informal em frente a ponto de apoio turístico .....	115
<b>Figura 32:</b> Comércio informal em frente a restaurante.....	115
<b>Figura 33:</b> Cachoeira da Bulha D'água.....	116
<b>Figura 34:</b> Comércio informal na entrada de acesso à cachoeira da Bulha .....	116
<b>Figura 35:</b> Forte Santo Inácio de Loyola .....	117
<b>Figura 36:</b> Igreja de São José de Botas.....	118
<b>Figura 37:</b> Antiga Casa Paroquial de São José de Botas .....	118
<b>Figura 38:</b> Igreja de São Pedro. Limite das praias de Tamandaré e Campas.....	119
<b>Figura 39:</b> Capela de São Benedito .....	120
<b>Figura 40:</b> Praia dos Carneiros .....	127
<b>Figura 41:</b> Beneficiamento do coco.....	128
<b>Figura 42:</b> Placa indica área privada na praia dos Carneiros .....	128
<b>Figura 43:</b> Piscinas naturais e arrecifes da praia dos Carneiros .....	129
<b>Figura 44:</b> Estuário do Rio Ariquindá .....	129
<b>Figura 45:</b> Coqueiral desenha uma linha paralela ao mar.....	129
<b>Figura 46:</b> Chalés na praia dos Carneiros .....	130
<b>Figura 47:</b> Recepção estrutura de acomodação na praia dos Carneiros.....	130
<b>Figura 48:</b> Privê na praia dos Carneiros.....	131
<b>Figura 49:</b> Espacialização do turismo na praia dos Carneiros .....	134
<b>Figura 50:</b> Políticas Ambientais e de Turismo e os Desafios para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo.....	141
<b>Figura 51:</b> Mapa de Uso e Ocupação do Solo da APA de Guadalupe com os limites das UCs de Tamandaré .....	143
<b>Figura 52:</b> Sede da APA de Guadalupe .....	144
<b>Figura 53:</b> Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro da APA de Guadalupe .....	147
<b>Figura 54:</b> Abrangência da APA Costa dos Corais .....	150
<b>Figura 55:</b> Poluição visual na sinalização para a praia dos Carneiros e sinalização com grafia incorreta da praia .....	158
<b>Figura 56:</b> Problemas de sinalização na via .....	158
<b>Figura 57:</b> Pólo Costa dos Arrecifes.....	167

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Valores adicionados dos setores econômicos no PIB .....	93
<b>Gráfico 2:</b> Participação percentual dos setores econômicos no PIB.....	94
<b>Gráfico 3:</b> Distribuição de estruturas de acomodação, UHs e leitos (1950-2006) .....	100
<b>Gráfico 4:</b> Expansão de Condomínios em Tamandaré .....	101

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Necessidades e visões dos diferentes atores sociais .....	61
<b>Quadro 2:</b> Composição do PIB a preço corrente.....	92
<b>Quadro 3:</b> IDH dos Municípios do Litoral Sul de Pernambuco (1991 e 2000).....	95
<b>Quadro 4:</b> Difusão temporal das estruturas de acomodação (pousadas e hotéis) .....	99
<b>Quadro 5:</b> Difusão temporal dos condomínios e privês .....	101
<b>Quadro 6:</b> Potencialidades turísticas e Possibilidades para o Desenvolvimento do Turismo .....	125
<b>Quadro 7:</b> Equipamentos de hospedagem na praia dos Carneiros .....	135
<b>Quadro 8:</b> Zoneamento ambiental da APA de Guadalupe – Zona Turismo, Veraneio e Lazer.....	148
<b>Quadro 9:</b> Zoneamento ambiental da APA de Guadalupe – Zona Turismo, Veraneio e Lazer.....	149
<b>Quadro 10:</b> Medidas para implantação e gestão da APA Costa dos Corais .....	151
<b>Quadro 11:</b> Objetivos específicos do PRODETUR/NE I e II.....	167
<b>Quadro 12:</b> Ações do PRODETUR/NE para o município de Tamandaré.....	169
<b>Quadro 13:</b> Execução do Projeto Orla - Atores sociais envolvidos .....	175
<b>Quadro 14:</b> Diagnóstico/Caracterização da Unidade 3 do PIO de Tamandaré.....	176
<b>Quadro 15:</b> Trecho da praia dos Carneiros - Caracterização dos problemas e respectivas linhas de ação, duração e responsabilidade por sua execução.....	181
<b>Quadro 15:</b> Trecho da ZH da praia dos Carneiros - Caracterização dos problemas e respectivas linhas de ação, duração e responsabilidade por sua execução (Continuação) ...	182

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- APA – Área de Proteção Ambiental
- ADESC – Associação de Desenvolvimento Sustentável da Praia dos Carneiros
- AHPREST – Associação de Hotéis, Pousadas, Restaurantes e Similares de Tamandaré
- ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- EE – Estação Ecológica
- EIA – Estudo de Impacto Ambiental
- CCT – Capacidade de Carga Turística
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
- CF – Constituição Federal
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
- CONDEPE/FIDEM – Instituto de Planejamento de Pernambuco
- CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- DLS – Desenvolvimento Local Sustentável
- EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
- FLONA – Floresta Nacional
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GIZC – Gestão Integrada da Zona Costeira
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MMA – Ministério de Meio Ambiente
- MTur – Ministério do Turismo
- NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte

ONG – Organização não-governamental  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PARNA – Parque Nacional  
PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável  
PIM – Plano de Investimento Municipal  
PIO – Plano de Intervenção na Orla de Tamandaré  
PLANTUR – Plano Nacional de Turismo  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro  
PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente  
PNMT – Plano de Municipalização do Turismo  
PNRM – Política Nacional para os Recursos do Mar  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo  
PROMATA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata  
PRT – Plano de Regionalização do Turismo  
REBIO – Reserva Biológica  
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
RESEX – Reserva Extrativista  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
SQA – Secretaria de Qualidade Ambiental  
SEDET – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo  
SELET – Setores Especiais de Esporte, Lazer e Turismo  
SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SPU – Secretaria do Patrimônio da União  
UC – Unidade de Conservação  
UGP/PROMATA – Unidade Gestora do PROMATA  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
WWF – *World Wildlife Found*  
ZEEC – Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro  
ZH – Zona Hoteleira

# INTRODUÇÃO



## INTRODUÇÃO

A formação de uma epistemologia no campo do turismo é recente e tem requerido uma fundamentação multidisciplinar e interdisciplinar, voltada à compreensão dos aspectos dialéticos e conflitantes da atividade turística. Enquadrado no campo das Ciências Sociais, o turismo suscita uma diversidade de ângulos de pesquisa cada vez mais ampla e consistente.

Verifica-se a existência de uma literatura diferenciada acerca do tema, especialmente a aborda as interfaces do turismo com o ambiente, em sua totalidade, e promovem reflexão quanto às migrações estimuladas pela atividade, aos impactos sócio-ambientais e às políticas públicas de desenvolvimento.

Na presente dissertação, propõe-se abordar alguns dos diversos aspectos da relação espaço, sociedade e turismo, empreendendo uma discussão na esfera do ambiente costeiro e seus ecossistemas. Analisa-se, no estudo em tela, a utilização da zona costeira pelo turismo frente à valorização do litoral no cenário econômico internacional e à existência de problemas e conflitos provenientes do uso dos espaços litorâneos pela atividade turística.

Os problemas e conflitos identificados no desenvolvimento turístico da zona costeira são provenientes, em grande medida, do desconhecimento e da inobservância da vulnerabilidade e fragilidade dos ecossistemas que a conformam, da carência de planejamento e gestão integrados e participativos e da desarticulação dos diversos setores da sociedade no processo de planejamento, implementação e controle da atividade turística.

Vale ressaltar que o litoral tem sido submetido ao perverso processo de turistificação dos espaços promovido pela lógica capitalista globalizada. São inúmeros os empreendimentos e projetos turísticos para a zona costeira que se apóiam na retórica da sustentabilidade, mas na prática estão distantes de serem atividades de desenvolvimento sustentável, uma vez que apresentam impactos sócio-ambientais negativos e distorções na distribuição de seus benefícios aos ambientes nos quais se implementam e às populações locais.

Em poucas décadas, regiões econômicas periféricas transformam-se em pontos de grande afluência do turismo global e, experimentando um crescimento dramático, enfrentam problemas de ocupação espacial desordenada e falta de infra-estrutura básica, este último agrava-se com o incremento da população flutuante, sobretudo nos períodos de alta estação. O espaço turístico é modificado permanentemente através do assentamento de toda infra-estrutura e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade.

A rápida transformação de áreas litorâneas em destinos turísticos, explorados pelo capital internacional, Estado e grandes empresários, resulta do processo de mercantilização da natureza que acomete as zonas costeiras, transformadas em *commodity* pelos agentes econômicos. Antigas vilas de pescadores transformaram-se em centros de serviços, dotados de infra-estruturas hoteleiras que se assemelham, em alguns casos, a ilhas de lazer, marcadas pelo consumo fácil, protegido e serviçal, com características alheias à realidade local. Nesse processo de produção, valorização, especulação e apropriação do espaço litorâneo, o turismo engendra contradições e choques sócio-econômicos, ecológicos e culturais.

De Cancún (Quintana Roo, México) a Porto de Galinhas (Pernambuco, Brasil), considerados espaços turísticos litorâneos internacionais, verifica-se a manipulação da

ideologia do desenvolvimento sustentável pelos agentes econômicos (Estados, grandes empresários e agentes multilaterais) do capitalismo flexível transnacional. Igualmente manipuláveis são vários elementos como respeito ao ambiente, respeito às culturas locais, justiça social e participação comunitária, presentes na construção de identidades contemporâneas.

Atividade orientada pelos paradigmas de consumo, acumulação e maximização de lucros do sistema de produção capitalista, o turismo imprime uma verdadeira busca por paisagens litorâneas autênticas, com o intuito de transformá-las em novos produtos turísticos, muitas vezes sob a manta de uma pseudo-sustentabilidade.

Nessa desenfreada procura por paisagens litorâneas autênticas, a praia dos Carneiros, definida como recorte espacial do presente trabalho, desponta como mais um espaço capturado pelo turismo. A referida praia situa-se no litoral norte de Tamandaré, município localizado na Mesorregião da Mata e Microrregião da Mata Meridional (ou Litoral Sul) do estado de Pernambuco, a 114 km do Recife, capital pernambucana (IBGE, 2000).

A zona costeira de Tamandaré constitui-se em um espaço natural de interesse turístico, com parte de suas áreas continental e litorânea inseridas em unidades de conservação (UCs), a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, a APA Costa dos Corais e o Parque Natural Municipal do Forte. Apesar do município ser abrangido por relevantes projetos de conservação do litoral, evidenciam-se impactos negativos sobre o ambiente natural e sobre a comunidade local, bem como conflitos de interesses entre o poder público, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e a comunidade local, derivados da pressão que o espaço vem sofrendo para desenvolver-se turisticamente.

No tocante à praia dos Carneiros, verifica-se que, se por um lado, sua beleza paisagística e biodiversidade justificam a inserção desse espaço litorâneo em áreas legalmente protegidas, por outro, despertam o interesse dos poderes público e privado no seu desenvolvimento turístico, o que se evidencia através do assentamento de infra-estrutura básica e turística no local. No entanto, verifica-se a ausência de um planejamento efetivo que oriente a prática responsável do turismo, o que contribui para a reprodução do modelo de desenvolvimento vigente.

O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro da APA de Guadalupe e o Plano Diretor do município de Tamandaré, ambos instrumentos de ordenamento territorial que orientam quanto aos limites e possibilidades de utilização das áreas urbanas e rurais, definiram a praia dos Carneiros como uma zona de uso turístico, destinada, especificamente, à construção de equipamentos hoteleiros. Anunciada como a próxima fronteira turística do litoral Sul do estado de Pernambuco (ERA..., 2005), incide sobre a praia dos Carneiros forte pressão para desenvolver-se turisticamente e, conseqüentemente, originam-se questões conflitantes entre os poderes públicos, privados, sociedade civil organizada e comunidade local.

A utilização da praia dos Carneiros pela atividade turística ainda não produziu um estágio de degradação ambiental tão intenso quanto o que se pode verificar em outros destinos turísticos litorâneos de Pernambuco, como Itamaracá (litoral Norte) e Porto de Galinhas (litoral Sul), e até mesmo em outros trechos da zona costeira do próprio município de Tamandaré, área fortemente adensada pelo uso e ocupação desordenados, principalmente em função do veraneio, que promoveu uma significativa transformação na morfologia da paisagem litorânea no município. Entretanto, verificam-se na praia dos Carneiros problemas e

conflitos resultantes de interesses econômicos divergentes entre o poder público e o poder privado.

Podem-se observar algumas questões conflitantes que evidenciam pressões para o desenvolvimento do turismo na praia dos Carneiros, dentre as quais se destacam: expansão imobiliária e turística desordenada e intensificação da especulação imobiliária; inexistência de acessos públicos à praia no trecho onde se localizam as fazendas de coqueirais, uma vez que grande extensão do terreno constitui propriedade privada; construção de novos acessos viários ao município de Tamandaré, via praia dos Carneiros, tais como a Via de Penetração Sul e a Via Litorânea dos Carneiros; comercialização de lotes destinados à construção de grandes empreendimentos hoteleiros; penetração de capital internacional através de investimentos na rede hoteleira; constituição de um comércio informal desordenado na faixa litorânea.

O cenário ora apresentado suscita questionamentos que traduzem algumas inquietações quanto aos rumos do desenvolvimento do turismo na praia dos Carneiros. Será que o processo de turistificação que atinge a zona costeira nordestina não está acelerado no estado de Pernambuco, uma vez que se verifica o comprometimento da integridade da base dos recursos naturais que conformam várias de suas praias? Quais são os conflitos entre as políticas ambientais e de turismo que estabelecem os rumos da atividade turística na zona costeira do município de Tamandaré?

E na praia dos Carneiros, será que a implementação e o desenvolvimento do turismo nesse espaço costeiro foram precedidos por um planejamento efetivo e consciente da atividade turística? Será que as questões conflitantes, resultantes do processo de consumo e produção da referida praia pelo turismo, não vêm sendo acentuadas pela carência de gestão

local, integrada e participativa da atividade turística? A ausência de limites ambientalmente toleráveis de uso turístico (estudo de capacidade de suporte) da praia dos Carneiros, espaço incluído em projetos de conservação do litoral, não poderá comprometer a manutenção do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida? Como conciliar os ganhos econômicos estimulados pela atividade e o desenvolvimento sustentável desse litoral, notadamente no tocante aos interesses políticos e econômicos dos diferentes atores envolvidos? Quais os desafios para o desenvolvimento sustentável do turismo na praia dos Carneiros?

Frente ao panorama delineado, objetiva-se, mais especificamente, com o estudo em tela: conhecer o ambiente costeiro do município de Tamandaré, no qual se insere a praia dos Carneiros; verificar as interações e inter-relações entre os elementos que compõem a zona costeira do município; analisar os conflitos entre políticas ambientais e de turismo que incidem sobre o município nas esferas federal, estadual e municipal; analisar as questões conflitantes provenientes da apropriação da zona costeira pelo turismo na praia dos Carneiros; verificar os desafios para o desenvolvimento sustentável do turismo na praia dos Carneiros; promover uma reflexão quanto às vocações e suscetibilidades do espaço costeiro estudado.

A fim de alcançar o propósito deste trabalho e para melhor compreensão da natureza do turismo, fenômeno eminentemente social e atividade econômica, realizou-se um estudo exploratório com abordagem crítica e qualitativa. A abordagem qualitativa permitiu maior compreensão acerca das questões dialéticas e conflitantes oriundas do assentamento da função turística sobre zona costeira de Tamandaré, especialmente a praia dos Carneiros, bem como da complexidade do sistema turístico e das variáveis que nele interagem.

Incluem-se dentre as técnicas empregadas: observações sistemáticas *in loco*, entrevistas semi-estruturadas, pesquisas bibliográficas, iconográficas e documentais, registros fotográficos e participação em reuniões do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) de Tamandaré. A utilização das referidas técnicas foi de extrema relevância na elaboração da presente dissertação, por viabilizarem a sua operacionalização, no tempo estimado e com escassez de recursos financeiros.

Este trabalho está estruturado nesta introdução, quatro partes, considerações finais e referências.

A Parte 1, “SOCIEDADE, QUESTÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GLOBALIZAÇÃO E TURISMO”, versa sobre a representação da natureza para as sociedades e suas repercussões na forma de apropriação da natureza pelas atividades econômicas. Busca-se, nesta parte, compreender os paradigmas que orientam o desenvolvimento das sociedades, refletindo sobre a necessidade de substituir comportamentos hostis e excludentes da sociedade frente à natureza por atitudes mais solidárias e de maior respeito, que considerem o princípio da alteridade e envolvam práticas sociais e ecologicamente equilibradas.

Ainda na Parte 1, realiza-se uma contextualização do turismo no cenário de transformações oriundas do processo de globalização que acometeu as sociedades pós-modernas. Discute-se acerca de questões dialéticas e conflitantes do turismo, enquanto atividade econômica que consome, produz e transforma os espaços naturais e, portanto, suscita ponderações quanto às suas formas de apropriação da natureza, tomando-se como parâmetros os princípios de conservação ambiental, eficiência econômica, participação social

e justa distribuição dos benefícios, não apenas aos agentes envolvidos, mas principalmente às populações dos lugares onde se instala o turismo. Os referidos princípios conformam a idéia de sustentabilidade, amplamente difundida nos discursos e textos das políticas de desenvolvimento, mas ainda distante de ser efetivamente internalizada e posta em prática nas esferas social, ambiental e política.

A Parte 2, “DINÂMICA DO TURISMO EM ZONAS COSTEIRAS: UM OLHAR SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO”, consiste na investigação da dinâmica do turismo em zonas costeiras, traçando-se um breve panorama do turismo na região Nordeste do Brasil e o cenário político-econômico no qual se insere a atividade. Nesta parte, empreende-se um estudo acerca das zonas costeiras, no intuito de melhor conhecer esse ambiente, bem como as formas de ocupação assentadas nos espaços litorâneos pelo turismo, os conflitos delas oriundos e a proposta de gestão integrada de zonas costeiras.

Na Parte 3, “DINÂMICA DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ (PE)”, propõe-se uma caracterização dos aspectos físico-naturais, sócio-econômicos, histórico-culturais e políticos. São apresentadas as potencialidades turísticas do município, constituídas pelo seu patrimônio natural e histórico-cultural, que justificam a sua inserção em projetos de conservação ambiental, tais como a Reserva Biológica (REBIO) de Saltinho, a Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Costa dos Corais, a APA Estadual de Guadalupe e o Parque Natural Municipal do Forte Santo Inácio de Loyola. As interações existentes entre os elementos que compõem esse ambiente costeiro configuram uma rede de inter-relações que se encontra em estreita dependência e influência recíprocas, de modo que conhecê-las permite uma melhor compreensão da realidade na qual está inserida a praia dos Carneiros, recorte espacial do estudo em tela.

A última Parte, “COEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E DE TURISMO: QUESTÕES CONFLITANTES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO NA PRAIA DOS CARNEIROS, TAMANDARÉ (PE)”, consiste na identificação das questões conflitantes do uso turístico da praia dos Carneiros e dos desafios para a prática do turismo sustentável nesse espaço litorâneo face à coexistência das políticas ambientais e de turismo que definem estratégias e ações para ordenar o uso e a ocupação do solo e direcionam investimentos públicos e privados para o desenvolvimento do turismo no município de Tamandaré.

# **1 SOCIEDADE, QUESTÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GLOBALIZAÇÃO E TURISMO**



## **1 SOCIEDADE, QUESTÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, GLOBALIZAÇÃO E TURISMO**

A representação da natureza para uma dada sociedade repercute diretamente sobre a forma de apropriação da natureza pelas atividades econômicas, dentre as quais se inclui o turismo. Nas sociedades capitalistas industriais, a natureza é vista como um simples palco de experiências a ser explorado indiscriminadamente, sem restrições morais, e subordinado às vontades de uma minoria que ostenta riqueza e poder, em detrimento de uma grande maioria que não vê atendidas necessidades básicas de alimentação, saúde, educação, saneamento e segurança. Como consequência, verifica-se a instalação de um cenário de graves problemas e conflitos ambientais que afetam o planeta.

Notadamente, nas sociedades capitalistas, os paradigmas de poder e dominação têm concorrido para acentuar as atitudes hostis e excludentes da sociedade frente à natureza. Propõe-se, neste estudo, uma reflexão sobre a necessidade de uma maior compreensão dos paradigmas que orientam o desenvolvimento das sociedades, de modo que sejam adotadas atitudes mais solidárias e de maior respeito, que considerem o princípio da alteridade e envolvam práticas sociais ecologicamente equilibradas.

Esta investigação também visa à contextualização do turismo no cenário de transformações oriundas do processo de globalização que acometeu as sociedades pós-modernas. Propõe refletir acerca de questões dialéticas e conflitantes do turismo, enquanto atividade econômica que consome, produz e transforma os espaços naturais e, portanto, suscita ponderações quanto às suas formas de apropriação da natureza. Utilizam-se, como parâmetros para a reflexão, os princípios de conservação ambiental, eficiência econômica, participação social e justa distribuição dos benefícios, não apenas aos agentes envolvidos, mas

principalmente às populações dos lugares onde se instala o turismo. Os referidos princípios conformam a idéia de sustentabilidade, amplamente difundida nos discursos e textos das políticas de desenvolvimento, mas ainda distante de ser efetivamente internalizada e posta em prática nas esferas social, ambiental e política.

### **1.1 Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**

Com o crescimento das atividades industriais, notadamente nos países desenvolvidos, intensificaram-se os efeitos negativos da sociedade sobre o meio ambiente. O assentamento das atividades produtivas sobre o espaço, a partir do uso exacerbado dos recursos naturais visando acumulação e lucro, imprimiu marcas irreversíveis na natureza e passou a comprometer a qualidade de vida das populações mundiais.

Segundo Boff (2004), os problemas ambientais provocados pelas sociedades industriais levaram o mundo a uma crise ambiental sem precedentes na história da humanidade, expressa através de vários indicadores, dentre os quais o mais emblemático é o distanciamento entre homem e natureza. Os impactos ambientais provenientes das alterações de uso da terra e conseqüentes mudanças nas paisagens configuram um problema global.

Diante do cenário apresentado, verifica-se que não constitui tarefa fácil mensurar a influência das atividades humanas no sistema terrestre, bem como buscar o enfrentamento das questões conflitantes oriundas de uma relação sociedade-natureza orientada por paradigmas cartesianos, deterministas e positivistas e marcada por imperativos como a idéia de “tudo em nome da ciência e do progresso”, os elevados padrões de produção e consumo com uso exaustivo dos recursos naturais, as idéias de acumulação e lucro máximos, os interesses individualistas em detrimento da coletividade.

O modelo de desenvolvimento das sociedades urbano-industriais, norteado por um paradigma cientificista que concorre para o agravamento da crise ambiental que se anuncia, contribui para uma modernização “conservadora” que promove a manutenção do *status quo*, a secundarização das relações e a sustentabilidade como campo de disputa, realçando assim conflitos de interesses econômicos (GUIMARÃES, 2003).

O turismo, atividade econômica nascida no seio da sociedade capitalista, reproduziu o modelo cientificista de desenvolvimento vigente nas sociedades contemporâneas, servindo inicialmente aos interesses de uma elite dominante. Responsável pelo consumo e comercialização dos recursos naturais, a atividade turística foi, por muitas vezes, apresentada como tábua de salvação dos destinos e de suas economias, o que serviu para mascarar um processo de exclusão da população. Com os avanços científico-tecnológicos, sobretudo nos setores de transporte e comunicação, os deslocamentos humanos chegaram a lugares antes inacessíveis, ocasionando um rápido e indiscriminado crescimento urbano-industrial que concorreu ao agravamento dos problemas ambientais.

Por volta dos anos de 1950, emerge um pensamento crítico de economistas no tocante ao desenvolvimento, sobretudo em termos de justiça social e de empobrecimento de alguns países e regiões, face ao enriquecimento de outros. Nesse sentido, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), referência no pensamento econômico, lança uma diferenciação conceitual entre os termos “crescimento econômico” – entendido como a expansão econômica quantitativa – e “desenvolvimento” – compreendido como mudança qualitativa positiva que envolve distribuição de renda e avanços sociais (CICARÉ; MUSSIO, 2003).

Frente ao antagonismo considerado na relação crescimento econômico e meio ambiente, inicia-se, na década de 1970, uma discussão acerca de um novo conceito, o desenvolvimento sustentável, o qual propõe a conciliação destas questões tidas como conflitantes. Buscavam-se medidas de combate à crise ambiental instalada no mundo que possibilitassem uma relação sociedade-natureza mais justa e ecologicamente equilibrada. Nesse sentido, pensar mudanças nos padrões de produção e consumo é condição *sine qua non* para o estabelecimento de um novo estilo de desenvolvimento.

Na medida em que investigações científicas vêm advertindo quanto à ameaça da mudança climática sobre os sistemas sócio-econômicos humanos do terceiro milênio, torna-se imprescindível priorizar a questão ambiental no contexto internacional, o que passa pela compreensão do termo “desenvolvimento sustentável” e pela adoção de políticas que efetivamente contribuam para essa forma de desenvolvimento (CICARÉ; MUSSIO, 2003).

A questão ambiental se configura face à globalização de diversos problemas ambientais, como a redução da camada de ozônio, o efeito estufa, a produção de resíduos tóxicos, variações climáticas (DUARTE, 2003). Diante dos problemas citados, estabeleceu-se um cenário de conflitos, envolvendo diferentes atores sociais, que suscitou premente identificação de soluções.

Conforme Duarte (2003), os documentos Relatório do Clube de Roma (1968) e Limites ao Crescimento (1972) alertavam para o possível esgotamento das fontes de riquezas naturais mundiais, em virtude da exploração dos recursos e do ritmo acelerado da industrialização. Os relatórios citados destacavam a necessidade de reduzir drasticamente a industrialização e o crescimento econômico. Leff (2004, p. 16) afirma que “a escassez,

alicerce da teoria e prática econômica, converteu-se numa escassez global que já não se resolve mediante o progresso técnico, pela substituição de recursos escassos por outros mais abundantes (...). A sobreposição da razão tecnológica à organização da natureza levou a civilização a uma crise, cujo principal sintoma é a degradação ambiental.

Como consequência destas reflexões, pôs-se a questão ambiental no centro das preocupações sobre os rumos para o desenvolvimento humano no Século XXI. As conferências internacionais sobre meio ambiente (Estocolmo, 1972; Rio de Janeiro, 1992; Joanesburgo, 2002), possibilitaram uma significativa reflexão sobre as relações que o homem mantinha com a natureza. Passmore (1995) e Pelizzoli (2004) assinalaram a necessidade e fortes tendências de uma nova atitude frente à natureza, as quais conduziram a uma relação sociedade-natureza menos hostil e não-excludente. Representantes de diversos países declaram estado de alerta sobre a crise ambiental no planeta, emergindo discussões sobre medidas de gestão, controle e monitoramento ambiental em grandes conferências.

Em 1972, Estocolmo (Suécia) é palco da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, a qual reuniu cerca de 113 países, inclusive o Brasil, com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios que pudessem inspirar e orientar à humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano. Evidenciaram-se as discussões de sustentabilidade no cenário global, alertando-se para o fato da sobrevivência humana vir sendo ameaçada em virtude de “ações antrópicas de alto risco nos ecossistemas, que podem conduzir ao empobrecimento, depredação da morada do homem, e mesmo conduzir à ameaça da sobrevivência dessa espécie” (BARROS, 2000, p. 32).

Movimentos de origens distintas convergiram para a emergência da questão ambiental em escala global, sintetizando ciência, política e correntes filosóficas de variados matizes (DUARTE, 2003). Os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da humanidade entraram na pauta das discussões, com o intuito de se conceber uma nova forma de desenvolvimento humano, pautada na reintegração dos valores e potenciais da natureza, das externalidades sociais, dos saberes subjugados e da complexidade do mundo em substituição à racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que levou ao processo de civilização (LEFF, 2004).

Após a Conferência de Estocolmo, a política externa brasileira experimentou um drama perante a comunidade internacional, em virtude de conceber a exploração ilimitada e indiscriminada de seus recursos naturais, enfrentando, inclusive, dificuldades para acessar recursos financeiros internacionais. Entretanto, é preciso esclarecer, que até meados do século XX, o posicionamento do Brasil diante da problemática ambiental global não diferiu da atitude da grande maioria dos países, notadamente os europeus, que devastaram seus recursos naturais e ainda se beneficiaram das riquezas naturais de outros países (DUARTE, 2003).

Duarte (2003, p. 8) afirma que “a trajetória do Brasil como ator ambiental global se confunde, em parte, com a emergência da própria temática ecológica no cenário internacional e acompanha os embates entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento”. Discutia-se a problemática do crescimento econômico e suas repercussões ambientais negativas, a exemplo da superpopulação e da poluição. Porém, seguindo a tendência de outros países do Terceiro Mundo, o Brasil priorizou o desenvolvimento em detrimento da preocupação com os danos ambientais, para só depois arcar com o ônus dos efeitos negativos sobre a natureza.

Em meio às discussões e busca de soluções para os problemas ambientais no cenário mundial, inicia-se a construção de um arcabouço legislativo (normativo, de controle e monitoramento, bem como punitivo) para auxiliar a proteção e a gestão ambiental. No Brasil, em outubro de 1973, criou-se a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), diretamente ligada à Presidência da República, considerada o primeiro passo concreto voltado à gestão apropriada do patrimônio ambiental brasileiro, como uma das conseqüências da Conferência de Estocolmo. As principais competências da SEMA referiam-se à coordenação de políticas ambientais nacionais e à assistência a outras entidades.

Ao longo dos anos de 1970, também se verificou a criação de parques nacionais de conservação, a exemplo do Parque Nacional da Floresta de Tapajós, com a finalidade predominantemente de pesquisa, preservação e lazer, porém em condições precárias de funcionamento. Duarte (2003, p. 23) salienta que “até o final da década de 1970, houve ainda grande desenvolvimento da legislação ambiental e foram criados, em todo o mundo, órgãos especiais para proteger o meio ambiente” e menciona o aumento do número e da importância das organizações não-governamentais (ONGs) como reflexo do amadurecimento da consciência ecológica nas sociedades civis.

O fim da Segunda Guerra Mundial introduziu um clima de instabilidade e incerteza no cenário global. A possibilidade de destruição total do planeta Terra em virtude da existência da bomba atômica levou ao fortalecimento de um movimento pacifista que denunciava as atrocidades cometidas em nome do progresso, tais como: a transformação de campos bucólicos em bases de guerra pela Organização dos Tratados do Atlântico Norte (OTAN) e a transformação de áreas periféricas em focos de conflitos mediante o terror nuclear armamentista (DUARTE, 2003).

Nos anos de 1980, confere-se um novo sentido à idéia de desenvolvimento, o qual contempla a necessidade de compatibilizar questões conflitantes num sistema capitalista: crescimento econômico, conservação ambiental e qualidade de vida. A variável ambiental assume um papel central nas tomadas de decisão no cenário econômico mundial, porém o discurso não representa uma efetividade nas ações e na formulação de políticas em busca de soluções para os problemas existentes.

Torna-se premente a identificação de medidas viáveis para solucionar questões como a explosão demográfica, a miséria, a poluição – hídrica, dos solos e atmosférica – as quais prejudicam o equilíbrio ambiental e da vida. Frente a essas preocupações a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) publicou, em 1987, o documento *Nosso Futuro Comum*, também denominado *Relatório Brundtland*, o qual avalia os avanços dos processos de degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais.

A partir do *Nosso Futuro Comum*, as nações do planeta compartilham esforços para definir uma estratégia política para a sustentabilidade ecológica do processo de globalização que possibilite a sobrevivência humana (LEFF, 2004). No referido documento, a CMMAD (apud RUSCHMAN, 1997, p. 109) definiu o desenvolvimento sustentável como:

(...) um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Neste trabalho, entende-se por desenvolvimento sustentável “(...) “um modo de vida sustentável”, fruto do cuidado para com todo o ser, especialmente para com todas as formas de vida e da responsabilidade coletiva face ao destino comum da Terra e da Humanidade” (BOFF, 2005). Portanto, é imprescindível repensar a idéia de crescimento econômico vigente

no âmbito global e local, uma vez que se baseia no consumo elevado das matérias-primas e dos recursos naturais, ocasionando séria degradação ambiental.

Cicaré e Mussio (2003) ressaltam que a sustentabilidade do desenvolvimento requer um equilíbrio dinâmico de todas as formas de capital ou acordos que participam do esforço do desenvolvimento econômico e social dos países. Nesse sentido, as autoras afirmam que a democracia, a consulta e a participação das populações nos processos decisórios figuram como cernes do desenvolvimento sustentável, o qual contempla a necessidade de garantir boa qualidade de vida as gerações atuais e futuras.

Em 1992, a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) – conhecida como Cúpula da Terra, Rio 92 e, até, ECO-92 – realizada no Rio de Janeiro (Brasil), a política externa brasileira tomou novos rumos no âmbito das negociações ambientais, visto que o país começava a cooperar, dialogar e formar parcerias visando ao equacionamento das perspectivas difusas dos atores envolvidos (DUARTE, 2003).

A Agenda 21 consiste num acordo firmado entre os chefes de estado de 179 países durante a CNUMAD (Cúpula da Terra ou RIO 92), mediante a necessidade premente de garantir a qualidade ambiental e as condições econômicas necessárias a todos os povos do planeta. Diante da gama de problemas ambientais na qual o planeta está imerso, buscou-se elaborar uma agenda, considerando-se o sentido de compromisso que o termo inspira, para funcionar como um guia de ações para o alcance do desenvolvimento sustentável, sob a perspectiva da conservação ambiental, eficiência econômica, justiça social, cidadania, participação, dignidade e ética.

A decisão de estabelecer uma agenda de compromissos global foi tomada frente à urgência de se definir novos paradigmas e uma nova ética ambiental com o intuito de reverter os estados de pobreza e de degradação ambiental e prover maior acesso da população aos recursos de que necessita para viver de modo sustentável. Portanto, a Agenda 21 representa a tentativa de se estabelecer um novo paradigma para que as sociedades urbano-industriais revertam os estados de pobreza e de degradação ambiental e, assim, possam prover maior acesso da população aos recursos de que necessita para viver de modo sustentável.

Dez anos após, em Joanesburgo (África do Sul), as Nações Unidas realizaram a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, evento conhecido como Rio+10, onde a postura adotada pelo Brasil recebeu elogios da comunidade internacional, uma vez que o país sai da condição de vilão e passa a propor temas importantes acerca de mecanismos de troca ambientais e energia renovável, foco dos debates mais recentes (DUARTE, 2003).

É evidente a dificuldade de se falar em sustentabilidade na ótica capitalista atual, onde há primazia da dimensão econômica em detrimento das dimensões social e ecológica, predominância dos conceitos intrínsecos ao sistema de produção capitalista (individualismo, pragmatismo das ações, concentração de riquezas e terras numa minoria da população, ideal de lucro a qualquer custo e elevados padrões de consumo). Leff (2004, p. 23) afirma que “a racionalidade econômica desconhece toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentido para controlá-lo”.

O desenvolvimento do turismo tem sido fortemente influenciado por paradigmas economicistas, individualistas e consumistas que contribuem para o estabelecimento de um

cenário de problemas e conflitos, onde se verifica a hierarquização e secundarização das relações sociais, bem como a transformação da sustentabilidade num campo de disputa de interesses dos diversos atores sociais (poder público, iniciativa privada, sociedade civil organizada, comunidades locais e turistas).

Os instrumentos de proteção da natureza constituem-se em alguns dos mecanismos de minimização e mitigação dos problemas e das contradições engendradas pelo turismo nos ambientes dos quais se apropria. Diante da fragilidade da zona costeira, onde tem se intensificado a atividade turística, torna-se ainda mais relevante a existência de instrumentos normativos, acordos de cooperação internacional e o desenvolvimento de políticas que contribuam para uma prática turística em bases sustentáveis nesses ambientes.

Prover as necessidades das populações atuais e futuras suscita a reconstrução das bases éticas e produtivas cristalizadas da sociedade capitalista, a qual se apropria da natureza, consumindo-a e produzindo-a, para atender a interesses individuais em detrimento das demandas coletivas; satisfazer seu ideal de acumulação e elevado padrão de consumo; mascarar realidades de degradação ambiental e miséria; tudo sob a égide de uma pseudo-sustentabilidade. Portanto, é necessário que a preocupação com o equacionamento dos problemas ambientais não se restrinja, apenas, ao discurso das autoridades mundiais, mas integre uma efetiva sinergia de esforços de toda sociedade em busca da sustentabilidade.

## **1.2 Mudanças globais e suas repercussões para o turismo**

A sociedade do consumo e do lazer, estabelecida em consequência das mudanças econômicas globais vividas entre os séculos XIX e XX, contribuiu para o significativo crescimento do setor de serviços. O turismo se destaca, nesse cenário, como uma das

atividades mais dinâmicas da economia mundial (RIBEIRO e BARROS, 2001), experimentando significativo desenvolvimento e, conforme Coriolano (2002, p. 39), “mobilizando fluxos de serviços, capitais e populações”.

A década de 1990 foi época promissora e de grandes resultados para o turismo, apontado como um setor capaz de propiciar avanços tecnológicos, notadamente no âmbito da informática e das telecomunicações. Nesse período, pôde-se observar a intensificação do turismo de massa no mundo globalizado. Especialistas definiram indicadores, delinearam tendências, realizaram previsões e identificaram os desafios para políticas globais do turismo. Acreditam os governos e empresários que:

(...) o turismo seria um dos segmentos em constante expansão (...); haveria mais competição entre regiões e países como destinos a serem escolhidos pelos turistas; os consumidores teriam mais conhecimento sobre os destinos e as opções de viagens, e seriam mais exigentes com os produtos e serviços; (...) e o sucesso dependeria de enfoques altamente profissionalizados, tanto do *trade* turístico quanto da política específica dos destinos turísticos. (*WORLD TRAVEL AND TOURISM REVIEW* apud TRIGO, 2003, p. 58).

O setor de viagens e turismo foi profundamente afetado pelas mudanças ocorridas no final do século XX, envolvendo problemas econômicos internacionais, intensificação dos ataques terroristas e dos conflitos no Oriente Médio, a organização da *Al Qaeda* e o surgimento das organizações não-governamentais (ONGs). A virada do século foi marcada pela instalação de um novo cenário mundial – uma nova ordem político-econômica – de natureza instável e incerta, conforme afirma Hobsbawn (apud TRIGO, 2003, p. 27):

O fim da Guerra Fria retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida ainda não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. O que restou foi um mundo em desordem e colapso parcial, porque nada havia para substituí-los. A idéia, alimentada por pouco tempo pelos porta-vozes norte-americanos, de que a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma ‘nova ordem’ baseada na única superpotência restante, logo se mostrou irrealista. [...] Há momentos históricos que podem ser reconhecidos, mesmo entre contemporâneos, por assinalar o fim de uma era. Os anos por volta de 1990 foram

uma dessas viradas seculares. Mas, embora todos pudessem ver que o antigo mudara, havia absoluta incerteza sobre a natureza e as perspectivas do novo.

Faz-se referência à globalização como parte específica das mudanças em virtude de sua intensa e acelerada expansão ao longo dos anos de 1990. O capitalismo global ocasionou um desequilíbrio e ampliou as distorções entre os países desenvolvidos – detentores do capital, tecnologia e meios de produção do conhecimento – e os países em desenvolvimento, os quais buscavam estabilidade econômica e política em suas sociedades (TRIGO, 2003).

A globalização compreendida como “a remoção das barreiras ao livre comércio e a maior integração das economias nacionais” (TRIGO, 2003, p. 29) ora é apontada como uma força favorável ao enriquecimento de todas as pessoas do mundo ora aparece como vilã, sobretudo dos países em desenvolvimento, aos quais são impostas políticas globais alheias a sua realidade. É percebida, muitas vezes, como meio de enriquecimento dos mais ricos, isolando da competição países e empresas com menos poder. Sobre o processo de globalização, Coriolano (2002, p. 34) afirma:

Não há dúvida de que a economia se mundializa, as grandes empresas espalham seus produtos por todos os lugares, os circuitos financeiros movimentam seus dólares para qualquer ponto do globo, desde que seja de seu interesse, a Internet liga as pessoas, preferencialmente as mais distantes, o turismo descobre novos países, se *globaliza*. Cada vez mais somos submetidos à ideologia da globalização.

Para Barros (2000), as últimas décadas do século XX foram marcadas pelo estreitamento das relações sociais, econômicas e culturais entre os lugares mais distantes e diferentes do planeta. A globalização imprimiu uma expansão acelerada da sociedade dos serviços e do consumo e, concomitantemente, os meios ou infra-estruturas de transportes, comunicações e processamento de informações foram amplamente disponibilizados.

No jogo do capitalismo global, surgiram grandes e coesos blocos econômicos, estruturados por países que aderiram ao estilo liberal e buscaram se organizar para defender seus interesses e manter suas conquistas sociais: a União Européia; o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA); o Mercosul; o Pacto Andino; e o mercado comum americano defendido pelos Estados Unidos, a ALCA.

Surge um espaço de expressão democrática oriundo da sociedade civil organizada, a fim de deter os efeitos devastadores da face mais nefasta da globalização, que explora e exclui uma imensa população de miseráveis, parcela significativa das estatísticas, mas que tem sido descartada nas sociedades pós-modernas.

As nações do planeta são influenciadas pelas fontes do capital internacional (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio) que integram o processo de globalização. As falhas na política de um país podem provocar impactos negativos sobre diversos outros países e populações no cenário global.

Com o maior intercâmbio de produtos estrangeiros, houve uma banalização das importações e iniciou-se uma verdadeira corrida entre países para atrair investimentos internacionais. Em busca do capital internacional, os países oferecem em contrapartida isenções fiscais, reduzem os benefícios sociais e trabalhistas e flexibilizam os mecanismos de controle ambiental. Nos países onde o capital internacional é injetado, a capacidade dos governos de elaborar e implementar políticas econômicas, regionais e ambientais próprias e condizentes com a realidade local é praticamente renunciada (BARROS, 2000).

É nesse contexto da globalização e da internacionalização do capital que se constituem as grandes cadeias de hotéis, as quais, no caso brasileiro, instalam-se notadamente na zona costeira nordestina, imprimindo um processo de turistificação dos espaços, segregando turistas e comunidades locais, provocando choques culturais, enfim (re)produzindo um cenário de poder e dominação, baseado na secundarização e hierarquização das relações, elevados padrões de consumo, acumulação e lucro.

Na nova economia e com os novos métodos de gestão das sociedades pós-industriais, qualquer formulação de políticas deve considerar o fato das sociedades passarem por novos desafios tecnológicos a cada período relativamente curto de tempo. Segundo Castells (apud TRIGO, 2003), as sociedades pós-modernas vivem a era da tecnologia e da informação, período também definido por Santos (1994) como técnico-científico-informacional, influenciada pelas redes de informação, as quais abrangem a educação, a política e as novas demandas sociais.

De acordo com Barros (2000), as inovações tecnológicas propiciaram a redução nos custos de transporte e comunicações, permitindo um maior intercâmbio de serviços, bens e capitais. A Internet facilitou o acesso à informação a milhares de pessoas, possibilitando uma organização de negócios e troca de informações em escala global. As redes de informação passaram a ser acessadas de qualquer lugar com maior rapidez e menor custo, provocando profundas alterações na dinâmica do turismo e de seus agentes.

Frente aos processos globais de mudanças, os negócios turísticos atribuíram novo significado e valorização das paisagens, a exemplo de florestas tropicais, savanas, caatinga, montanhas e litoral, antes tidas apenas como fontes de matérias-primas. Os ecossistemas

mencionados passaram a despertar o interesse dos setores público e privado para fins de utilização turística. As valorizações imprimiram novas dinâmicas e conflitos em diversos pontos da superfície terrestre, ora justapondo ora contrapondo agentes públicos, privados, comunidades e indivíduos (BARROS, 2000).

O século XXI é, portanto, um verdadeiro “mosaico real e virtual formado por milhares de forças que se contrapõem e forjam os novos mundos” (TRIGO, 2003, p. 17), a exemplo das novas tecnologias, que contribuem para a inserção do mundo num processo de globalização sem precedentes, desde os anos de 1970, mas também de forças opostas à globalização, que lutam pela manutenção de garantias sociais e valores humanos conquistados.

Segundo Ribeiro e Barros (2001), as novas ideologias, novos agentes, novos padrões de distribuição dos fatores de produção e novas formas de sociabilidade que surgiram, marcam, para muitos, um novo momento da história capitalista. Busca-se o estabelecimento de novos padrões de produção e de consumo, menos poluentes e de exploração menos intensiva e predatória da natureza e de seus elementos. Intensifica-se, estrategicamente, a relação pesquisa-desenvolvimento, concentrando conhecimentos técnico-científicos em prol da eficácia tecnológica e econômica. Então, as indústrias denominadas “limpas” (como a eletrônica, informática e biotecnologia) passam a ocupar o clássico lugar antes ocupado pela metalurgia e tecelagem (RIBEIRO e BARROS, 2001). Já seriam esses reflexos da busca por uma nova ética ambiental?

O cenário ora apresentado auxilia a compreensão do fenômeno turístico, servindo para justificar, de certo modo, o amplo crescimento da atividade turística na economia global

também sob a denominação de “indústria limpa”, apesar de integrar o setor de serviços. Conforme Ribeiro e Barros (2001), não poderia haver condições mais favoráveis ao turismo e aos seus operadores, os quais ampliam seu espectro de atuação frente aos novos paradigmas, agregando aos roteiros turísticos tradicionais atividades em conformidade com o novo valor atribuído à natureza e ao exótico para a construção das sociedades de massa contemporâneas.

Procura-se adequar os novos produtos turísticos à proposta de uma relação sociedade-natureza mais próxima e harmônica. Nesse sentido, os empreendimentos turísticos abrangem desde destinos considerados ecoarqueológicos, caminhadas ecológicas em lugares com forte apelo religioso e em florestas, até visitas a áreas naturais públicas ou privadas, próximas a centros urbanos.

No campo político da discussão sobre desenvolvimento, o ambientalismo torna-se interlocutor dos diversos agentes. As novas dinâmicas e relações de hegemonia internas ao capitalismo requerem a criação de novos produtos, mercados e estilos de desenvolvimento e, ainda, a redefinição de atividades econômicas tradicionais. Nesse contexto, Ribeiro e Barros (2001, p. 28) entende o desenvolvimento sustentável como “a matriz capacitadora da nova coalizão de atores”.

Tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, há uma tentativa de construir em suas sociedades uma nova atitude frente à natureza através da implantação dos sistemáticos programas de educação ambiental, objetivando persuadir as novas gerações a assumirem uma postura menos predatória em relação aos elementos naturais; a admirarem e reconhecerem o valor da preservação da diversidade biológica para o

uso fruto das gerações futuras; e a se escandalizaram mediante as ações predatórias das sociedades industriais (BARROS, 2000).

O setor de viagens e turismo vem assimilando e implementando as mudanças impostas pela nova economia nas sociedades pós-modernas. Nas novas sociedades, além da tecnologia, é premente a consideração de tópicos sociais na elaboração de políticas públicas e privadas: “a necessidade de uma nova ética para essas sociedades; a preocupação com a justiça social e o meio ambiente; a necessidade de conter a crescente violência urbana e o terrorismo; a preocupação com o bem-estar da população” (TRIGO, 2003, p. 44).

Conforme Trigo (2003, p. 55) “o crescimento do turismo é uma realidade inexorável, assim como a disseminação dos valores da modernidade e do iluminismo”. Além de ser um grande negócio global, o turismo é uma forma de satisfação humana que propõe à convivência entre pessoas, etnias e culturas diferentes e permite conhecer o planeta e sua biodiversidade considerável. Através da viagem, as pessoas expressam os mais variados e conflituosos sentimentos.

Em tempos de pós-modernidade, porém, é necessário proceder a uma análise crítica do turismo, em seus aspectos particulares e universais, a fim de obter informações e realizar ponderações que auxiliem na compreensão das novas culturas que se originam, do significado do desenvolvimento tecnológico sistemático para as sociedades denominadas pós-industriais ou pós-modernas e do lugar ocupado pelo conhecimento como diferencial competitivo nessas novas sociedades.

Nessa virada de século, identificam-se velhos e novos problemas que geram profundos conflitos, de tal modo que as sociedades atuais exigem novas concepções e métodos para resolvê-los. Entretanto, “não há dados suficientemente confiáveis para traçar um panorama do turismo nessa primeira década. Há inúmeras dúvidas perante a dinâmica dos quadros políticos regional e internacional” (TRIGO, 2003, p. 15).

A estruturação de políticas para o setor turístico também está imersa no ambiente de incertezas e novas exigências instalados no século XXI e deverá, portanto, considerar os novos valores regionais e globais e as novas alternativas de desenvolvimento, tendo como cernes a ética e a justiça social.

### **1.3 Turismo e sustentabilidade: limites e possibilidades**

A industrialização e urbanização desenfreadas resultaram em condições ambientais e sociais muito desfavoráveis à vida e conduziram os indivíduos a encontrarem meios de aproximação com a natureza. O turismo em paisagens naturais constitui uma das possibilidades para se alcançar esse propósito de aproximar, de maneira harmônica e equilibrada, homem e natureza, representado para os indivíduos uma fuga do ambiente urbano-industrial no qual estão imersos.

Entretanto, em pleno século XXI, diante da relevância econômica do turismo, os choques provocados por essa atividade de deslocamento voluntário e temporário na natureza e sociedade são, por muitas vezes, esquecidos. Frente à promessa de altos lucros, nos espaços turísticos, notadamente em áreas naturais, o enfrentamento dos problemas sócio-ambientais provocados pela atividade turística é relegado ao segundo plano.

São inúmeras as situações em que o pragmatismo das ações, no campo do turismo, reduzem este sistema complexo a uma única variável: econômica. Em virtude desse pragmatismo, aliado à falta de planejamento e controle local, integrado e sustentável, voltado ao provimento das atividades substantivas da população, tornam-se cada vez mais evidentes os efeitos negativos da atividade sobre as localidades onde é implementada.

No Brasil, o turismo desponta como uma atividade em constante e rápido crescimento, porém sem o devido planejamento, caracterizando-se pelo alto consumo dos espaços, visto que tem nos elementos naturais os principais alvos dos anseios de turistas. A expansão acelerada e dinâmica do turismo dificulta o equilíbrio de questões conflitantes como os ganhos econômicos estimulados pela atividade e seu desenvolvimento sustentável. O consumo dos espaços pelo turismo compreende:

(...) o assentamento de toda a infra-estrutura física de apoio e de suporte (hotéis, vias, residências, *campings*, bares e restaurantes, comércio, esgotamento sanitário) bem como o conjunto das relações e inter-relações entre elementos naturais e culturais. Esse “metabolismo dos assentamentos turísticos” afeta negativamente os ecossistemas naturais das destinações turísticas (FIRMINO *et. al.*, 2004, p. 2).

O metabolismo dos assentamentos turísticos supracitado refere-se a uma “[...] uma série de relações ecológicas entre os assentamentos turísticos e os elementos biofísicos e culturais” (BARROS, 2000, p. 34). Sob essa perspectiva sistêmica, o turismo consiste numa ampla rede de relações, constituída dos mais diversos agentes produtores e consumidores. Beni (1998) afirma que o turismo resulta do somatório de recursos naturais, culturais, sociais e econômicos, ressaltando a abrangência e a complexidade deste campo de estudo e apontando o enfoque holístico (relacionado com o todo), como o método mais adequado, ao invés do merológico (relacionado com as partes), para conhecer e entender o sistema turístico em sua integralidade.

Na era dos serviços, do trabalho, dos avanços tecnológicos, dos meios de comunicação e de transporte, do encurtamento das distâncias, maior armazenamento e rápida difusão das informações, e otimização do tempo, é inquestionável a necessidade de ampla investigação científica para responder as inquietações provenientes das reflexões e análises do sistema turístico, as quais giram em torno, principalmente, da relação sociedade-natureza. Nesse sentido, vale destacar que Hogan, prefaciando o livro *Viagens à Natureza*, de Serrano e Bruhns (2001), aponta alguns aspectos que marcam essa relação de que se tratará aqui:

O turismo pode ser, também, o veículo que consegue transformar em mercadoria os últimos redutos da natureza intocada. Ecossistemas que sobreviveram por sua inacessibilidade ou por sua pobreza em recursos exploráveis hoje se vêem invadidos por um público ávido para consumir sol e areia; curioso para ver, in loco, cenas exóticas de montanhas altas, formações glaciais ou vulcões; ansioso para conhecer belezas que a falta de estradas ou de transporte nunca deixou ao seu alcance. Muitas dessas regiões são, hoje, fragmentos preciosos de formações que não existem mais. Muitas são frágeis, isto é, de difícil ou lenta recomposição uma vez alteradas. Exatamente por essas razões não foram exploradas anteriormente. Agora que a engenhosidade humana removeu todos os obstáculos à exploração dos lugares mais remotos do planeta, estamos condenados à urbanização indiscriminada desses últimos redutos da natureza? Poderia ser diferente?

Acredita-se que o quadro apresentado por Hogan é passível de ser modificado se o planejamento e a gestão ambiental em ecossistemas naturais, sobretudo ecossistemas costeiros, forem premissas de uma administração pública responsável, orientada ao desenvolvimento local sustentável. Defende-se, portanto, a possibilidade de um turismo pautado em normas que disciplinem, regulem e preservem a natureza.

Os temas relativos ao ambiente e o interesse suscitado por eles atualmente permitem a interpretação do desejo de “retorno à natureza” (SERRANO; BRUHNS, 2001, p. 11). Isto é visto na tentativa de reencontrar a natureza por meio do turismo, por isso é necessário pensar no turismo em suas relações com a cultura e o ambiente bem como as inter-relações entre as diversas esferas da vida social, as quais formam as práticas turísticas.

De acordo com Serrano (2001, p.15), “é com base na representação da natureza como paisagem e como cenário para as ações humanas, que se institui o seu consumo pelo turismo”. Nessa perspectiva, mais uma vez reforça-se a necessidade de conhecer a realidade dos ambientes onde se pretende implementar a atividade turística, planejando-a, para que se possa desenvolvê-la de forma sustentável.

As emergentes discussões sobre sustentabilidade, segundo Barros (2000, p. 32), implicam a oportunidade de pensar o turismo “a partir de uma cultura mais consciente ambientalmente, ou, em outras palavras, a partir de uma cultura em que a ética ambiental passa a estar presente, superando o simples binômio ética desenvolvimentista/ética social e distributivista”.

O turismo, principal fonte de recursos financeiros de muitos países, é apontado como um dos vetores que poderia colaborar para uma relação homem-natureza mais harmônica. A sua contribuição na geração de emprego, renda e divisas nas localidades onde se desenvolve, justifica o fato de ser uma das atividades de maior crescimento em todo o mundo e cuja capacidade de influência se estende, de forma direta e indireta, por diversas outras atividades econômicas. Almeida Júnior (apud RIBEIRO e BARROS, 2001, p. 27) chega a afirmar que:

O turismo é uma das atividades econômicas visivelmente influenciadas pela tentativa de elaboração de novos parâmetros que conceitualizem desenvolvimento como processo “ecologicamente viável e socialmente justo, em termos das gerações presentes e futuras”.

Considerada uma atividade dos tempos modernos, que nasce no seio da sociedade capitalista, como outras atividades produtivas, o turismo tem sido pressionado a adequar-se à mudança de paradigmas que vem sendo proposta, frente às preocupações com a questão ambiental local e global. Nesse sentido, entende-se que é necessário buscar alternativas para

que o processo de implementação da atividade turística, em toda e qualquer localidade, seja pautado nos preceitos de justiça social, eficiência econômica, preservação ambiental e participação da sustentabilidade.

Como todo sistema dinâmico, o turismo tem seus limites e possibilidades, sendo importante identificar seus elementos e respectivas atividades bem como características físicas, biológicas e antrópicas dos ambientes onde se desenvolve. O planejamento turístico deve incluir a caracterização e análise dos diversos ecossistemas existentes, de maneira a subsidiar estudos de ações preventivas ou mitigadoras e de controle, visando à preservação ecológica associada a benefícios para comunidades locais, sob as óticas econômicas e de qualidade de vida, enfim, objetivando a sustentabilidade da atividade.

O modelo de desenvolvimento sustentável do turismo traduz-se no uso dos recursos naturais e histórico-culturais de modo planejado, responsável e racional, contribuindo, assim, para a manutenção da integridade da base desses recursos e permitindo que as futuras gerações possam utilizá-los segundo os mesmos princípios e envolva a comunidade local nos benefícios advindos do turismo. Nesse sentido, vale ressaltar os princípios do turismo sustentável, segundo a *Vitae Civilis* e *World Widelife Fund* (WWF) Brasil (2003, p. 23), especialmente no tocante à necessidade de respeitar a capacidade de carga das localidades:

(...) O turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação: deve ser compatível e fazer parte de planos em escala internacional, nacional, regional e local de desenvolvimento sustentável e de conservação, além de obedecer a convenções internacionais e leis nacionais, estaduais e locais que apóiam o desenvolvimento sustentável e a conservação. Deve ser planejado, administrado e empreendido de maneira a evitar danos à biodiversidade e ser ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente equitativo. Deve também ser empreendido com uma visão preventiva, sem comprometer as oportunidades de uma economia local diversificada e respeitando os “limites aceitáveis de mudança” (ou capacidade de carga).

A proposta de turismo sustentável supracitada ressalta a necessidade de planejamento e administração do turismo, pautados nos princípios da sustentabilidade: justiça social, viabilidade econômica, conservação ambiental e participação dos diversos atores sociais envolvidos na atividade turística. É imprescindível, portanto, empreender ações e políticas em bases sustentáveis que indiquem a utilização de instrumentos analíticos e de advertência dos impactos negativos sobre os ambientes social, ecológico, econômico e cultural.

Segundo Ruschmann (1997, p.29), “qualquer que seja o sistema econômico, social ou ideológico, e independentemente do seu grau de desenvolvimento, a população tem o direito de favorecer-se de todos os benefícios e vantagens proporcionados pelo turismo”. Entretanto, em diversas regiões, os problemas sociais observados evidenciam o fato de que o processo de modernização e crescimento econômico revela-se excludente e incapaz de promover uma distribuição mais justa dos benefícios sociais. Conseqüentemente, agravam-se os problemas ambientais, demandando medidas de redirecionamento do modelo de crescimento vigente.

O turismo é comumente apontado como fenômeno social e atividade econômica responsável pela geração de trabalho e renda, pelo desenvolvimento para o lugar, representando uma alternativa não apenas de sobrevivência, mas também de melhoria das condições de vida para as comunidades locais. As perspectivas da comunidade local se engajar na atividade turística vão além de sua inserção enquanto mão-de-obra, pois incluem sua participação ativa na preservação da natureza e dos valores culturais. Ruschmann (1997, p. 29) expressa bem essa idéia ao destacar que “além da rentabilidade econômica do turismo, os interesses das populações receptoras referem-se a seu desenvolvimento social e cultural, à proteção de sua qualidade de vida e a seu meio ambiente”.

A participação dos atores sociais locais no planejamento da atividade é fundamental para que, ao produzir e consumir espaço, paisagem e patrimônio, o turismo possa de fato contribuir com a melhoria da qualidade de vida das populações, não somente através da geração de emprego e renda, mas principalmente por meio de uma sensibilização destas populações no que se refere ao patrimônio ambiental, da inclusão dessas pessoas no cenário turístico local, do respeito à natureza e aos elementos que a conformam, para que isto resulte numa efetiva valorização e preservação ambiental, numa consciência que passe de geração para geração. Porém, a teoria não tem sido aplicada quando se trata de planejamento e gestão do turismo em zonas costeiras, visto que se observa em muitos destinos costeiros a exclusão da comunidade do processo de implementação.

É premente que os planejadores turísticos e formuladores de políticas públicas de turismo compreendam que a natureza e as paisagens, antes de serem matéria-prima para o turismo, integram o cotidiano das populações, havendo portanto a necessidade de incorporar as vozes locais no processo de desenvolvimento do turismo em qualquer que seja o espaço.

Os usos do espaço pelo turismo e pelas atividades recreativas, especialmente no que tange às áreas litorâneas prescindem urgentemente de planejamento, a fim de que se estabeleçam limites toleráveis para os impactos ambientais provenientes da atividade. Nesse sentido, o conhecimento da capacidade carga e de suporte, aspecto diretamente ligado à realidade das comunidades locais, poderá funcionar como estratégia de administração responsável.

É diante deste novo cenário, de preocupações com as questões ambientais de um modo geral, que há uma demanda por uma proposta de turismo mais compatível com a conservação

dos recursos naturais, respeitando a capacidade de usos turísticos que cada área pode suportar, através do planejamento e gestão participativos e integrados apoiados nos parâmetros legais existentes.

As áreas naturais apresentam fortes motivações para a conservação ambiental e respeito à cultura das comunidades locais, de modo que a implementação do turismo nestas áreas deve ocorrer de maneira racional e duradoura, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população local, visando à conservação do patrimônio natural e cultural e, obviamente, desenvolvendo atividades lucrativas que garantam a sua manutenção no decorrer do tempo.

O ecoturismo surge, então, como uma alternativa de turismo sustentável para os espaços naturais. O Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR define ecoturismo como: “(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (BRASIL, 1994, P. 19).

Nesse sentido, o ecoturismo tem um papel fundamental para o desenvolvimento sustentável dos locais em que se desenvolve, sobretudo, no que se refere ao envolvimento das comunidades locais no contexto da atividade. Também representa a busca por lugares exóticos; o retorno à natureza. Consiste numa atividade através da qual o homem aprecia a natureza e conscientiza-se da necessidade de conservá-la. Entretanto, Serrano (2001, p. 17) ressalta:

(...) na “indústria” turística, o segmento identificado genericamente como o ecoturismo é o que apresenta maiores taxas de crescimento. Se ainda levarmos em consideração o crescimento de outros sinais da busca da natureza também associados ao mesmo universo mental das práticas do ecoturismo, como as medicinas alternativas, a alimentação natural e os esportes praticados em ambientes naturais, sem tocar na disseminação do ambientalismo – sem dúvida a maior influência no crescimento desse tipo de interesse-, é impossível negar sua importância como fenômeno social. Da mesma forma, não é possível negligenciar os impactos sociais e naturais decorrentes de seu desenvolvimento, em que pese a retórica do “baixo impacto”, centrada na imagem do turismo como “indústria limpa”, característica de seu marketing.

Ribeiro e Barros (2001, p.30) consideram as concepções vinculadas ao ecoturismo “um avanço em relação ao turismo tradicional e seu manejo do exótico e da beleza natural”, mas advertem para o fato de que, apesar de suas posições elaboradas considerarem problemas oriundos do choque cultural e aspectos pertinentes à necessidade de ampliação da distribuição de renda gerada para as populações locais, o ecoturismo reproduz alguns fatores perversos como “resultados inesperados, mudanças indesejadas e dependências clientelistas ou patrimoniais”.

Se bem planejado e gerido, o ecoturismo pode se constituir numa alternativa de desenvolvimento local sustentável de ecossistemas costeiros. Porém, a inobservância de possíveis impactos sócio-ambientais negativos, frente à fragilidade das áreas litorâneas, e de problemas de má distribuição de seus benefícios ao ambiente e às populações locais põe em risco a sustentabilidade sócio-ambiental local, tão presente na retórica da mídia turística e dos diversos agentes econômicos (Estados, grandes empresários e agentes multilaterais), anteriormente mencionados.

O ecoturismo, enquanto filosofia do turismo que busca formas de lazer, educação e recreação através de uma relação mais próxima e de respeito com a natureza, tem acontecido nomeadamente em áreas naturais protegidas, ou em Unidades de Conservação (UCs). Desse modo, torna-se indispensável consultar a Lei 9.985, ou Lei do SNUC, para conhecer questões

legais quanto aos objetivos, criação e categorias de manejo das UCs, a fim de indicar áreas potenciais apropriadas ao desenvolvimento do turismo, bem como áreas em que prática turística deve ser proibida ou restrita.

Salienta-se que a criação de uma área natural protegida, ou uma UC, depende da identificação de atributos que justifiquem a sua proteção. Segundo o artigo 225 da Constituição Federal, compete ao poder público assegurar a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo necessário, portanto, definir espaços e seus componentes territoriais a serem protegidos em todas as unidades da federação, proibindo “qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção” (WWF, 2004, p. 52).

É comum regiões próximas a UCs (áreas protegidas) terem no turismo uma importante fonte de geração de renda, constituindo-se, em longo prazo, num fator determinante para o sucesso de um destino turístico, por configurarem grandes atrativos turísticos. Segundo a WWF (2004, p.52), a lei do SNUC “sistematizou o que até então era um emaranhado de leis e regulamento que criavam uma infinidade de espaços territoriais especialmente protegidos”, estabelecendo “critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação”.

De acordo com o artigo 2º, II da Lei 9.985/00, constitui unidade de conservação (UC) “qualquer espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público (estadual, federal e municipal) com objetivos de conservação, e com limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

As UCs criadas devem se adequar aos critérios definidos pela Lei 9.985/00, a qual tem como órgãos executores o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), os órgão estaduais e municipais. Vale ressaltar que existem, conforme o SNUC, duas categorias-chave de unidades de conservação: UCs de Proteção Integral e UCs de Uso Sustentável, de modo que cada uma delas apresenta objetivos distintos, bem como normas bastante diversificadas de utilização e conservação.

As UCs de Proteção Integral tem por finalidade a preservação da natureza, de modo que não é permitida a extração dos recursos naturais existentes; caracterizam-se por visitação restrita, condizente com o plano de manejo, mediante autorização do órgão responsável ou do proprietário, neste último caso se a área for privada. São UCs de Proteção Integral: a) Estação (EE); Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA), Estadual ou Natural Municipal; Monumento Natural; e Refúgio da Vida Silvestre. As Reservas Biológicas e Estações Ecológicas as são áreas mais restritivas, permitindo-se visitação apenas para fins educativos e de pesquisa científica.

As UCs de Uso Sustentável prevêm como objetivo básico a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, permitindo-se a visitação para fins turísticos em todas as categorias definidas. Consideram-se UCs de Uso Sustentável: a) Área de Proteção Ambiental (APA); b) Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); c) Floresta Nacional (FLONA), Estadual ou Municipal; d) Reserva Extrativista (RESEX); e) Reserva de Fauna; f) Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); e g) Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

#### **1.4 Base de orientação ao planejamento turístico responsável**

É importante compreender que o planejamento é uma tarefa que auxilia a racionalização de recursos empregados pela administração para alcançar seus objetivos, notadamente no âmbito econômico. Vale salientar que o exercício de planejar não se limita a um grupo reduzido de especialistas, mas compete aos diversos níveis da administração, pública ou privada, e envolve diversos agentes numa cadeia produtiva. Segundo Acerenza (2003, p. 26), o planejamento consiste em:

(...) determinar os objetivos do trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, estabelecer os métodos e técnicas que serão usados e precisar a forma de organização exigida, bem como todas as especificações necessárias para que a conduta da pessoa ou grupo de pessoas se oriente de maneira racional para os resultados que devem ser alcançados.

Nesse sentido, o planejamento turístico sustentável de uma dada área suscita diversas questões, dentre as quais se destacam: a) Qual a proposta adequada de turismo a ser desenvolvida? b) Como estão ordenados o capital natural e o humano? c) Quais os métodos e técnicas a serem utilizados no planejamento da atividade turística? d) Qual a forma de organização mais pertinente ao desenvolvimento turístico sustentável? e) Como devem se portar os agentes envolvidos na atividade (poderes público e privado, terceiro setor, profissionais de turismo, turistas, comunidade local)?

A elaboração de um roteiro para o planejamento turístico visa à adequação da gestão do turismo à realidade local. Algumas premissas subsidiam o estabelecimento de uma base de orientação ao planejamento turístico: induzir o desenvolvimento do turismo tendo em vista as relações entre consumidores e fornecedores no mercado turístico, visto que se almeja a justa distribuição de renda e geração de empregos a partir da dinamicidade da atividade turística; viabilizar a participação efetiva da comunidade, sem a qual se torna inviável pensar em

desenvolvimento turístico sustentável; sensibilizar, mobilizar e conscientizar as populações locais quanto à importância da atividade; articular as políticas de desenvolvimento co-existentes, bem como as políticas de turismo; estabelecer diretrizes de orientação às decisões para o desenvolvimento do turismo, desde o tipo de turismo que se pretende promover até as estratégias dos programas de ações.

Na execução do processo de planejar e na tomada de decisões, é importante que todos os envolvidos com a atividade turística considerem os elementos e fatores, favoráveis e desfavoráveis às localidades e suas comunidades, visto que influenciam diretamente o tipo de turismo a ser implementado e, quando negligenciados, podem repercutir negativamente sobre a gestão administrativa. No processo de planejamento turístico, considera-se a participação dos atores sociais envolvidos indispensável ao pleno desenvolvimento local.

Vale salientar que o planejamento turístico requer uma análise macro-ambiental que possibilite: estudar o mercado; analisar o ambiente externo (oportunidades e ameaças); analisar o ambiente interno (pontos fortes e pontos fracos); inventariar a infra-estrutura e o potencial turístico existentes; estabelecer estratégias de comunicação e planos setoriais, a fim de atingir os objetivos previamente estabelecidos, voltados a uma nova situação planejada.

A análise macro-ambiental detalhada de um destino turístico possibilita maior compreensão de sua realidade, constituindo-se numa ferramenta de extrema importância para o planejamento turístico. Deve ser realizada frequentemente, de forma a permitir a retroalimentação permanente do sistema acerca das mudanças no ambiente em que se insere, possibilitando, assim, a sobrevivência do sistema.

O estudo da demanda e a adequação da oferta turística são algumas proposições inerentes ao planejamento integrado do turismo e passam, por exemplo, pela necessidade de adequar a oferta de alojamentos e instalações turísticas com o intuito de obter melhores níveis de qualidade no atendimento às tendências de lazer da demanda prevista.

A administração pública responsável realiza o planejamento enquanto processo racionalizador indispensável à organização e coordenação dos recursos disponíveis, a fim de alcançar o bem-estar e a satisfação das necessidades dos cidadãos bem como o desenvolvimento da coletividade (CASTRO apud ACERENZA, 2003). Nesse sentido, a WWF (2004) ressalta:

Cabe ao gestor e ao legislador municipal ter ciência de como o turismo deve ser desenvolvido em respeito à legislação de proteção dos recursos naturais, ao uso ordenado do solo e à proteção do patrimônio cultural. Por outro lado, o investidor, o empreendedor e as comunidades locais interessadas nos negócios do turismo também devem observar e se informar sobre os requisitos legais que sua atividade pode estar sujeita (WWF, 2004, p. 41).

É imprescindível, portanto, o estabelecimento de uma gestão integrada e participativa do turismo, que envolva tanto o gestor municipal quanto investidores, empreendedores, comunidades locais, organizações não-governamentais e demais representações, a fim de minimizar os riscos dos efeitos negativos oriundos da atividade em seu processo de apropriação do espaço.

A participação da população local é imprescindível na gestão do turismo, em todas as etapas do planejamento, implementação e controle da atividade. Irving *et. al.* (2005) afirma que a população é capaz de contribuir para a identificação dos problemas e necessidades; avaliação de alternativas; desenvolvimento de estratégias para proteção e valorização do

patrimônio natural e cultural; sugestão de caminhos que possibilitem melhorar a qualidade de vida, fortalecer a cultura local e promover o bem-estar social.

Os organismos municipais desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento turístico, na medida em que compete a esses agentes o preparo e a conscientização da comunidade local para o turismo, de forma a possibilitar que a comunidade possa aproveitar melhor os benefícios da atividade e se torne mais independente do poder público (CASTELLI apud WWF, 2004).

A WWF (2004) destaca, dentre as competências do município, vários itens indispensáveis ao desenvolvimento responsável do turismo: prestação de serviços públicos de interesse local; elaboração do Plano Diretor; estabelecimento de normas de edificações; participação de entidades que reúnam outros municípios que partilhem dos mesmos interesses; sinalização das vias urbanas; legislação sobre assuntos de interesse local; promoção à proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e natural; promoção da educação, da cultura e da assistência social.

Entretanto, verifica-se, em diversas destinações turísticas, a carência de ações efetivas de planejamento, gestão e controle ambiental e do turismo por parte do poder público municipal e a precariedade da administração pública no que se refere à demanda turística, a um sistema de informações dos equipamentos turísticos e ao desconhecimento da capacidade de carga turística.

Faz-se necessário ordenar o consumo e a produção do espaço pelo turismo, com vistas a evitar ou minimizar as rápidas transformações impostas pela atividade na morfologia das

paisagens, bem como as sérias implicações à comunidade local. A legislação é clara ao definir as responsabilidades dos gestores públicos municipais no que se refere à proteção do patrimônio natural e cultural de interesse turístico, visto que são bens pertencentes à coletividade. Cabe ainda ao gestor municipal estar ciente quanto aos interesses e às necessidades e visões dos diferentes atores sociais (Quadro 1):

**Quadro 1:** Necessidades e visões dos diferentes atores sociais

<b>Atores</b>	<b>Necessidades e Interesses</b>
Governo Local	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gerar desenvolvimento econômico e social</li> <li>- Projetar o município como destino turístico</li> <li>- Incrementar a arrecadação de e a circulação de renda</li> </ul>
Setor Privado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oportunidade econômica</li> <li>- Recursos humanos capacitados</li> <li>- Infra-estrutura, facilidades e acessos</li> <li>- Atrativos em quantidade e qualidade</li> </ul>
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saúde, trabalho, educação e saneamento</li> <li>- Respeito aos seus direitos e suas tradições</li> <li>- Partipar das tomadas de decisões</li> </ul>
Patrimônio Natural e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção e recuperação</li> <li>- Conscientização e valorização</li> </ul>
Turista	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preço, conforto e segurança</li> <li>- Qualidade nos serviços e na experiência da visitação</li> </ul>

**Fonte:** Adaptado da WWF (2004, p. 35).

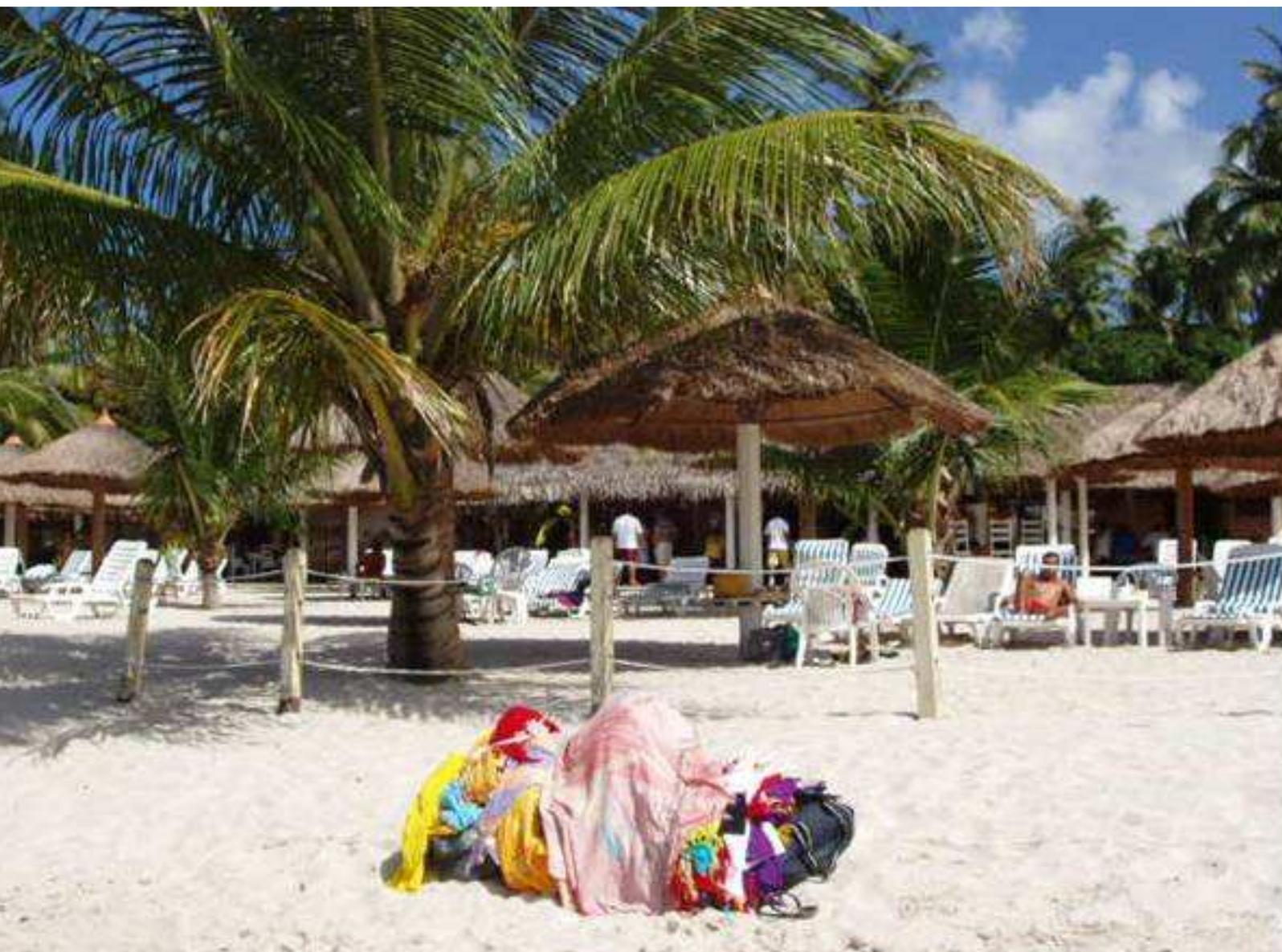
O planejamento deve considerar a necessidade de clareza no que se pretende realizar, de um estudo crítico e reflexivo de acordo com a realidade de cada local, do conhecimento ou de habilidade dos administradores na formulação de planos. Vale ressaltar que é indispensável considerar princípios de honestidade, eficiência e economia, notadamente no que se refere à administração pública, visto que emprega recursos advindos da comunidade, a qual espera retorno sob a forma de serviços ou benefícios que promovam a melhoria da qualidade de vida.

Planejar requer ainda o afastamento dos interesses privados (individuais ou coletivos) em benefício próprio ou de um grupo de pessoas, alheios aos reais objetivos do trabalho ou da atividade que se pretende desenvolver, e buscar atingir os propósitos de interesse da totalidade do grupo social implicado no planejamento. Acerenza (2003, p. 30) afirma que “a moral das pessoas encarregadas do planejamento deveria ser da máxima conveniência social, promovendo sempre o maior benefício ao maior número de pessoas possível”, exceto em situações específicas em que o autor menciona a possibilidade de substituir esse princípio pelo do “mínimo sacrifício coletivo”.

O planejamento turístico nacional ou regional compete ao organismo nacional de turismo, através da elaboração de planos de desenvolvimento da atividade, que visem à promoção e à orientação do incremento do turismo em benefício dos objetivos nacionais. A hierarquização de pólos de desenvolvimento que possuem uma infra-estrutura em comum, contribuindo conjuntamente para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de uma extensa parte do território nacional, caracterizam o planejamento turístico regional (ACERENZA, 2003).

O planejamento para o desenvolvimento turístico local possui geralmente índole urbanística e normalmente vem sendo realizado pelos municípios e, até mesmo, pela iniciativa privada. Cabe aos sujeitos que desenvolvem as atividades de planejamento na estrutura administrativa, pública ou privada, independentemente de sua especialidade ou de sua hierarquia no escalão administrativo, planejar o turismo de forma integrada, participativa e compartilhada e de modo a considerar o envolvimento de todos os atores da sociedade.

## **2 DINÂMICA DO TURISMO NA ZONA COSTEIRA: UM OLHAR SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO**



## **2 DINÂMICA DO TURISMO NA ZONA COSTEIRA: UM OLHAR SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO**

Nesta parte, investiga-se sobre a dinâmica do turismo na zona costeira nordestina. Aqui são tecidas algumas considerações sobre as zonas costeiras, no intuito de melhor conhecer esse ambiente, bem como as formas de ocupação assentadas nos espaços litorâneos pelo turismo e os conflitos delas oriundos e, em seguida. Desenha-se um breve panorama do turismo na Região Nordeste do Brasil e o cenário sócio-político no qual a atividade turística está inserida, identificando-se alguns problemas e conflitos provocados pela difusão do turismo nas áreas litorâneas, notadamente no Nordeste brasileiro.

### **2.1 Considerações sobre as zonas costeiras**

Os ecossistemas costeiros constituem-se em significativos fatores motivacionais dos deslocamentos turísticos no cenário mundial. É cada vez maior o afluxo de turistas nas zonas costeiras, fato este que desperta para a necessidade de conhecer a complexidade e a vulnerabilidade do ambiente costeiro, a fim de coibir formas de utilização que ameacem seu equilíbrio ecológico e a qualidade de vida.

Vasconcelos (2005, p. 15) afirma que a “zona costeira é lugar de pressão demográfica e econômica, é também fonte de recursos naturais utilizados pelas populações humanas. A combinação desses fatores está na origem de muitos conflitos de usos e interesses atuais e futuros”.

A zona costeira brasileira, especialmente no que se refere à região Nordeste, exemplifica bem o cenário apresentado, visto que é conformada por ecossistemas frágeis e

exuberantes paisagens, que se constituem num dos grandes atrativos aos turistas de todo o mundo pelo seu valor econômico, ambiental e paisagístico.

Contudo, Mendes *et. al.* (2002) aponta o turismo como uma das formas mais recentes de conflito de uso na zona costeira. A apropriação dos espaços litorâneos pelo turismo, ao longo da história, tem ocorrido de forma desordenada, com vistas à acumulação e ao lucro. O consumo e a produção do litoral pelo turismo, num mercado global, tendem a servir aos interesses de investidores e turistas, em detrimento das necessidades da população local.

No processo de difusão do turismo na zona costeira, verificam-se pressões e conflitos de uso decorrentes, em grande medida, de sua ocupação desordenada e indiscriminada. A carência de planejamento turístico, nas áreas litorâneas, contribui para que os limites toleráveis de uso sejam ultrapassados, ocasionando uma sobrecarga e, conseqüentemente, levando-as à degradação.

O incremento da demanda turística pelas áreas naturais, especialmente pelos ambientes litorâneos, é um dos reflexos do processo de urbanização desenfreada que acometeu as sociedades industriais. Verifica-se uma fuga dos centros urbanos e dos problemas ambientais assentados sobre eles e, conseqüentemente, uma busca por uma relação mais próxima e harmônica com a natureza.

Apesar da grande extensão e de o litoral brasileiro ser protegido por leis ambientais e estar inserida em projetos de conservação, alerta-se para a necessidade do controle adequado da demanda turística por espaços naturais protegidos, para não levar ao desaparecimento deste ecossistema.

O conhecimento dos ecossistemas costeiros e das interações sociais nele existentes é um aspecto imprescindível ao planejamento sustentável do turismo no litoral, a fim de garantir o equilíbrio ecológico e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A zona costeira, considerada patrimônio nacional pela Constituição Federal de 1988, consiste no espaço geográfico de interação de três sistemas ambientais diferentes - hidrosfera, litosfera e atmosfera - gerando uma dinâmica complexa nesse ambiente (VASCONCELOS, 2005). Há uma diversidade de ambientes litorâneos, com seus recursos naturais renováveis ou não, formados a partir da interação dos elementos atuantes nas regiões costeiras.

Conforme Farias (2002), a zona costeira brasileira é conformada por meios terrestres, marinhos e atmosféricos, destinados a múltiplos usos por diversas atividades, salientando-se o seu valor econômico, ambiental e paisagístico. As áreas litorâneas caracterizam-se pela presença de ecossistemas estuarinos, maguezais, praias, costões rochosos, dunas, recifes de corais e arenitos, lagunas e baías. As bacias hidrográficas, matas costeiras, restingas e dunas constituem os ecossistemas continentais relevantes ao meio marinho.

Diegues (apud FARIAS, 2002, p. 35) empreendeu a seguinte definição acerca dos ecossistemas litorâneos:

Os ecossistemas litorâneos e costeiros são habitats de uma grande parte dos recursos marinhos brasileiros, uma vez que se caracterizam por serem áreas de criação, refúgio permanente ou temporário de inúmeras espécies de peixes, crustáceos e moluscos capturados pela pesca industrial e artesanal. Além disso, são ambientes utilizados por diversas espécies de aves residentes ou migratórias e animais importantes da fauna brasileira.

É crescente a demanda de turistas nacionais e estrangeiros pelos ecossistemas costeiros, visto que são lugares de significativa beleza e biodiversidade. Entretanto, diante dos

variados graus de vulnerabilidade apresentados pelas formas litorâneas, Vasconcelos (2005) aponta para a necessidade de planejar, gerir e controlar adequadamente a demanda turística por estas áreas, a fim de evitar ou minimizar possíveis danos ao seu equilíbrio ecológico e às comunidades locais.

O ambiente costeiro é marcado por contrastes sociais e conflitos provenientes do uso exacerbado e ocupação desordenada desse espaço pelas atividades humanas, dentre as quais se inclui o turismo que, em sua dinâmica de expansão acelerada e utilização efêmera dos espaços, tem sido responsável, conforme Cruz (1999), por contínuos processos de desterritorialização e reterritorialização. Nesse contexto, o turismo desponta como agente e sujeito de rápidas transformações territoriais.

Será que há possibilidade de modificar este cenário, típico de muitas destinações turísticas costeiras, enquanto a atividade for encarada apenas sob a ótica da economia, num modo de produção capitalista cujas palavras de ordem são consumo e lucro, relegando-se ao segundo plano a preocupação com as demais variáveis – sociais, ecológicas e culturais – do Sistema Turístico (BENI, 1998)? Será que esse reducionismo não é prejudicial e, de certo modo, irresponsável, visto que a principal base para o desenvolvimento do turismo é a natureza?

Vasconcelos (2005) menciona a multiplicidade de conflitos de usos e interesses na zona costeira, à medida que, a partir do século XX, tornou-se lugar preferencial de moradia das populações humanas, as quais a utilizam como fonte de recursos naturais, de tal modo que incide pressão demográfica e econômica sobre o litoral. Nas áreas litorâneas, ocorrem os maiores impactos ambientais, em virtude de sua utilização pelas atividades humanas, bem

como pelo constante intercâmbio com ecossistemas terrestres (FARIAS, 2002). Corroborando com esta afirmação, Vasconcelos (2005, p. 16) afirma:

A ocupação humana de forma desordenada dessas regiões pode ocasionar o rompimento do equilíbrio dinâmico reinante, com conseqüências e impactos sempre negativos ao ambiente costeiro. Além disso, é na zona costeira que se fazem sentir mais acentuadamente os impactos das mudanças globais como a elevação do nível do mar e as manifestações climáticas.

Nos anos de 1970 e 1980, o desenvolvimento do turismo altera profundamente as áreas litorâneas, contribuindo para a ocupação desordenada destes espaços, o que suscitou obras para proteção ou recomposição de praias. A superpopulação sazonal dos litorais turísticos expõe essas áreas a grandes problemas de poluição, prejudicando a qualidade das águas litorâneas e o equilíbrio dos ecossistemas costeiros. Os elementos naturais que compõem as regiões litorâneas são intensamente utilizados como atrativos turísticos.

Frente ao consumo excessivo das zonas costeiras e ao uso intenso dos elementos naturais que a conformam, bem como em virtude da necessidade de conservá-las, surgiram os espaços litorâneos protegidos, associando-se, a estes, projetos de conservação da natureza litorânea e o desenvolvimento de produtos turísticos baseados no reconhecimento e na apreciação da biodiversidade litorânea pelos turistas. Todavia, mesmo com gestões sofisticadas, é impossível anular a intervenção do homem no curso dos equilíbrios naturais. Bertrand (2000, p. 15) afirma que:

O conceito de uma Natureza-sujeito intocável e sagrada não é mais capaz, do que aquele de uma Natureza-objeto manipulável livremente, de explicar o movimento contraditório que levou precocemente os homens até o litoral atlântico tanto para o trabalho quanto para a diversão, o que desembocou na elaboração da noção de “conservação” do litoral. Frente a este impasse tanto conceptual quanto gestor, novos enfoques mostram que talvez exista uma terceira via.

A ação humana no litoral alterou os ritmos de sua evolução, influenciando as formas de valorização e ocupação do espaço. Na interface terra-mar, identificam-se encadeamentos espaciais e temporais complexos que ligam homem e litoral numa história comum. Assim, a partir de uma nova compreensão, o litoral passa a ser entendido não mais como objeto ou sujeito, mas um projeto significativo e com sentido, no que se refere à necessidade de conservação desse espaço (BERTRAND, 2000).

Iniciaram-se, portanto, os primeiros passos do princípio de gestão integrada das zonas costeiras (GIZC), pautada na tomada de decisões da base para o topo, visando ao fornecimento de elementos que possibilitem a melhor compreensão do funcionamento do ecossistema costeiro. Estudar sistematicamente a zona costeira e promover a implementação de um diálogo entre os atores locais apresentam-se como a melhor alternativa para se alcançar o desenvolvimento desse ambiente (VASCONCELOS, 2005), de modo a propiciar um amadurecimento na relação homem-natureza, pautando-se, implicitamente, na idéia de transformar o litoral em patrimônio para o futuro.

Vale salientar algumas normas jurídicas que regulamentam o uso e a ocupação da zona costeira, bem como dispõem, dentre outros assuntos, sobre os critérios para a sua gestão: a Lei nº. 7.661 de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e atendendo ao previsto nos artigos 2º e 4º da Lei nº. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA); e o Decreto nº. 5.300, de 7 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº. 7.661/88.

O arcabouço legislativo supracitado apresenta um conjunto de informações relevantes à zona costeira e à orla marítima: definições; limites, princípios, objetivos, instrumentos e competências da gestão; e regras de uso e ocupação. Tais informações são indispensáveis ao planejamento e à gestão do turismo nas zonas costeiras.

## **2.2 O processo de ocupação dos espaços litorâneos pelo turismo: pressões e conflitos de uso**

A ocupação do litoral brasileiro pelos conquistadores europeus, no século XVI, foi marcada pela exploração intensiva da natureza e dos elementos que a conformam para servir aos interesses do mecanismo de produção capitalista. Conforme Mendes *et. al.* (2002), evidencia-se, claramente, o conflito entre os que viviam no litoral, utilizando-o como meio de sobrevivência, e aqueles que o enxergavam como meio obtenção de lucros. Desde então, a zona costeira tem sido palco de processos de expropriação dos espaços, decorrentes da expansão geográfica como um dos veículos de acumulação do capital.

As destinações turísticas costeiras apresentam forma e funções de urbanização diferenciadas das áreas urbanas convencionais, constituindo-se em espaços produzidos para o desenvolvimento do turismo de sol e mar. Barros (2002) afirma que, a partir da década de 1970, evidenciam-se estudos científicos acerca do desenvolvimento de destinações turísticas costeiras, notadamente nos Estados Unidos e Europa, que perceberam paulatinamente os efeitos espaciais do turismo.

A disponibilidade e diversidade dos recursos naturais na zona costeira, a proximidade dos centros urbanos, facilidades de acesso e avanços no sistema de transporte, associados aos

esforços envidados pelos poderes público e privado resultaram na proliferação das destinações turísticas costeiras a partir da década de 1970 (FIRMINO *et. al.*, 2004).

A destinação turística costeira, conforme Stansfield (1970, p. 15), “é uma forma única de paisagem urbana e base econômica urbana. Sua razão de ser primária é o entretenimento dos visitantes – recreação em suas inúmeras formas domina os arranjos internos das zonas funcionais do *resort*<sup>1</sup>”. Consiste num espaço geográfico diferenciado e individualizado, no qual se desenvolve exclusivamente a atividade turística, envolvendo funções de acomodação, alimentação e recreação, ou onde o turismo pode coexistir ao lado de outras atividades, tais como a agricultura, a pesca e a aqüicultura (BARROS, 2002).

No Nordeste brasileiro, o turismo desponta como uma das alternativas de desenvolvimento sócio-econômico para essa região. A fim de desenvolver mais rapidamente os destinos turísticos litorâneos nordestinos, têm sido direcionados investimentos para a edificação e melhoria de estruturas viárias e aeroportos, seguindo o exemplo de *resorts* inglês, os quais experimentaram grande crescimento com a construção de estradas de ferro, rodovias e linhas de transporte (FIRMINO, 2004).

O espaço turístico é antes de tudo espaço geográfico e produção social. No processo de produção das destinações turísticas costeiras, Pearce (2003) ressalta a necessidade de se observarem os seguintes aspectos: características do local; tipos de atração; formas de acomodação; vias de circulação; lojas e serviços voltados a turistas; acomodações para os provedores dos serviços turísticos; instalações; e a existência de outras funções urbanas. Tais

---

<sup>1</sup> “*The seaside resort town is a unique form urban landscape and urban economic base. It’s primary raison d’être is the entertainment of visitors – recreation in its numerous forms dominates the resort’s internal arrangement of functional zones*” (STANSFIELD, 1970, p. 15).

fatores são indispensáveis ao planejamento turístico responsável na zona costeira e podem contribuir para evitar a turistificação desses espaços.

Conforme Pearce (2003), apesar do padrão de ocupação da zona costeira pelo turismo variar de uma destinação para outra, identificam-se algumas características comuns às destinações, tais como: a posição de frente para o mar e uma linha mais densa de edificações mais luxuosas, associada a um núcleo de gastronomia, serviços e comércio para atender a uma demanda turística diversificada.

Macedo e Pellegrino (1999, p. 157) explicam que, apenas a partir do século XX, inicia-se a ocupação estruturada do litoral brasileiro pelo turismo, “quando nos subúrbios das grandes cidades costeiras configurava uma nova estrutura urbana, a qual se pode denominar bairro ou subúrbio de veraneio”. Ocorre, nesse período, uma reestruturação de ocupação urbana do litoral, com característica residencial, nos subúrbios das grandes cidades. Originam-se os bairros e subúrbios no complexo sistema urbano das cidades.

Nas áreas selecionadas para as pessoas desfrutarem o período de férias ou grandes feriados, são estabelecidos os bairros de segunda residência, caracterizados pela adoção de um padrão urbano de “(...) caráter extensivo, definindo manchas urbanas contínuas, que se estendem linearmente pela linha costeira sempre estruturados por uma linha de acesso paralela ao mar” (MACEDO e PELLEGRINO, 1999, p. 157). Esta forma de ocupação apresenta-se de maneira uniforme em toda zona costeira.

Identificam-se na zona costeira dois modelos de ocupação. O primeiro, denominado bairro litorâneo jardim ou verticalizado, trata-se de uma reprodução do modelo adotado nas

grandes cidades, onde a praia possui a função de parque urbano. Outra forma de ocupação refere-se aos pequenos núcleos urbanos, cujas características principais são a rusticidade de seu ambiente natural e a dificuldade de acesso (MACEDO e PELLEGRINO, 1999).

Quanto à origem e à estrutura, conforme Stansfield (1970), a ocupação dos espaços costeiros pelo turismo ocorre de duas maneiras: há os locais em já havia um assentamento humano prévio e o turismo promove uma modificação no cenário econômico ao interagir e, até mesmo, obscurecer funções que antecedem a prática turística; e existem as áreas selecionadas e constituídas como destinações turísticas.

Sob o pretexto do desenvolvimento econômico há uma tecnificação dos lugares com valor de uso para integrá-los no mercado mundial. No século XX, a aliança entre Estado nacional e organismos financeiros internacionais promoveu a inserção da região Nordeste no processo de turistificação do litoral, mediante a produção de espaços especializados para o turismo (MENDES *et. al.*, 2002).

A turistificação dos territórios consiste na sua transformação em verdadeiras ilhas de lazer e contemplação das paisagens para turistas, de modo alheio à realidade dos residentes. É uma proposta de consumo e produção do espaço que não promove a melhoria da qualidade de vida nos núcleos receptores e, conseqüentemente, não representa, sob qualquer aspecto, uma alternativa de desenvolvimento sócio-econômico.

Segundo Mendes *et. al.* (2002, p.44), “o turismo é, sem dúvida, a modalidade mais recente de uso e conflito do litoral”. Vale salientar que a inserção do turismo em áreas litorâneas tem provocado toda uma dinâmica de expansão de maneira alheia à capacidade de

carga dos lugares e de suas comunidades, em virtude da ausência de planejamento e gestão integrada da atividade turística.

Barros (2000) ressalta que os ecossistemas costeiros mais próximos das aglomerações urbanas apresentam-se fortemente degradados pela atividade turística, enquanto as áreas costeiras mais afastadas contam com uma maior conservação e proteção, em virtude da “tirania da proximidade” (SÁLVA, p. 187), da relação efeitos-distância. A influência e o papel das redes de localidades urbanas na ocupação do litoral nordestino pelas infra-estruturas hoteleiras denotam bem essa realidade:

[...] as áreas litorâneas são tão mais submetidas a pressões de uso da terra pelo turismo, quanto mais próximas estejam elas das concentrações urbanas (mesmo não capitais) e quanto maior for esta concentração; e, ao contrário, são mais preservadas em seus recursos naturais aquelas áreas litorâneas mais afastadas das concentrações urbanas (BARROS, 2002, p. 14).

Com a rápida difusão do turismo no Brasil, nos últimos anos, Barros (2002, p. 11) destaca a necessidade de estudar as espacialidades do desenvolvimento do turismo:

A sofisticação das estratégias espaciais de dominação e difusão no campo do turismo a nível mundial e as questões em torno da sustentabilidade e das relações centro-periferia afetando os países pobres e em desenvolvimento não cessam de exigir estudos.

Nesse sentido, é indispensável conhecer a natureza e as dinâmicas das estruturas regionais pré-existentes e a sua relação com a dinâmica espacial da expansão do turismo.

Segundo Pearce (apud BARROS, 2002), a adoção de uma abordagem mais regional e integrada do turismo, evidenciando as redes de relações das localidades urbanas, pode contribuir para a melhor compreensão dos reflexos espaciais da atividade turística na

morfologia urbana e distribuição hoteleira, bem como do padrão de ocupação ao longo das zonas costeiras.

As reflexões ora empreendidas aplicam-se bem ao litoral pernambucano, na medida em que tem sido usurpado daqueles que nele vivem em harmonia, passando a servir aos interesses de atividades como o turismo. “Nas bordas do mar foram sendo instalados fortes, portos, estaleiros, vilas, cidades e equipamentos turísticos” (DANTAS apud MENDES *et. al.*, 2002, p. 44).

Em sua dinâmica e expansão, a atividade turística impôs o reordenamento espacial e funcional, retirando e realocando comunidades e atividades tradicionais da faixa litorânea para ceder lugar às novas funções como hospedagem e lazer para atender aos fluxos turísticos.

Nos moldes do turismo global, o padrão de uso e ocupação do litoral baseia-se na desapropriação de comunidades tradicionais, na introdução de formas elitistas de ocupação, explicitando, assim, territorialidades que representam uma dicotomia: busca insaciável de lucros *versus* busca de condições básicas de sobrevivência. Essas diferentes significações do litoral, desde a colonização até os dias atuais, marcam o processo contraditório e conflitante pelos povos que o utilizam.

Nos espaços litorâneos pernambucanos, dotados de ecossistemas frágeis e de beleza considerável, o desenvolvimento desordenado do turismo vem gerando sérias implicações para as localidades, com destaque para o rápido processo de transformação da morfologia das paisagens, mediante o consumo irracional de seus recursos naturais. Acredita-se que isto se

deve à carência de informações sobre os ambientes costeiros e acerca dos limites de uso suportados por estas áreas.

### **2.3 Turismo na região Nordeste: cenário político-econômico**

Com uma área de 1,5 milhão Km<sup>2</sup>, a região Nordeste é uma das grandes regiões político-administrativas em que se divide o Brasil, distantes da homogeneidade sob qualquer aspecto (CRUZ, 1997). O Nordeste brasileiro compreende nove estados e possui um litoral que se estende por cerca de 3.300 Km. A zona costeira nordestina é caracterizada por contrastes, os quais vão desde condições climáticas até contradições socioeconômicas e culturais.

O estereótipo de “paraíso tropical” (CRUZ, 1997) conferido ao Nordeste brasileiro, consiste numa proposta de homogeneização limitada deste ambiente, no qual se apresentam inúmeras possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico e cultural pelo turismo, o qual se assenta e produz transformações nesse espaço.

Conforme Selva (1999), o potencial natural do litoral nordestino (condições climáticas, elementos bióticos e abióticos e demais elementos que atuam e interagem neste ambiente) constitui-se no principal fator motivacional da vinda de turistas ao Nordeste brasileiro. Interpreta-se, isto, por outro lado, sob a ótica da necessidade de conservar e preservar o patrimônio natural, particularmente as regiões litorâneas, por sua vulnerabilidade e fragilidade.

A quantidade de turistas, o volume de capital proveniente do turismo e os investimentos em infra-estrutura turística são fatores que refletem o rápido crescimento do turismo no Nordeste (CRUZ, 1999). A atividade turística se expandiu de forma acelerada na

região, ampliando o fluxo de turistas e, conseqüentemente, o volume de capital e de investimentos em infra-estrutura. Entretanto, intensificaram-se os efeitos negativos do turismo sobre o território nordestino e as comunidades receptoras, provocando forte degradação ambiental, sobretudo das áreas litorânea.

Por volta dos séculos XVI e XVII, a região nordestina figurava como o eixo central da economia brasileira, em virtude da produção da cana-de-açúcar para exportação, ao longo da faixa litorânea oriental. A partir do século XIX, a retração da economia açucareira provocou uma transferência do eixo econômico para o Sudeste brasileiro (SELVA, 1999).

Surge, então, o eixo econômico Rio de Janeiro - São Paulo - Minas Gerais que se fortaleceu devido à intensa exploração do ouro e pedras preciosas, em torno da qual surgiram as cidades, configurando a rede urbana brasileira. A concentração do investimento produtivo nesse novo eixo levou o Brasil a um desequilíbrio econômico regional, entre os anos de 1960 e 1970.

Em meio a este cenário político-econômico, criou-se o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e o Conselho Nacional de Turismo pelo Decreto-lei 55 de 18 de novembro de 1966. A partir de então, foi elaborada a Política Nacional do Turismo, inserida no contexto da política econômica nacional, com o intuito de planejar e coordenar o turismo enquanto alternativa importante de geração de divisas, emprego e renda para os lugares sobre os quais se assenta.

Para reorganizar o território brasileiro e os fluxos de investimentos, elaborou-se, entre 1975 e 1979, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o qual objetivava:

Desconcentrar as áreas metropolitanas e regiões circunvizinhas, ampliar as áreas industriais e de serviços em outras regiões fora do eixo Rio de Janeiro - São Paulo - Minas Gerais, maximizar o uso das comunicações (principalmente rodovias nacionais) e das infra-estruturas produtivas regionais (...) (SELVA, 1999, p. 118).

Diante da proposta do II PND, entre 1975 e 1995, com a finalidade de desenvolver o turismo sob a perspectiva regional, principalmente o Norte e o Nordeste brasileiros são contemplados com a elaboração da “Política de Megaprojetos” e do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). Entretanto, no que se refere ao litoral nordestino, Cruz (1999, p.268) afirma que tais políticas visavam:

(...) consolidar o território litorâneo nordestino dentro do mercado turístico global e, segundo esta lógica, obedecem a um modelo global de urbanização turística que implica uso intensivo do solo e reprodução de padrões urbanísticos estranhos ao local.

O Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), instrumento de execução da Política Nacional do Turismo, surge apenas em 1992, apoiado nas seguintes idéias:

a) Ordenamento das ações do setor público, no tocante à diversificação dos produtos, à geração de empregos e divisas, à melhor distribuição da renda nacional, à proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural;

b) Subsídio às ações do setor privado no concernente ao planejamento e execução de suas atividades.

No âmbito do PLANTUR, os seguintes programas foram desenvolvidos para viabilizar a Política Nacional do Turismo: a) Pólos Turísticos; b) Turismo Interno; c) Mercado Comum do Sul (Mercosul); d) Qualidade e Produtividade para Marketing Internacional; e) Formação de Recursos Humanos e Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo.

Nesse contexto, a zona costeira destaca-se como área privilegiada nos programas supracitados, sobretudo com projetos de infra-estrutura a ela destinados, tornando-se, assim, o principal canal de inserção do turismo brasileiro na globalização turística internacional.

Na esfera da Política Nacional e com o intuito de minimizar os impactos produzidos pelo turismo, no período de 1996 a 1999, surgem o Programa Nacional de Ecoturismo e o Programa de Capacitação Profissional para o Ecoturismo, ambos, voltados à minimização dos impactos negativos oriundos do turismo, bem como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), instrumento de gestão participativa que considera a participação das comunidades nas tomadas de decisão em escala local.

A falta de tradição na elaboração de políticas públicas de turismo e a ausência de diretrizes no âmbito federal repercutiram negativamente no planejamento turístico. No Nordeste, evidenciou-se essa realidade, na medida em que a orientação em escala nacional para o desenvolvimento de planos estaduais e municipais era praticamente inexistente.

Diante de tais reflexões, o planejamento e a gestão integrada e participativa do turismo tornaram-se premissas para a superação das deficiências socioeconômicas instaladas, a fim de potencializar os benefícios às localidades e às comunidades envolvidas, e de atenuar os impactos negativos provocados pela atividade nas áreas sobre as quais se assenta produzindo transformações, com vistas ao desenvolvimento sustentável das destinações turísticas.

#### **2.4 Problemas e conflitos do desenvolvimento turístico de destinos costeiros**

A inobservância da vulnerabilidade e fragilidade dos ecossistemas que conformam a zona costeira, bem como a carência de planejamento e gestão integrados e participativos e a

desarticulação dos diversos setores da sociedade no processo de planejamento, implementação e controle da atividade turística são algumas das principais causas dos problemas e conflitos ambientais proveniente do desenvolvimento turístico dos destinos costeiros. Conforme salienta Vasconcelos (2005, p. 15), incide sobre a zona costeira, fonte de recursos naturais para as populações humanas, forte pressão demográfica e econômica, implicando conflitos de usos e interesses dos diferentes atores sociais envolvidos no desenvolvimento dessa região.

Segundo Cruz (1997), há uma tentativa de rotular o Nordeste brasileiro de “paraíso tropical”. Essa visão padronizada é considerada limitada e preconceituosa, pois suprime a real capacidade de produção turística desse espaço tão diversificado e contrastante. Possivelmente, isso ocorre em virtude da tendência dos pensadores das políticas regionais e de turismo de obedecerem a parâmetros internacionais de urbanização turística do litoral, produzindo-se, assim, territórios homogeneizados marcados pela concentração de equipamentos e segregação entre turistas e população local.

Os territórios são freqüentemente transformados em verdadeiras ilhas de lazer, onde o turista pode usufruir seu tempo livre totalmente isolado da realidade dos residentes. Esse processo de turistificação dos territórios demonstra-se incapaz de promover melhoria na qualidade de vida dos núcleos receptores. A prática irresponsável, desordenada, alheia à realidade local da atividade turística compreende uma série de impactos negativos que podem afetar as esferas sócias, econômicas, ecológicas e culturais.

Rose (2002) menciona que o uso inadequado dos recursos disponíveis nas destinações turísticas leva ao comprometimento dos recursos e, em alguns casos, à sua extinção. É nesse sentido que Krippendorf (apud RUSCHMANN, 1997) afirma que o turismo pode ser algoz de

si mesmo, referindo-se à massificação da atividade turística que pode acarretar a destruição da base dos recursos que faz viver.

Os padrões de urbanização turística em zonas costeiras figuram como os principais fatores de destruição dos recursos paisagísticos e ambientais, observando-se as perdas e os custos expressivos de manutenção da qualidade dos ambientes (MACEDO & PELLEGRINO, 1999). Desse modo, são imprescindíveis a revisão desses padrões de urbanização e a elaboração de uma política real de conservação de tais recursos como ações prementes, tendo em vista a tendência de aumentar a ocupação de novas áreas costeiras nos próximos anos.

A ocupação e o uso indiscriminado da zona costeira, por meio de ações como a privatização de trechos extensos, configura um desrespeito ao disposto na Lei nº. 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), segundo o qual a praia é “um bem de uso comum do povo”. Tais atitudes podem afetar negativamente o ambiente costeiro, às vezes de modo irreversível, comprometendo o patrimônio público.

Alguns indicadores de degradação ecológica resultantes da aplicação inadequada de modelos de urbanização turística do litoral são: poluição das águas no lençol freático, rios e lagunas, mar e áreas estuarinas; erradicação das dunas e das matas de restinga; assoreamento de barras de rio, praias e estuários; destruição total ou parcial de costões; eliminação de manguezais; transformação das estruturas urbanas primitivas; contaminação e destruição parcial de recifes de coral; e, ainda, “eliminação de plantas e *habitats* de animais, (...) decréscimo das qualidades estéticas do cenário, contaminação arquitetônica, entre outros” (MATHIESON & WALL apud CRUZ, 1999, p. 269).

Barros (2000) afirma que as mercadorias e serviços para consumo que convergem para as áreas de urbanização turística afetam negativamente os elementos ambientais – tais como os manguezais, as dunas, as restingas e falésias, os terraços, as lagoas, os canais de drenagem, as águas subterrâneas, a água oceânica – em virtude da remoções da cobertura vegetal, dos aterros, das retiradas massivas de material sólido e líquido, dos entulhamentos de lixo e descargas de esgotos, independentemente da predominância de hotéis, residências secundárias (veraneios), ou *campings*.

Ressalta-se que os ambientes costeiros do Nordeste do Brasil são caracterizados pela presença de pequenas cidades e povoados. Com a inserção do turismo nessas áreas promove-se o encontro desta atividade, enquanto uma nova função, com o sistema de relações existente na região receptora. Em decorrência disto, verificam-se impactos sócio-econômicos, culturais e ecológicos nos espaços sobre os quais o turismo se assenta (BANCO DO NORDESTE, 1999).

De acordo com Marcelino (1996), há uma substituição dos usos e costumes mais tradicionais (agricultura e pesca), em municípios predominantemente rurais, por ocupações vinculadas ao turismo, o qual se desenvolve, muitas vezes, alheio à realidade local, sem bases sustentáveis, mascarando realidades de pobreza e má distribuição de renda que alicerçam a construção do lugar.

Do ponto de vista sócio-econômico, vale salientar que as zonas costeiras são áreas frágeis economicamente, por serem habitadas, em grande medida, por sociedades marcadas pela pobreza e pela miséria. Nesse sentido, faz-se necessário que o imediatismo predominante nas políticas de desenvolvimento turístico, na ânsia de maximizar o fluxo de turistas e os

lucros da atividade, seja substituído por ações que realmente considerem a vulnerabilidade econômica das zonas costeiras, a fim de evitar que alterações negativas sejam processadas nesses espaços, principalmente em função da má distribuição dos benefícios oriundos do turismo às localidades e suas populações.

O turismo deveria representar uma alternativa de desenvolvimento sócio-econômico para as localidades onde se instala. Entretanto, a atividade também não pode ser encarada como “tábua de salvação”, ou o único caminho para o desenvolvimento de uma região. Em lugar de se pautar na idéia de “paraíso tropical”, o planejamento da urbanização turística do litoral nordestino deve considerar a diversidade dos lugares que o conformam, em suas especificidades e características próprias, sendo necessárias ponderações acerca das diferenças inter-regionais.

O processo de planejamento do turismo deve ainda considerar o respeito às formas de vida e às tradições das comunidades das regiões costeiras, ampliando a participação da população local e implementando dispositivos legais de proteção dos interesses locais. Outro fator imprescindível ao planejamento da atividade refere-se à necessidade de contemplar programas de capacitação e aperfeiçoamento profissional da população. Acredita-se que, dessa forma, existirão avanços significativos e conseqüente melhoria das condições de vida das comunidades.

# 3 TURISMO NO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ (PE)



### **3 TURISMO NO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ (PE)**

Neste texto, analisa-se o ambiente no qual está inserida a praia dos Carneiros, recorte espacial da presente dissertação. Para tanto, empreende-se a caracterização dos aspectos físico-naturais, sócio-econômicos, histórico-culturais e políticos do município de Tamandaré e a apresentação de suas potencialidades turísticas, constituídas pelo seu patrimônio natural e histórico-cultural, que justificam a sua inserção em projetos de conservação ambiental, tais como a Reserva Biológica (REBIO) de Saltinho, a Área de Proteção Ambiental (APA) Federal Costa dos Corais, a APA Estadual de Guadalupe e o Parque Natural Municipal do Forte Santo Inácio de Loyola. As interações existentes entre os elementos que compõem esse ambiente costeiro configuram uma rede de inter-relações que se encontra em estreita dependência e influência recíprocas.

#### **3.1 Localização e acessibilidade**

Com uma área de 190,02 Km<sup>2</sup>, o município de Tamandaré está situado entre as coordenadas geográficas 8°42,602' e 8°46,671' de latitude Sul e 35°06' de longitude Oeste (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2000), limitando-se, ao Sul, com o município de Barreiros; ao Norte, com o município de Rio Formoso; a Leste, com o Oceano Atlântico; e, a Oeste, com o município de Água Preta (Figura 1).

O município dista 114 km do Recife, capital pernambucana, e suas principais vias de acesso são as rodovias BR-101 Sul, importante via de circulação da produção econômica e eixo do turismo do Nordeste Oriental, bem como as rodovias estaduais PE-60, a qual cumpre um papel fundamental na circulação da produção econômica da Mata Sul, e a PE-76, com a função primordial de acesso direto ao município.

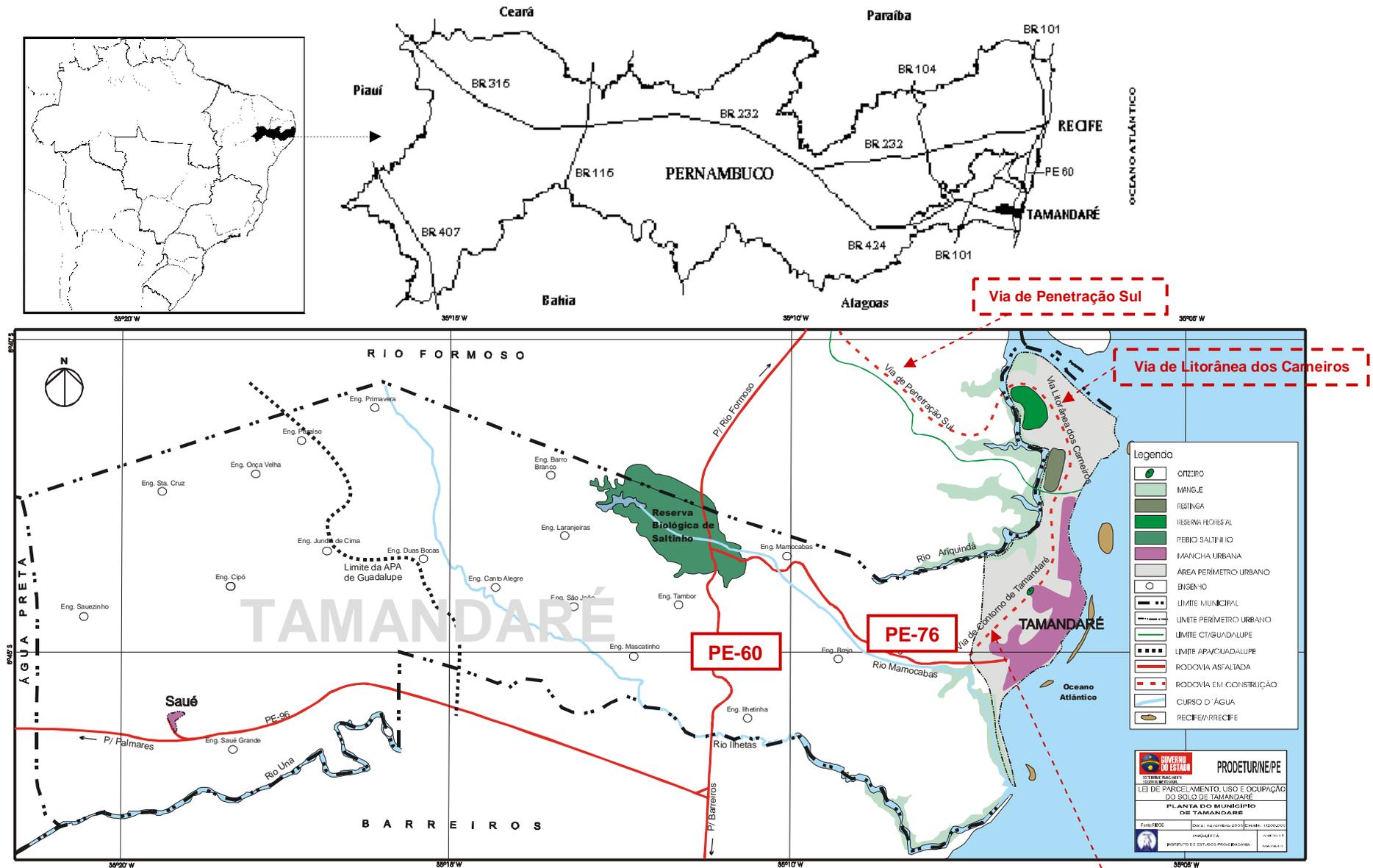


Figura 1: Mapa de Localização e acessibilidade do município de Tamandaré (PE). Escala: 1/200.000

Fonte: Instituto de Estudos Pró Cidadania (PRÓ-CITTÀ). Plano Diretor de Tamandaré, 2001. Modificado por Fabiana Firmino, 2006.

Via de Contorno de Tamandaré

A divisão político-geográfica do estado de Pernambuco insere Tamandaré na Mesorregião da Mata Pernambucana e Microrregião da Mata Meridional, ou litoral Sul (IBGE, 2000). Pernambuco também se divide em Regiões de Desenvolvimento (RDs), estratégia adotada pelo Governo do Estado que visa à promoção do desenvolvimento regional e local, através da integração de territórios produtivos e da desconcentração dos benefícios do desenvolvimento, traduzindo-se numa proposta de administração descentralizada e decisões compartilhadas (CONDEPE/FIDEM, 2006).

Nesse contexto, ressalta-se que o município de Tamandaré integra a RD da Mata Sul, denominada RD-10, na Mesorregião da Zona da Mata Pernambucana, a qual é caracterizada pela produção da cana-de-açúcar e seus derivados e que, recentemente, vem experimentando uma diversificação de atividades produtivas, com destaque para o setor de serviços e, em particular, o turismo.

### **3.2 Aspectos históricos, ocupação e consumo do espaço no município de Tamandaré (PE)**

A formação de parte significativa dos núcleos urbanos na zona costeira de Pernambuco está associada a diversos processos históricos, dentre os quais se destacam o assentamento e a franca expansão da agroindústria da cana-de-açúcar, notadamente, ao longo dos séculos XVI e XVII, que influenciou o cenário econômico e ocasionou uma forte modificação na morfologia das paisagens.

Conforme Andrade (2002), no século XVII, inicia-se o processo de colonização do Brasil pelos portugueses, os quais implementam a *plantation* açucareira em Pernambuco e na Bahia, em substituição à atividade extrativista do pau brasil e de outros produtos de valoração econômica mais baixa. A cultura e produção açucareira, apesar de representar um avanço das

técnicas e da qualidade do produto, utilizou-se de mão-de-obra manual por um longo período e ocasionou o desmatamento de várias áreas para a implantação de engenhos de variados porte e relevância.

Andrade (2002, p. 57) menciona que “Pernambuco deteve o lugar de primeiro produtor nacional de açúcar durante várias décadas (...)” e destaca ainda que o cultivo da cana-de-açúcar ocorre na Mesorregião da Mata, “estreita faixa de terra paralela ao litoral, situada entre o rebordo oriental do Maciço da Borborema e o mar”. O autor atribui o desenvolvimento e expansão da cana-de-açúcar, formando uma sociedade e uma civilização, a uma série de aspectos favoráveis, tais como: posição geográfica (distância do mercado europeu), condições climáticas e geomorfológicas e importação do sistema da agricultura açucareira trazida das ilhas do Atlântico. Nessa época o Nordeste detinha o status de eixo político-econômico do país.

Contudo, a partir de meados do século XIX, a região Nordeste enfrenta uma recessão da agroindústria açucareira, enquanto a região Sudeste introduz novas tecnologias no cultivo da cana. A exploração da terra pela monocultura da cana-de-açúcar na Mesorregião da Mata e Microrregião da Mata Meridional (litoral Sul) de Pernambuco, repercutiu negativamente sobre as condições ambientais, na medida em que provocou sérias transformações na paisagem e ocasionou a degradação do solo, do clima, da vegetação, do relevo e humana.

Tamandaré insere-se, nesse contexto, devido a sua grande disponibilidade de terras, características climáticas, geomorfológicas e hidrológicas, dentre outras condições físico-naturais, adequadas ao cultivo e ao transporte da cana-de-açúcar. Tais atributos, extremamente propícios ao empreendimento açucareiro, influenciaram a ocupação do

município por engenhos, os quais encontravam na abundante reserva de Mata Atlântica uma fonte de matéria-prima para abastecer suas fornalhas.

Em torno do nome do município de Tamandaré versam diferentes histórias. Maciel (1984) afirma que o topônimo Tamandaré provém de “*Tamandauar-ê*”, referindo-se àquele que se assemelha ao tamanduá, sobe às árvores como o tamanduá e desempenha o papel do tamanduá. Todavia, no município, divulga-se que a palavra Tamandaré provém do vocábulo tupi “*Tamoindarê*” (*Tab-moi-indaré*), cujo significado é “O Repovoador”. Na tradição indígena tupi, existia um pajé chamado Tamandaré, a quem Tupã, o grande deus dos trovões, revelou seus desígnios de exterminar os homens e escolheu para repovoar a região. Então, quando aconteceu o cataclismo que inundou a terra, Tamandaré e sua família, que já estavam abrigados numa arca gigantesca, lá permaneceram até cessar o dilúvio (CONDEPE, 1992).

Parcela significativa da história de Tamandaré está associada ao município de Rio Formoso, ao qual pertencia originalmente. Vale salientar que Rio Formoso desempenhou um destacado papel no cenário político-econômico na segunda metade do século XXVII, período da invasão holandesa, marcado, sobretudo, pela monocultura da cana-de-açúcar que sedimentou a ocupação territorial no município e o colocou numa posição privilegiada no contexto da produção açucareira do estado de Pernambuco.

O sistema fluvial desempenhou um destacado papel na ocupação da então vila de Tamandaré. O rio Formoso, com um percurso totalmente navegável, por sua profundidade propícia, foi responsável pela diversificação das atividades econômicas, tais como a pesca, a agricultura, com destaque para o cultivo do coco. Possibilitou o escoamento da produção açucareira para o Recife e para o porto de Tamandaré, e, ainda, viabilizou a comercialização

de vários gêneros alimentícios, o deslocamento de pessoas e o surgimento de estaleiros (CONDEPE, 1992; MACIEL, 1984).

A ocupação de Tamandaré pelo turismo iniciou-se nos anos de 1950, ainda quando era distrito de Rio Formoso, provocando diversas alterações na morfologia da paisagem litorânea. Em 1952, registra-se o surgimento do Hotel Tamandaré, com 17 Unidades Habitacionais (UHs) e 34 leitos. Em meados da década de 70, evidencia-se a vocação turística da vila de Tamandaré com a descoberta de suas praias para o veraneio e o lazer. A localidade que até então apresentava uma baixa densidade demográfica e pequena expressividade econômica, experimentou um aumento significativo de sua taxa de crescimento anual. Pode-se dizer, conforme apontam Macedo e Pellegrino (1999), que o município desponta como um pequeno núcleo urbano, com certa rusticidade, assimilando um padrão de ocupação urbana de caráter extensivo na linha costeira (Figuras 2 e 3).



**Figura 2:** Padrão de ocupação Praia de Tamandaré

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 3:** Padrão de ocupação da Praia de Campas

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

A ocupação do município por casas de veraneio estendeu-se de forma desordenada por grande parte de sua faixa costeira do município, seguindo a estrutura de uma linha paralela ao

mar característica dos bairros de segunda residência ou veraneio estabelecidos nas áreas selecionadas para que as pessoas desfrutem o período de férias ou grandes feriados.

O surgimento de Tamandaré enquanto destinação turística costeira, quanto à origem e estrutura, é ainda correspondente ao tipo de ocupação, indicado por Stansfield (1970), onde se verifica que já existia, antes do turismo se instalar, um prévio assentamento humano no município e predominavam as funções de agricultura e pesca, as quais vêm sendo paulatinamente obscurecidas pela função turística.

### 3.2.1 Aspectos sócio-econômicos

A emancipação política do município ocorreu através da Lei Estadual nº. 11.257, de 28 de setembro de 1995 (CONDEPE, 2001). Tamandaré abriga uma população de 17.281 habitantes, o que representa uma densidade demográfica de 175 habitantes/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2000). Cerca de 11.548 habitantes estão na zona urbana, e os outros 5.733 habitantes, na zona rural, perfazendo uma taxa de urbanização de 66,82 % da população residente. Em 2004, o IBGE registrou um aumento da população residente, a qual foi estimada em 18.550 habitantes. O município é formado pelos distritos de Sede, que concentra maior parte da população urbana, e Saué, no qual se encontra a maior parcela da população rural.

Historicamente, as atividades econômicas enquadradas no setor primário destacam-se nos quesitos geração de emprego e arrecadação de impostos. Em Tamandaré, a indústria sucroalcooleira representava a principal base econômica do município. Todavia, em meados da década de 1990, a crise enfrentada pelo setor sucroalcooleiro provocou o encerramento das atividades nas Usinas Santo André e Central Barreiros, o que conseqüentemente gerou sérios

problemas sócio-econômicos, notadamente em Saué, distrito rural de Tamandaré, onde o emprego e a renda de diversas pessoas provinham dessa indústria.

A cultura da cana-de-açúcar e a pesca destacam-se como as principais atividades do setor primário. De acordo com o IBGE (2003), o cultivo da banana e do coco-da-baía faz parte da lavoura permanente; a lavoura temporária abrange o cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca. A pecuária, mais timidamente, também faz parte da cena econômica de Tamandaré e envolve as seguintes atividades: a criação de bovinos, suínos, eqüinos, asininos, muares, bubalinos, ovinos, galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, caprinos e vacas ordenhadas; produção do leite de vaca e de ovos de galinha (IBGE, 2003).

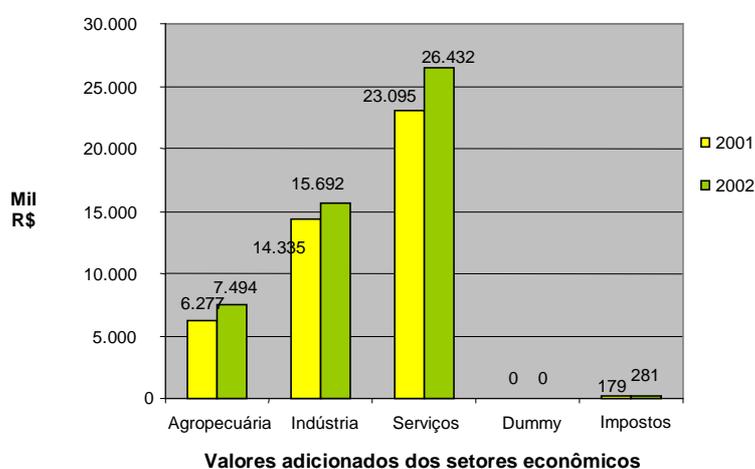
No setor de serviços, a atividade turística exerce forte influência no cenário econômico municipal e, para se desenvolver, mobiliza uma série de setores da economia. Em função do turismo, estabeleceu-se em Tamandaré um conjunto de outras atividades, tais como comércio, imobiliária, serviços de bares, restaurantes e de lazer. Através do Produto Interno Bruto (PIB), pode-se medir o impacto das atividades agropecuária, industrial e de serviços na economia de Tamandaré. No período de 2000 a 2001, o IBGE registrou um incremento no PIB a preço de mercado corrente do município (Quadro 2).

**Quadro 2:** Composição do PIB a preço corrente

<b>Impacto das atividades no PIB a preço corrente 2000-2001</b>	<b>2001 Em Mil Reais (R\$)</b>	<b>2001 (%)</b>	<b>2002 Em Mil Reais (R\$)</b>	<b>2002 (%)</b>
Valor adicionado na agropecuária	6.277	14,30	7.494	15,01
Valor adicionado na Indústria	14.335	32,67	15.692	31,45
Valor adicionado no Serviço	23.095	52,63	26.432	58,98
Dummy	0	0	0	0
Impostos	179	0,40	281	0,56
	48.883	--	49.900	--

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

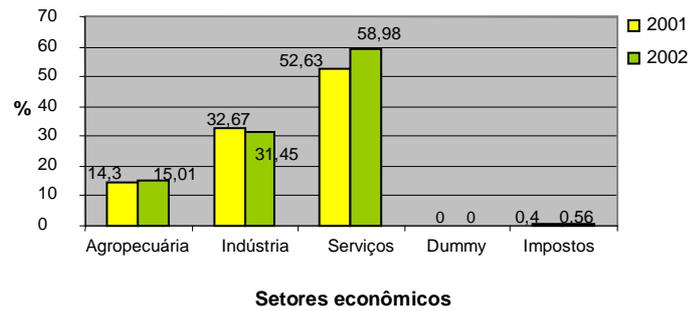
O PIB calculado em 2001 foi de R\$ 43.883.000,00, composto predominantemente pelos valores adicionados do setor de serviços (52,63%), seguido da indústria (32,67%) e, por último, pela agropecuária (14,30%). Os impostos, em 2001, representaram 0,40 % no PIB. O valor do PIB calculado em 2002 correspondeu a R\$ 49.900.000,00. Verificou-se um incremento, em reais (R\$), no valor adicionado ao PIB em todos os setores da economia (Gráfico 1).



**Gráfico 1:** Valores adicionados dos setores econômicos no PIB a preço de mercado corrente (em Mil Reais).

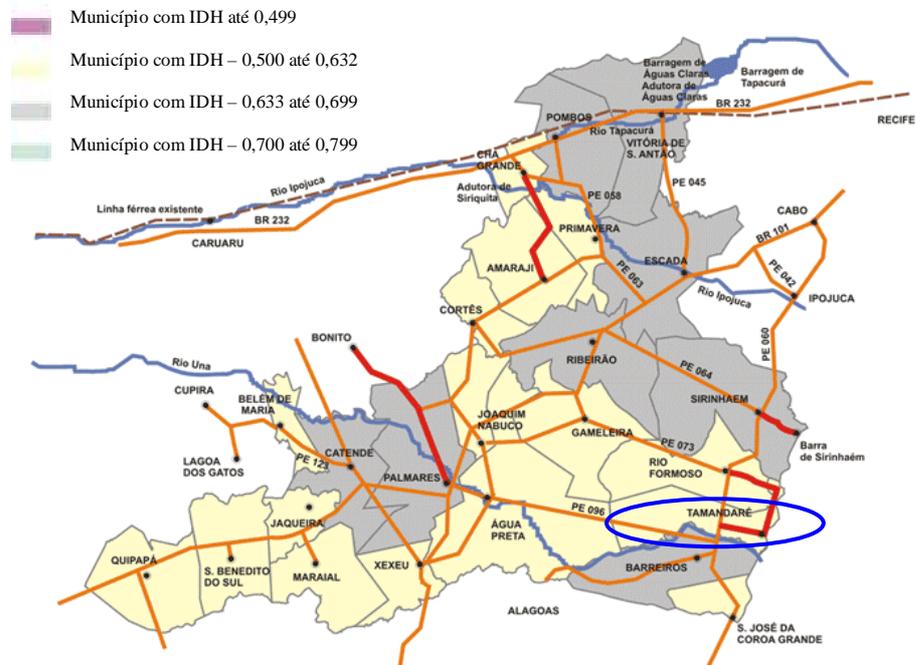
**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Porém, percentualmente, apenas os setores agropecuário (15,01%) e, mais expressivamente, de serviços (58,98%) ampliaram sua participação na composição total do PIB, em detrimento de uma diminuição da participação do setor industrial (31,45%) (Gráfico 2). A arrecadação de impostos foi uma vez e meia maior, ampliando também sua participação (0,56%) na composição do PIB.



**Gráfico 2:** Participação percentual dos setores econômicos no PIB  
**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Além do PIB, é importante ressaltar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) enquanto um importante instrumento de avaliação do cenário sócio-econômico. Dentre os municípios que integram a Mata Sul de Pernambuco, apesar do incremento verificado do ano de 1991 (0,496) para 2000 (0,596), Tamandaré é o que apresenta o menor IDH no cômputo geral (Figura 4 e Quadro 3).



**Figura 4:** IDH da RD da Mata Sul (RD-10), 1991-2000.  
**Fonte:** CONDEPE/FIDEM, 2006.

**Quadro 3:** IDH dos Municípios do Litoral Sul de Pernambuco (1991 e 2000)

Código	Município	IDH, 1991	IDH, 2000	IDH-RENDIA, 1991	IDH-RENDIA, 2000	IDH-LONGEVIDADE, 1991	IDH-LONGEVIDADE, 2000	IDH-EDUCAÇÃO, 1991	IDH-EDUCAÇÃO, 2000
260290	Cabo de Santo Agostinho (PE)	0,630	0,707	0,542	0,588	0,642	0,734	0,705	0,798
260720	Ipojuca (PE)	0,530	0,658	0,466	0,545	0,597	0,728	0,527	0,700
260140	Barreiros (PE)	0,583	0,635	0,544	0,530	0,609	0,650	0,595	0,724
261420	Sirinhaém (PE)	0,500	0,633	0,431	0,517	0,579	0,707	0,490	0,674
261340	São José da Coroa Grande (PE)	0,498	0,628	0,467	0,537	0,527	0,652	0,500	0,696
261190	Rio Formoso (PE)	0,516	0,621	0,446	0,508	0,579	0,660	0,524	0,695
261485	Tamandaré (PE)	<b>0,496</b>	<b>0,596</b>	0,442	0,513	0,559	0,627	0,488	0,649

**Fonte:** PNUD. Adaptado do *Ranking* do IDH dos Municípios do Brasil. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>. Acesso em 04 de junho de 2006.

No tocante à renda, em 1991, o município estava à frente apenas de Sirinhaém e, em 2000, sua posição no *ranking* do IDH dos municípios brasileiros só era superior a de Rio Formoso. Quanto à longevidade, em 1991, posiciona-se apenas à frente de São José da Coroa Grande; e, em 2000, apresenta o menor índice de todos os municípios. De todos os índices apresentados no Quadro 3, pode-se afirmar que apesar do IDH-Educação haver aumentado no intervalo de 1991 até 2000, aparece como o mais crítico dos índices, menor do que o de todos os municípios do litoral Sul pernambucano nos dois períodos observados.

Realizando-se uma análise entre o impacto do setor de serviços na esfera sócio-econômica de Tamandaré, através do PIB e do IDH, verifica-se uma grande contradição nos dados apresentados por estes indicadores que evidencia o cenário de contrastes no qual se insere o município. O crescimento econômico observado, com destaque significativo para o setor de serviços, e, na cadeia de serviços, para o turismo, não representa um efetivo desenvolvimento humano do município, considerando-se, sobretudo, os aspectos de educação e renda.

Analisando-se especificamente o IDH, no intervalo de 1991 a 2000, observa-se que houve um aumento do índice geral e dos demais índices no referido período. O IDH-Educação foi o que apresentou um aumento mais expressivo, apesar de ser inferior ao dos demais municípios do litoral Sul (Quadro 3).

Acredita-se que a melhoria dos índices de desenvolvimento humano e a maior participação do setor de serviços no PIB podem estar associadas à difusão do turismo em Tamandaré, uma vez que é justamente no período que se inicia em meados da década de 1980 e se estende por toda década de 1990 e 2000 que o município experimenta uma expansão no setor turístico, com um aumento significativo do número de condomínios, bem como de novos hotéis e pousadas, colônia de férias do Serviço Social da Indústria (SESI) e marinas.

Porém, são necessárias ponderações e relativizações quanto ao tipo de turismo que vem se desenvolvendo no município. A prática massificada da atividade, predominando o turismo de sol e mar e veraneio, não tem trazido benefícios significativos à comunidade local. Apesar de 10 % da mão-de-obra em Tamandaré estar empregada no setor turístico, conforme dados do CONDEPE/FIDEM (2006), comerciantes e prestadores de serviços ressaltam que uma parcela significativa da oferta de empregos refere-se ao trabalho informal e temporário, nos períodos de alta estação, com duração de três a quatro meses por ano, cuja renda proveniente deverá manter as famílias nos demais meses. Outros aspectos a serem considerados são a baixa remuneração e as más condições de trabalho como características da oferta de trabalho no turismo.

A dinâmica do turismo no município atraiu programas e projetos de desenvolvimento sócio-ambiental e econômico, o que pode ter repercutido positivamente na melhoria do IDH.

Entretanto, não representou um efetivo desenvolvimento humano na medida em que não foi acompanhada pela justa distribuição dos benefícios da atividade, nem do efetivo envolvimento da comunidade local no planejamento turístico, cuja realização acontece para mitigar os impactos sócio-econômicos, ecológicos e culturais negativos já produzidos pela atividade em função de sua expansão acelerada e desordenada. Nesse sentido, observa-se a dificuldade de se equilibrarem questões como os ganhos que o turismo estimula e o desenvolvimento sustentável em Tamandaré.

O setor turístico imprimiu um novo ritmo ao município de Tamandaré e à população e, em grande medida, impõe mudanças na forma de subsistência, inserindo novas funções para as quais as pessoas não estão preparadas, em substituição às funções tradicionais de agricultura e pesca, bem como promoveu transformações negativas no ambiente natural. Haulot (2002, p.75) descreve bem essa realidade ao afirmar que o turismo é “um elemento simultaneamente destrutor e criador, que proporciona benefícios consideráveis tanto a quem o pratica quanto aos que asseguram seu funcionamento, mas também conduz a abusos de poder que chegam até a negação de seu próprio objeto de existência”.

Como em outros destinos do litoral pernambucano, no município de Tamandaré, uma vez instalado o novo cenário, o do turismo, as populações locais enfrentam problemas para obterem ganho de renda e dificuldade para conseguirem trabalho por não disporem da especialização e capacitação profissional requeridas pela nova dinâmica do setor de serviços, no qual se insere a atividade turística.

### 3.2.2 A difusão espaço-temporal do turismo

Nas décadas de 1990 e 2000, intensificaram-se as construções de pousadas e condomínios em Tamandaré. Durante o trabalho de campo, foram coletados alguns dados que indicam a dinâmica do turismo no município.

Verificou-se que existe uma carência de dados acerca da infra-estrutura turística e das atividades desenvolvidas. Houve dificuldade de encontrar documentos que pudessem servir de base para a identificação dos equipamentos de acomodação, serviços e infra-estrutura de apoio existente no município, tanto na Secretaria de Turismo como na Associação de Hotéis, Pousadas, Restaurantes e Similares de Tamandaré (AHPREST). Portanto, foram utilizados como referência o Inventário do Potencial Turístico de Pernambuco (1998), realizado através de uma parceria entre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR), o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável do Município de Tamandaré (2001) e a pesquisa *in loco*.

A maior parte dos dados acerca das estruturas de acomodação existentes no município foi obtida através de pesquisa direta. Diante da insuficiência de fontes documentais, nos órgãos oficiais e nas associações, considera-se a coleta significativa e muito próxima da realidade, permitindo perceber como vem ocorrendo a expansão da atividade turística em função dos referidos equipamentos. A partir das observações *in loco*, constatou-se que várias das informações dos documentos utilizados como referência para a pesquisa encontram-se desatualizadas, especialmente no que se refere às estruturas de acomodação.

Procurou-se identificar o ano de surgimento desses equipamentos turísticos, bem como, no caso das estruturas de acomodação, verificar a quantidade aproximada de unidades

habitacionais (UHs) e de leitos que surgiram no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970 e nas sucessivas décadas de 1980, 1990 e 2000<sup>2</sup>. Assim, foi possível fazer uma análise temporal da difusão do turismo no município. Concomitante a isso, foram coletadas as coordenadas geográficas do tipo SAD 69, através do *Global Positioning System* (GPS), para também mostrar distribuição espacial das estruturas de acomodação ao longo das mencionadas décadas.

Dentre os hotéis e pousadas visitados, chegou-se a um levantamento correspondente a 39 equipamentos, porém, como vários se encontravam fechados<sup>3</sup> no período da pesquisa e, em alguns, não havia pessoas habilitadas para fornecer a informação, só foi possível obter dados de apenas 27 estabelecimentos, o que representa 366 UHs e 1404 leitos no município.

**Quadro 4:** Difusão temporal das estruturas de acomodação (pousadas e hotéis)

Década de Surgimento	Estruturas de Acomodação (pousadas e hotéis)	Uhs	Leitos
Entre 1950 e 1970	2	30	99
1980	2	87	215
1990	11	161	424
2000	12	88	666
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>366</b>	<b>1404</b>

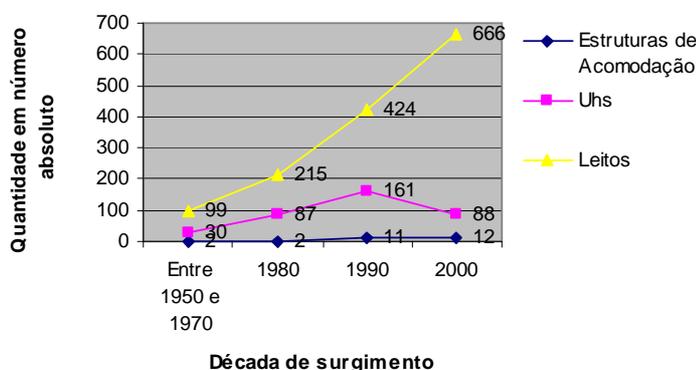
**Fonte:** Pesquisa Direta, 2006.

Conforme indicam o Quadro 4 e o Gráfico 3, o surgimento de pousadas e hotéis em Tamandaré se inicia entre as décadas de 1950 e 1970 de forma pouco expressiva. Entretanto, a partir da década de 1990, intensifica-se a construção de equipamentos de acomodação no município, o qual já experimentava forte ocupação espacial por casas de veraneio desde a década de 1980, seguindo a tendência do turismo de segunda residência de outros destinos do

<sup>2</sup> A definição do intervalo da décadas de 1950 a 1970 se deu pela pouca expressividade da função turística nesse período no tocante ao surgimento de novas estruturas de acomodação.

<sup>3</sup> Alguns equipamentos de hospedagem interrompem suas atividades após a alta estação.

litoral pernambucano. Nos anos de 2000, continua a expansão do turismo pelo assentamento de estruturas de acomodação no município.



**Gráfico 3:** Distribuição de estruturas de acomodação, UHs e leitos (1950-2006)  
**Fonte:** Pesquisa direta, 2006.

A elevada quantidade de UHs e de leitos na década de 1980, deve-se ao surgimento do Hotel Marinas de Tamandaré, em 1984, com 80 UHs e 200 leitos. Atualmente, o referido hotel, situado no limite das praias de Campas e dos Carneiros, encontra-se fechado para reforma desde o ano de 2002.

Na década de 1990, o significativo número de UHs e leitos, deve-se principalmente à instalação do Hotel Caravelas Tamandaré em 1997 na sede do município, com 50 UHs e 100 leitos. Por volta do ano de 2002, o hotel passou a chamar-se Pousada Baía dos Corais, mantendo o mesmo número de UHs e ampliando a capacidade para 300 leitos, segundo informaram seus funcionários.

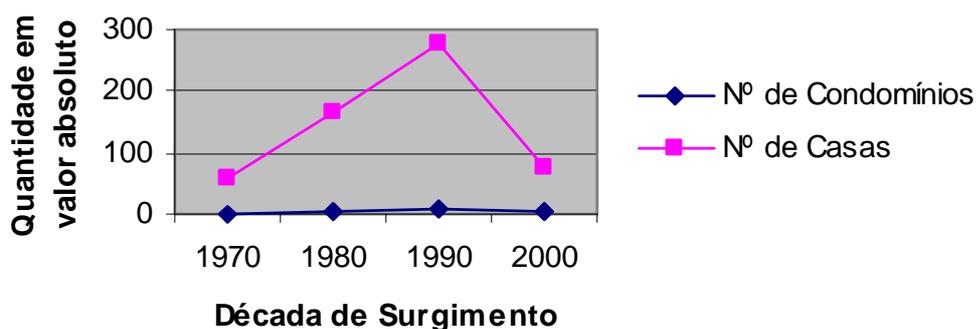
Também foi registrada, durante a pesquisa *in loco*, a existência de 33 condomínios e privês. Entretanto, vários deles encontravam-se fechados e não havia sequer funcionários para se obter dados quanto à década em que surgiram e a quantidade de casas por condomínio.

Apenas coletaram-se os referidos dados de 19 dos condomínios visitados, o que representa a construção de cerca de 578 novas casas (Quadro 5 e Gráfico 4).

**Quadro 5:** Difusão temporal dos condomínios e privês

Década de Surgimento	Nº de Condomínios	Nº de Casas
1970	1	58
1980	4	167
1990	10	276
2000	4	77
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>578</b>

Fonte: Pesquisa Direta, 2006.



**Gráfico 4:** Expansão de Condomínios em Tamandaré

Fonte: Pesquisa direta, 2006.

Os condomínios e privês surgiram predominantemente no decorrer das décadas de 1980 e 1990, com a edificação de cerca de 443 novas casas para servir à segunda residência e ao veraneio (Figuras 5 e 6). Concentram-se, em sua maioria, na área continental compreendida entre as praias de Campas e dos Carneiros, no litoral Norte de Tamandaré.



**Figura 5:** Privê na praia de Campas.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 6:** Privê na praia de Campas.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

A grande disponibilidade de terreno, lotes e casas à venda e para alugar, construção de novas casas e instalação de novos empreendimentos hoteleiros evidenciam uma intensa especulação imobiliária no município de Tamandaré (Figura 7) e a comercialização de seus recursos naturais pela função turística.



**Figura 7:** Intensa atividade imobiliária.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

A malha urbana expande-se por toda faixa litorânea: de forma mais adensada, na sede do município (Figura 8) e na praia de Campas (Figura 9); e menos adensada nas imediações da praia da Boca da Barra, na embocadura do complexo Ilhetas-Mamucabas, ao Sul (Figura

10), bem como na Praia dos Carneiros, que se estende do Hotel Marinas até o encontro dos rios Ariquindá e Formoso, ao Norte de Tamandaré (Figura 11).



**Figura 8:** Praia de Tamandaré (Barracas padronizadas).  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 9:** Praia de Campas.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 10:** Praia da Boca da Barra,  
Complexo Ilhetas-Mamucabas.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2005.



**Figura 11:** Praia dos Carneiros.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2005.

Verifica-se uma nítida expansão do turismo em Tamandaré, sobretudo a partir dos anos de 1980, com o elevado consumo do capital natural nas praias Tamandaré e de Campas através da ocupação desordenada por casas de veraneio, condomínios e privês, consolidando-se no município o turismo de segunda residência. Nos anos de 1990 e 2000, intensifica-se o surgimento de estruturas de acomodação (hotéis, pousadas, chalés e bangalôs).

A difusão da função turística, ao longo dos anos, pode ser demonstrada por meio da espacialização das estruturas de acomodação no município de Tamandaré (Figura 12). Entre os anos de 1950 e 1970, registrou-se o aparecimento de um hotel e de uma pousada na praia de Tamandaré. No decorrer dos anos de 1980 e 1990, instalaram-se os primeiros equipamentos de hospedagem nas praias de Tamandaré e de Campas. Os condomínios e privês instalaram-se predominantemente no trecho continental referente à praia de Campas, onde também se instalaram as marinas, sendo duas delas às margens do rio Ariquindá e uma na faixa litorânea. Nos anos de 2000, continua a expansão turística nas praias de Tamandaré, Campas e dos Carneiros. Na praia dos Carneiros, praticamente todos os equipamentos de hospedagem surgiram nos anos de 2000. Convém salientar que a praia dos Carneiros foi definida como zona hoteleira, no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro da APA de Guadalupe e do Plano Diretor de Tamandaré, elaborados respectivamente em 1998 e 2001.



**Figura 14:** Espacialização da Função Turística em Tamandaré (Estruturas de Acomodação, Marinas, Pontos Históricos e Restaurantes) do Município de Tamandaré.  
**Fonte:** Pesquisa direta, 2006.

**LEGENDA:**

- Equipamentos de hospedagem
- Condomínios e privês
- ⚓ Marinas
- ⌞ Outros Pontos (Igrejas, Restaurantes)

Visitou-se ainda a Colônia de Férias do SESI, que existe desde 1989, e também possui estrutura para acomodação com 48 UHs (Figura 13).



**Figura 13:** Colônia de Férias do SESI.

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

O inventário turístico da Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR) de 1998 indica a existência de cinco marinas, dentre as quais foram visitadas: a Marina do Rio (Figura 14), situada no loteamento Luiziana às margens do rio Ariquindá; a Marina das Campas, situada na orla da praia de Campas; e a Marina das Campas II (Figura 15), antiga Marina Ariquindá, também situada às margens do rio Ariquindá, após a Colônia de Férias do SESI.



**Figura 14:** Marina do Rio.

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 15:** Marina das Campas II (antiga Marina Ariquindá).

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

A Marina Marinas, indicada no inventário, fechou. As marinas Auto-Mar, Pontal do Maceió e o Marujo (catamarã e lanchas), esta última não constava no inventário, não foram visitadas. Incluem-se dentre os serviços oferecidos pelas marinas: aluguel e manutenção de barcos para passeios (Figura 16); aluguel de equipamentos náuticos – *Jet Sky*, *Banana Boat* (Figura 17) e Caiaques; aluguel de equipamentos náuticos (barcos e lancha); passeios de jangada; e aluguel de *buggy*.



**Figura 16:** Passeio de Barco oferecido pelo “O Marujo” (Catamarã e Lanchas).  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 17:** Passeio de *Banana Boat*.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

### 3.3 Potencialidades turísticas

O patrimônio natural de Tamandaré revela a vocação turística do município, o qual se destaca enquanto destinação turística litorânea constituída de ecossistemas costeiros de beleza e biodiversidade consideráveis, como as praias, os recifes de corais, os manguezais, os rios, a fauna e a flora local, formando um conjunto de elementos que compõem o potencial turístico do município, cujos espaços continental e litorâneo estão, em grande parte, inseridos em unidades de conservação.

Vale salientar que as potencialidades turísticas do município não se restringem ao patrimônio natural, também abrangem um conjunto arquitetônico que inclui o forte, igrejas e festas populares, que conformam o seu patrimônio cultural.

### 3.3.1 Aspectos físicos e patrimônio natural

Os aspectos climáticos exercem forte influência sobre os processos físicos, químicos e biológicos que ocorrem no ambiente natural de Tamandaré. O conhecimento das condições climáticas da área, bem como de seu ambiente natural é indispensável ao planejamento turístico do município, pois revelam aspectos importantes que devem ser considerados no desenvolvimento da atividade. Para caracterização dos aspectos físicos do município foi utilizada a Monografia sobre a Mesorregião da Mata Pernambucana elaborada, em 2001, pelo Instituto de Planejamento de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM).

Tamandaré caracteriza-se pelo clima Tropical quente e úmido, do tipo As', conforme a classificação de Köppen, com duas estações bem definidas (uma chuvosa e outra seca), apresentando temperaturas médias anuais em torno de 25° C e temperaturas máximas absolutas acima dos 30° C entre os meses de dezembro e março.

Em função das chuvas de monção, o litoral pernambucano possui uma precipitação pluviométrica anual elevada em torno de 2000 mm. A maior densidade de precipitação pluviométrica ocorre entre os meses de abril e julho, período de inverno, concentrando de 70 a 75% do total de chuvas. No período de verão, entre os meses de dezembro e fevereiro, essa densidade de precipitação pluviométrica é inferior a 10%. Em Tamandaré, entre os meses de março e agosto, as precipitações são superiores a 1500 mm (estação chuvosa), e no período de outubro a janeiro são inferiores a 1000 mm (estação seca).

O município é recortado, na porção norte, pelo rio Formoso e, na porção sul, pelo rio Mamucabas, este com um padrão de drenagem irregular na rede hidrográfica. Em função do clima tropical chuvoso, os rios do município são perenes, redes de drenagem dirigidas no sentido oeste-leste, desaguando no Oceano Atlântico, e suas nascentes situam-se no próprio litoral pernambucano. Há um maior volume de água e regime mais regular nos cursos de água da Mata Meridional. Destacam-se, no município, as bacias hidrográficas dos rios Una, Ilhetas, Mamucabas e Ariquindá.

Na Mata Meridional, onde o município se insere, o relevo apresenta certa uniformidade e constitui-se por colinas e morros de formas arredondadas, com encostas íngremes, em grande parte, dificultando a mecanização agrícola e favorecendo a erosão dos solos. As áreas mais propícias à mecanização agrícola encontram-se na parte norte, em virtude das superfícies aplainadas, denominadas de tabuleiros e chãs, com solos menos férteis. Na porção Leste do município, domina a paisagem da planície litorânea, oriunda do desenvolvimento da planície, unidade morfológica predominante, sobre rochas sedimentares. Já na porção Centro, Norte, Oeste e Sul, domina a paisagem de mares de morros, proveniente do desenvolvimento da planície sobre rochas cristalinas.

Dentre os solos encontrados, destacam-se: os solos profundos Latossolo Vermelho Amarelo e Podzólico Vermelho que se desenvolveram sobre os mares de morros e estão vinculados à monocultura da cana-de-açúcar; os solos aluviais, que acompanham os cursos dos rios também estão relacionados ao cultivo da cana-de-açúcar e outras culturas de subsistência; e, nos estuários dos rios Ariquindá, Ilhetas e Mamucabas, encontram-se, ainda, os solos de Mangue.

A vegetação originalmente predominante é a Mata Atlântica. Entretanto, essa vegetação caracterizada como perenifólia, foi substituída pelo cultivo da cana-de-açúcar no centro e oeste do município. Podem-se encontrar ainda os coqueirais, a vegetação de mangue e de restinga, predominantes nas proximidades do Oceano.

Segundo o Gerenciamento Costeiro (GERCO), a orla de Tamandaré possui 12,63 Km de extensão distribuídos por cinco praias: Boca da Barra , do Pontal do Lira, de Tamandaré, de Campas, dos Carneiros (Plano de Intervenção da Orla (PIO), 2005). O Inventário do Potencial Turístico de Tamandaré (1998), utilizado na caracterização das praias juntamente com o PIO, indica uma faixa de praia com, aproximadamente, 13,2 Km de extensão propícios para o banho.

A praia da Boca da Barra (Figura 18) situa-se entre a foz do rio Carro Quebrado, ou Mamucabas, e a praia do Pontal do Lira, perfazendo 2,5 km de extensão. Nesse trecho, a paisagem é formada ao Norte, pelo coqueiral e, ao Sul, nas proximidades do rio Mamucabas, predomina a vegetação de mangue (Figura 19) e fragmentos de uma vegetação rasteira.



**Figura 18:** Praia da Boca da Barra.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 19:** Vegetação de Mangue nas proximidades do rio Mamucabas.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006

Ao largo da praia, encontram-se os arrecifes e, na porção sul, formam-se piscinas naturais na baixa-mar. O píer do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste (CEPENE)/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) também compõe a paisagem, possibilitando a ancoragem natural de embarcações de médio e pequeno porte. A ocupação humana é marcada por casas de veraneio e não se verifica a presença de comércio formal ou informal, principalmente após ação do IBAMA que retirou da praia ocupação desordenada por barraqueiros.

A praia do Pontal do Lira está situada entre a praia da Boca da Barra, ao Sul, delimitada pelo CEPENE/IBAMA, e a praia de Tamandaré, ao Norte, compreendendo um trecho de 1 Km de extensão. Ao largo da praia, verifica-se a presença de arrecifes. A vegetação é composta por coqueiros espaçados. O píer do CEPENE/IBAMA possibilita a ancoragem natural de embarcações de médio e pequeno porte (Figura 20).



**Figura 20:** Píer do CEPENE.

**Fonte:** Clarisse Fraga, 2005.

A utilização de diques de proteção nas casas de veraneio, no trecho central da praia do Pontal do Lira, indicam um forte processo erosivo. Verificam-se o comércio formal e o informal na praia.

A praia de Tamandaré (Figura 21) localiza-se no núcleo urbano da sede municipal entre as praias do Pontal do Lira, ao Sul, e a Igreja de São Pedro (Figura 22), que demarca seu limite com a praia de Campas, ao Norte, totalizando cerca de 2 Km de extensão. A paisagem também é marcada pelas ruínas da Igreja de São José. Ao largo da praia, a 200 metros, verifica-se a presença de arrecifes. A vegetação é composta por coqueiros. Há possibilidade de ancoragem natural para embarcações de pequeno porte. A ocupação humana é marcada por casas de veraneio, ao Norte, pela proliferação do comércio formal, informal e equipamentos e serviços turísticos no trecho ao Sul.



**Figura 21:** Praia de Tamandaré.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 22:** Igreja de São Pedro, limite com a praia de Campas.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

A praia de Campas (Figura 23) delimita-se, ao Sul, com a praia de Tamandaré pela Igreja de São Pedro e, ao Norte, com a praia dos Carneiros pelo Hotel Marinas de Tamandaré (Figura 24), abrangendo um percurso de 2,7 Km de praia plana e ondulada. Dela pode-se avistar ao fundo da paisagem, ao Norte, a Ilha de Santo Aleixo no município de Sirinhaém. Existe possibilidade de ancoragem natural para embarcações de pequeno porte, notadamente no trecho em frente ao Hotel Marinas. A ocupação humana é marcada pela presença de casas de veraneio mais abastadas e condomínios fechados (Figuras 25 e 26). Já se percebe o comércio formal e informal.



**Figura 23:** Praia de Campas.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 24:** Hotel Marinas (1984), limite com a praia dos Carneiros.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 25:** Casas de veraneio na praia de Campas.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 26:** Condomínio fechado na praia de Campas.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

A praia dos Carneiros (Figura 27) encontra-se delimitada, ao Sul, pela praia de Campas, pela qual se liga ao continente; ao Norte, pelo rio Lemenho, foz do rio Formoso; a Leste, pelo Oceano Atlântico/praias de Manguinho; e, a Oeste, pelo rio Ariquindá. Possui cerca de cerca de 7 km de extensão de praia ondulada à quebrada, que se iniciam imediatamente após o Hotel Marinas de Tamandaré, seu limite com a praia de Campas. A paisagem é dominada pelos coqueirais, em meio aos quais se encontra a Capela de São Benedito, datada do século XVIII. O conjunto paisagístico da praia dos Carneiros envolve, ainda, um cordão de arrecifes com mais de 1 Km de extensão; os terraços da praia de Guadalupe, ao Norte, e mais ao fundo a Ilha de Santo Aleixo. No trecho em que o cordão de arrecifes se aproxima da praia,

verifica-se a presença de vegetação de mangue instalada (Figura 28). Existe possibilidade de ancoragem natural para embarcações de pequeno porte, na baixa-mar, e de pequeno e médio porte na preamar.



**Figura 27:** Praia dos Carneiros.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 28:** Vegetação de mangue instalada nos arrecifes.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

Na praia dos Carneiros, a ocupação humana é marcada pela presença de poucas casas de veraneio e pela presença de equipamentos e serviços turísticos (estruturas de acomodação, bares e restaurantes) (Figuras 29 e 30) e o comércio informal que começam a imprimir uma modificação na rústica paisagem a partir do final da década de 1990 (Figuras 31 e 32).



**Figura 29:** Equipamento turístico, Restaurante.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 30:** Equipamento de hospedagem e restaurante.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 31:** Comércio informal em frente a ponto de apoio turístico.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2005.



**Figura 32:** Comércio informal em frente a restaurante.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

A extensa formação recifal, denominada recifes costeiros, próxima à costa também figura dentre as suas potencialidades turísticas da zona costeira do município Tamandaré. A ação de organismos como corais e algas calcárias formam os recifes de coral, ambientes marinhos tropicais onde se encontra a maior diversidade biológica dos oceanos. A barreira natural formada pelos recifes de coral auxilia ainda na proteção da costa contra a ação das ondas. Apesar de serem extrema relevância para a pesca e o turismo, os recifes vêm experimentando um crescente processo de degradação ambiental oriundo de atividades humanas, tais como a coleta de corais, pesca predatória, erosão costeira, poluição e turismo desordenado e massificado.

A REBIO de Saltinho foi criada pelo Decreto Federal N°. 88.744/83. É uma unidade de conservação (UC) de Proteção Integral, para além dos limites da orla, administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com o objetivo de guardar os resquícios de Mata Atlântica do município de Tamandaré. Apesar de ser uma UC de uso restrito à pesquisa científica, integra o conjunto das potencialidades turísticas do município.

A cachoeira da Bulha D'água (Figura 33) também se destaca entre as potencialidades turísticas de Tamandaré e, diferentemente do que indica o inventário turístico da EMPETUR (1998), a área não se situa dentro da Reserva Biológica (REBIO) de Saltinho, unidade de conservação de uso integral administrada pelo IBAMA voltada à proteção dos resquícios de Mata Atlântica do município.

A cachoeira se encontra em propriedade privada, situada fora do limite da REBIO Saltinho, mas está envolta por uma vegetação remanescente de Mata Atlântica. A PE-76, rodovia estadual pavimentada em bom estado de conservação, limite da REBIO de Saltinho, vinha sendo utilizada como principal via de acesso à cachoeira. Recentemente, pelo fato de existirem resquícios de Mata Atlântica na propriedade onde se localiza a cachoeira, o proprietário recebeu orientação para transformá-la em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Nas reuniões do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, obteve-se a informação de que o IBAMA decidiu cercar a área, a qual era ocupada por um comércio informal (Figura 34).



**Figura 33:** Cachoeira da Bulha D'água.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2005.

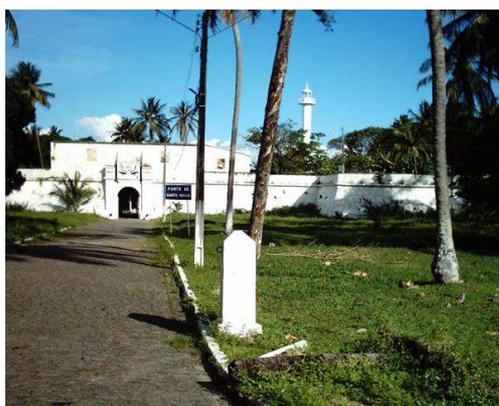


**Figura 34:** Comércio informal na entrada de acesso à cachoeira da Bulha D'água.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2005.

### 3.3.2 Patrimônio Cultural

Conforme mencionado anteriormente, o potencial turístico de Tamandaré não está restrito ao seu patrimônio natural, também abrange um valioso patrimônio cultural, constituído pela rica história da cana-de-açúcar, por igrejas, pelo Forte de Santo Inácio de Loyola e festividades religiosas.

Em Tamandaré, foi registrada a existência de dois fortes pelo historiador Pita (apud GARRIDO, 1940, p. 75): o Forte da Santa Cruz e o Forte de Santo Inácio. O Forte de Santo Inácio de Tamandaré, também denominado como Fortaleza da Barra Grande ou Forte de Tamandaré, é mais conhecido atualmente como Forte de Santo Inácio de Loyola (Figura 35). Está localizado no núcleo urbano da sede do município nas imediações da praia de Tamandaré. A construção em plano quadrangular, com baluartes (apenas dois conservam sua forma primitiva) em ponta nos ângulos do quadrado, data do ano de 1691 e teve um destacado papel nos períodos colonial e imperial.



**Figura 35:** Forte Santo Inácio de Loyola.  
**Fonte:** Wikipédia, 2006.

O acesso ao forte se dava através de uma ponte móvel sobre o fosso, o qual hoje existe apenas na parte frontal da edificação. Ao acessar o forte, atualmente por meio de uma ponte de concreto, verifica-se a existência da cadeia; das casas de pólvora e de balas; da capela de

Santo Inácio (bastante deteriorada); dos quartéis (praticamente desaparecidos); da casa do comandante; e de canhões de ferro.

A Igreja de São José de Botas (Figura 36), situada entre a praia de Campas e a praia de Tamandaré, encontra-se em estado de pré-ruína. A sua construção, em área particular que a família do Senhor Accioli adquiriu do Padre José Rufino, data do século XIX, ano de 1896. A edificação possui estilo colonial maneirista e em seu frontispício conserva um brasão da maçonaria. Foi erguida em homenagem à imagem de São José que possuía botas, cajado e trancelim de ouro (FUNDARPE, 2006; WIKIPEDIA, 2006, GUIA TAMANDARÉ, 2006).

A imagem de São José foi roubada e a igreja passou mais de 30 anos desativada. Vale salientar que o Cemitério de Tamandaré funcionou nos fundos da igreja até o ano de 1930, sendo então transferido para um terreno próximo ao Forte. A sua atividade religiosa foi retomada às 10 horas do dia 18 de março de 2001, após recuperação ser parcialmente recuperada com recursos da comunidade, para a celebração de uma missa em homenagem a São José (FUNDARPE, 2006; WIKIPEDIA, 2006, GUIA TAMANDARÉ, 2006).



**Figura 36:** Igreja de São José de Botas.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 37:** Antiga Casa Paroquial de São José de Botas.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

Ao lado da Igreja de São José de Botas, foi construída uma casa para servir de residência ao Padre José Rufino Gomes, também datada do século XIX, e que funcionou como Casa Paroquial da igreja (Figura 37). O imóvel foi vendido à família do Sr. Nestor de Medeiros Accioly e sua esposa Maria Castanha Accioly, após o retorno do padre a Roma por motivos de doença. Atualmente, é ocupada por um dos herdeiros da família Accioly e nela funciona o Atelier São José. Tanto a Igreja de São José de Botas quanto a Casa foram tombadas pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) em 24 de dezembro de 1999 (FUNDARPE, 2006; WIKIPEDIA, 2006, GUIA TAMANDARÉ, 2006).

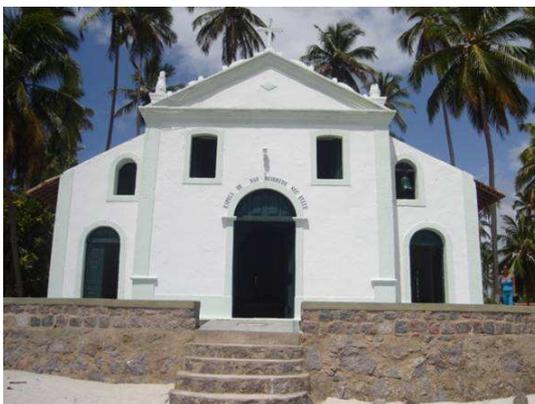
A Igreja de São Pedro (Figura 38) situa-se entre casas de veraneio no início da praia de Campas. Possui três janelas, sendo uma para o único corredor lateral e duas para nave; uma torre sineira lateral; uma cruz em madeira que encima o seu frontão; uma porta almofadada na entrada da nave; coro e altar-mor trabalhados e com imagens, com destaque para a de São Pedro, padroeiro de Tamandaré. As missas acontecem aos domingos (GUIA TAMANDARÉ, 2006).



**Figura 38:** Igreja de São Pedro. Limite das praias de Tamandaré e Campas.

**Fonte:** Clarisse Fraga, 2006.

Na praia dos Carneiros, encontra-se ainda a delicada Capela de São Benedito (Figura 39), construída pelo Visconde de Rio Formoso no século XVIII. Os turistas que se hospedam nos chalés e bangalôs costumam visitar a igreja para fazer orações e fotografá-la.



**Figura 39:** Capela de São Benedito.

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

Um outro atrativo de Tamandaré é o mirante do oitizeiro, árvore centenária situada na encosta de um morro. Afirma-se que os pescadores a utilizam como referência para encontrar o porto quando estão no mar. No local, ocorre a Festa do Oitizeiro, uma homenagem a São Pedro, padroeiro do município, cuja imagem encontra-se incrustada no centro do tronco da árvore. Em seu entorno, são realizadas apresentações folclóricas, encenações teatrais, apresentações artísticas e passeios ciclísticos e, ainda, são comercializadas comidas típicas e bebidas em barracas para os visitantes.

Dentre as festas populares que acontecem em Tamandaré, destacam-se a Festa de São Pedro e a de Santo Inácio de Loyola. A Festa de São Pedro, promovida pela Colônia de Pescadores e pela Prefeitura Municipal de Tamandaré, é uma homenagem ao padroeiro do município, realizada nos dias 28 e 29 de junho. A festa em homenagem a Santo Inácio de Loyola se realiza no período de 23 a 31 de julho, tendo como ponto culminante o dia 31 de julho, dia de Santo Inácio. Ambas as festas são marcadas pelo lado religioso, incluindo na

programação novenários, missas, procissões; o lado profano é representado por manifestações folclóricas, encenações teatrais, apresentações artísticas e comercialização de comidas típicas e bebidas em barracas para os visitantes.

### 3.3.3 Possibilidades de um turismo responsável frente ao potencial turístico

A beleza paisagística e biodiversidade dos espaços litorâneos, especialmente das áreas protegidas, são alguns dos aspectos utilizados exaustivamente nos discursos para enfatizar o potencial turístico indiscutível destas áreas, mascarando a existência de conflitos de uso do ambiente costeiro pelo turismo. Essa é a realidade de alguns destinos litorâneos, submetidos ao processo de turistificação que acomete o litoral sul de Pernambuco. No município de Tamandaré, faz-se necessária atenção à necessidade de conservação e preservação do patrimônio natural e cultural que conformam seu relevante potencial turístico.

Como se pode verificar através da descrição dos elementos físico-naturais, existe um rico potencial turístico em Tamandaré. O patrimônio natural já vem sendo utilizado enquanto recurso turístico. Observa-se, no município, a formação de uma infra-estrutura turística e a oferta de serviços ainda incipientes. Dentre as atividades turístico-recreativas que vêm sendo desenvolvidas incluem-se trilhas, passeios de barco, *jet sky*, *banana boat*.

O município de Tamandaré é uma área de interesse turístico que dispõe de um enorme potencial para o desenvolvimento do ecoturismo como alternativa de desenvolvimento local sustentável, principalmente pelo fato de parte significativa de seu território estar inserida em unidades de conservação. O ecoturismo considera a necessidade de uma relação mais harmônica entre homem e natureza e preconiza o uso sustentável do patrimônio natural e cultural, bem como um envolvimento efetivo da população e sua maior participação nos

benefícios advindos da atividade turística e, ainda, prevê a importância da conscientização ambiental por meio do conhecimento e interpretação do ambiente como instrumentos de estímulo à conservação ambiental (BRASIL, 1994).

Verifica-se em Tamandaré a necessidade de se implantarem programas sistemáticos de educação ambiental, numa perspectiva política e pedagógica, com o intuito de estimular uma nova postura frente à natureza, menos predatória e que leve ao conhecimento do ambiente costeiro no qual a população está inserida, bem como da sua diversidade biológica e, conseqüentemente, que resulte no reconhecimento do valor da conservação e, até mesmo, da preservação da biodiversidade para usufruto das futuras gerações. A educação ambiental é um instrumento valioso ao planejamento e à gestão do turismo, imprescindível à prática turística sustentável, principalmente se os problemas ambientais do cotidiano da população local forem conteúdo da prática pedagógica.

O patrimônio cultural de Tamandaré, por sua vez, poderia configurar uma alternativa para o desenvolvimento do turismo cultural associado à prática ecoturística, atenuando, assim, problemas decorrentes da sazonalidade, porém o que se observa é a sua completa subutilização ou má utilização dos atrativos histórico-culturais. Esse cenário pode ser fruto do desconhecimento ou da inobservância do que esse segmento, baseado no uso sustentável do patrimônio cultural, representa.

De acordo com Irving e Azevedo (2002, p. 152), a oferta do turismo cultural pode ocorrer “independentemente de estações e de configurações de território, podendo ocorrer no litoral ou interior, em zona urbana ou rural, em região plana ou acidentada”. Nesse sentido, poder-se-ia aproveitar melhor a riqueza histórico-cultural da zona costeira pernambucana,

notadamente, da Mata Meridional onde se insere o município de Tamandaré, marcada por uma intensa produção social que deixa de herança história presente em suas terras, edificações e festividades religiosas.

Vale salientar, contudo, que parte do referido patrimônio encontra-se em precário estado de conservação, bem como é desconhecido da própria população local. Isso significa que a produção do espaço pelo turismo tem acontecido alheia à história social que conformou o patrimônio cultural de Tamandaré.

Considera-se de extrema importância, além da educação ambiental já mencionada, o desenvolvimento de uma educação patrimonial que contribua para o conhecimento, interpretação e valorização do patrimônio cultural de Tamandaré. Conforme esclarece Murta e Albano (2002, p. 9), “a interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; de outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística”.

É necessário mobilizar, sensibilizar e conscientizar à comunidade local para a relevância de seus bens patrimoniais, a fim de reavivar o sentimento de pertencimento e identidade cultural que dão sentido à conservação do patrimônio. A criação de espaços sem vínculo com a cultura local, unicamente para atender os turistas, acaba tornando a experiência turística superficial, bem como pode resultar na indiferença da população no que se refere ao seu patrimônio, o qual é esquecido e abandonado, e aos próprios turistas.

Em entrevista realizada com Senhor Leonardo Almeida<sup>4</sup>, representante do poder público municipal de Tamandaré, discutiram-se possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico associadas ao turismo. De acordo com o entrevistado, Tamandaré sempre teve como esteio econômico a agricultura e, com a quebra do setor sucroalcooleiro, hoje o município possui 70% do território ocupado por assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com agricultores familiares, mas a indústria açucareira ainda sobrevive nas terras do município e de municípios vizinhos. No tocante ao setor pesqueiro, afirmou ainda que não existe pesca, em virtude dos baixos estoques pesqueiros da região, de forma que não enxerga possibilidades de crescimento associadas ao referido setor.

O Secretário de Turismo explicitou que, economicamente, a única indústria que existe e apresenta possibilidades de crescimento econômico para o município de Tamandaré chama-se a indústria do turismo. Ressalta-se que, hoje, o modelo de turismo proposto, em nível federal, pauta-se na idéia do desenvolvimento de roteiros integrados, numa perspectiva regional, para o melhor aproveitamento do potencial turístico e ampliação dos benefícios da atividade turística às regiões, aos municípios que as integram e as comunidades locais.

Corroborando com essa idéia, o Governo destacou a necessidade de pensar o turismo numa perspectiva regional para ampliar as possibilidades de desenvolvimento e diversificar a atividade, ampliar a permanência dos turistas, incrementar e distribuir os benefícios do turismo para região. As ações voltadas ao desenvolvimento turístico do município, previstas no PNMT, o qual não cumpriu todas as etapas em Tamandaré, ampliaram-se para o desenvolvimento da região PRT numa esfera federal.

---

<sup>4</sup> Representante do Poder Público Municipal de Tamandaré, com formação profissional de Técnico em Hotelaria e Turismo e Guia de Turismo. Na ocasião da entrevista (março de 2006), exercia a função de Chefe de Gabinete da Prefeitura de Tamandaré (2006). Em julho de 2006, assumiu o cargo de Secretário de Turismo do município.

Ressaltam-se, resumidamente, algumas das potencialidades e respectivas possibilidades para o desenvolvimento local e regional, integrado e sustentável do turismo no município de Tamandaré (Quadro 6).

**Quadro 6:** Potencialidades turísticas e Possibilidades para o Desenvolvimento do Turismo

<b>POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DE TAMANDARÉ E DA REGIÃO NA QUAL O MUNICÍPIO ESTÁ INSERIDO</b>	<b>POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO</b>
Zona Costeira – cerca de 13 km de costa – Praias da Boca da Barra, do Pontal do Lira, de Tamandaré, de Campas e dos Carneiros; estuários dos rios Formoso, Ariquindá e do Complexo Ilhetas-Mamucabas.	Ecoturismo e Turismo Ecológico em alternativa ao Turismo de Sol e Mar massificado que vem sendo desenvolvido pontualmente, durante apenas por três meses do ano e não é compatível com os princípios do desenvolvimento sustentável; Ecoturismo – modalidade de turismo baseada nos princípios da sustentabilidade.
Parque Natural Municipal do Forte – unidade de conservação de uso sustentável que permite o uso turístico.	Ecoturismo, Turismo Ecológico e Pedagógico – Possibilidades de desenvolvimento turístico baseado na no conhecimento, valorização e conservação dos recifes de corais e da fauna marinha.
Área Rural – apresenta grande potencial para esse tipo de turismo. Existem fazendas de seringueira, com uma indústria de beneficiamento de borracha; de pupunha, com indústria de beneficiamento do palmito de pupunha.	Turismo rural – poderia estar associado aos projetos de agricultura e pecuária que estão sendo implantados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) – Possibilidade de integração regional para o desenvolvimento do turismo rural.
Reserva Biológica (REBIO) de Saltinho – Unidade de Conservação de Proteção Integral.	Turismo Pedagógico-científico – área restrita, destinada para pesquisa científica.
A região possui um conjunto diversificado de atrativos naturais e histórico-culturais. Existem engenhos bem conservados, com casas grandes conservadas, matas, rios, cachoeiras e outros atrativos naturais.	Ecoturismo, Turismo Ecológico e Pedagógico – Possibilidade de elaboração de roteiros variados que permitissem ampliar a permanência dos turistas.

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

Diante do amplo potencial turístico de Tamandaré e da região da Mata Sul de modo geral, verifica-se a existência de uma gama de possibilidades para desenvolver o turismo de forma responsável na região, especialmente por meio de programas voltados à implementação do turismo sustentável. Porém, tornar essa realidade possível depende de uma maior articulação entre o planejamento e a gestão, de modo que os objetivos das políticas ambientais e de turismo que incidem sobre esse espaço costeiro se efetivem no campo da gestão.

# 4 COEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E DE TURISMO: QUESTÕES CONFLITANTES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO NA PRAIA DOS CARNEIROS, TAMANDARÉ (PE)



#### **4 COEXISTÊNCIA DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E DE TURISMO: QUESTÕES CONFLITANTES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO NA PRAIA DOS CARNEIROS, TAMANDARÉ (PE)**

Buscou-se analisar as questões conflitantes e os desafios para o desenvolvimento sustentável do turismo na praia dos Carneiros em face da coexistência de políticas ambientais e de turismo que definem estratégias e ações voltadas ao ordenamento territorial, ao uso e à ocupação do solo, bem como ao direcionamento de investimentos para o desenvolvimento do turismo no município de Tamandaré. A partir dos anos de 1990, iniciou-se um processo de consumo e produção da referida praia pelo turismo, de tal modo que vem sendo noticiada pela mídia como a próxima fronteira turística do litoral Sul de Pernambuco.

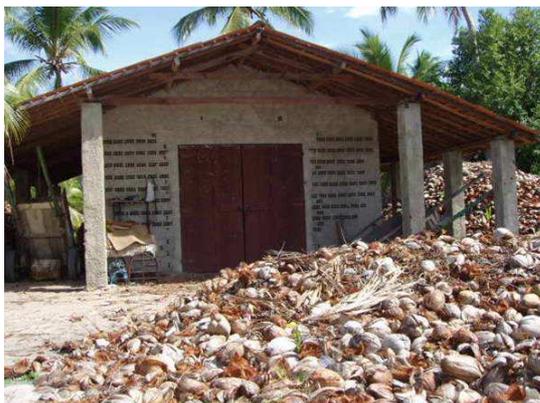
##### **4.1 Questões conflitantes do desenvolvimento do turismo na praia dos Carneiros**

A praia dos Carneiros (Figura 40), recorte espacial da presente dissertação, situa-se na área rural do município de Tamandaré. Apresenta certa rusticidade e características bem conservadas de seus elementos naturais. Não obstante, a definição desse espaço costeiro como área rural é algo questionável e que poderia ser objeto de pesquisas futuras, na medida em que se verifica no litoral a apropriação e a privatização de terrenos de marinha.



**Figura 40:** Praia dos Carneiros.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2005.

O terreno ao longo da praia foi adquirido por Rosalvo Ramos Rocha, em 1930, e funcionou como fazenda de cocos por décadas (Figura 41). Deixada como herança para os nove filhos do citado proprietário, a terra foi inicialmente dividida em nove sítios (PRAIA..., 2005).



**Figura 41:** Beneficiamento do coco.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

Atualmente, já existem cerca de vinte e quatro proprietários de terrenos na praia dos Carneiros. Grande extensão da faixa litorânea é cercada por propriedades privadas (Figura 42), de maneira que o acesso público à praia é praticamente inexistente.



**Figura 42:** Placa indica área privada na praia dos Carneiros.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2005.

A beleza das paisagens e a biodiversidade dos ecossistemas da praia dos Carneiros evidenciam o seu considerável potencial turístico. Destacam-se como alguns de seus

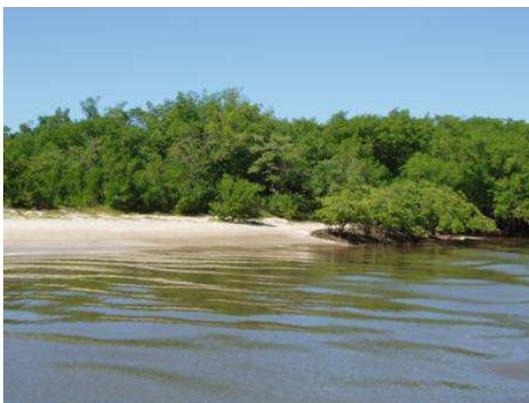
principais atrativos: o mar; os rios, com seus estuários, que atravessam Tamandaré de leste a oeste; os arrecifes; as coroas; os bancos de areia; as piscinas naturais (Figura 43); e a Capela de São Benedito, construída pelo Visconde de Rio Formoso no século XVIII.



**Figura 43:** Piscinas naturais e arrecifes da praia dos Carneiros.

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

No tocante à vegetação, pode-se encontrar na área e no seu entorno vegetação de mangue (Figura 44), matas de restinga e remanescentes de mata atlântica (presente nos topos de morro). O coqueiral desenha uma linha paralela ao mar que se estende por toda praia (Figura 45). Os elementos naturais e culturais ora mencionados compõem o conjunto paisagístico do espaço turístico da praia dos Carneiros.



**Figura 44:** Estuário do Rio Ariquindá.

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2005.



**Figura 45:** Coqueiral desenha uma linha paralela ao mar.

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2005.

A praia “mantém o aspecto de uma grande fazenda litorânea de coqueiros. Mas começa a perder sua cara quase virgem” (ERA..., 2005, p. 12). Essa afirmação reflete a paulatina transformação da paisagem litorânea: a exploração comercial do coqueiral cede espaço para o turismo, em virtude, possivelmente, da maior rentabilidade proveniente das estruturas de acomodação (Figuras 46 e 47).



**Figura 46:** Chalés na praia dos Carneiros.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2005.



**Figura 47:** Recepção estrutura de acomodação na praia dos Carneiros.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2005.

O aluguel das próprias casas dos sítios marcou o início do uso turístico desse espaço. Atualmente, a praia dos Carneiros é conformada, mais ao norte, por propriedades rurais e empreendimentos turísticos, estes últimos, em sua maioria, de pequeno porte, na forma de chalés construídos em terras herdadas pelos atuais proprietários.

Na porção mais ao sul da praia, onde se limita pelo Hotel Marinas de Tamandaré com a praia de Campas, verifica-se a existência de loteamentos com casas de veraneio, condomínios e privês cujos usos se destinam, em grande parte, à moradia e ao veraneio (Figura 48).



**Figura 48:** Privê na Praia dos Carneiros.  
**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

O cenário apresentado até o momento revela alguns motivos que justificam a seleção da praia dos Carneiros como área de interesse turístico, abrangida por dois importantes projetos de conservação ambiental: uma unidade de conservação (UC) federal, Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais; e outra UC estadual, a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe. Porém, são necessárias algumas considerações quanto aos usos permitidos para o referido espaço litorâneo no âmbito dessas unidades de conservação de uso sustentável, bem como de outras políticas ambientais que consistem em instrumentos que servem de base de orientação ao planejamento do desenvolvimento da atividade turística no município de Tamandaré, especialmente na praia dos Carneiros.

O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) da APA de Guadalupe, o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Tamandaré, definem a praia dos Carneiros como Zona Hoteleira (ZH). Entretanto, a definição desse espaço litorâneo como Zona Hoteleira não foi precedida do planejamento e gestão efetivos do turismo que permitissem conhecer seus limites ambientalmente toleráveis de uso turístico. Assim, as questões conflitantes do desenvolvimento do turismo na praia dos Carneiros começam a ser evidenciadas, uma vez que a praia está inserida em projetos de conservação ambiental, nas

esferas governamentais federal e estadual, o que requer uma atenção ainda maior quanto à proposta de utilização da área como Zona Hoteleira.

Vale ressaltar que já existem investimentos e projetos turísticos aprovados voltados à instalação de equipamentos hoteleiros de grande porte nesse espaço costeiro protegido, sem que se tenha realizado um estudo de capacidade de carga turístico-recreativa, o que dificulta a adoção de ações preventivas dos prováveis impactos negativos da construção de tais empreendimentos, ainda que considerem padrões paisagísticos adequados ao local, e do incremento do número de turistas. Outro aspecto relevante não considerado refere-se às possibilidades de envolvimento da população rural local que desenvolve atividades ligadas à agricultura familiar na nova dinâmica sócio-espacial da praia dos Carneiros.

As matérias veiculadas na mídia mostram a tendência de uma maior inserção da praia dos Carneiros no processo de turistificação que toma conta do litoral Sul de Pernambuco. A produção de um espaço especializado para o turismo é descrita em matéria publicada em jornal de grande circulação em Pernambuco intitulada “Era uma vez Carneiros”:

As praias de água clarinha e as fazendas de coqueirais chamaram a atenção tanto de turistas quanto dos donos de estabelecimentos hoteleiros. A praia, pertencente a uma família, vai mudar de cara.

Um dos últimos refúgios de tranquilidade do Litoral Sul do Estado é a nova musa de diversos *resorts* e outros empreendimentos turísticos que chegam a partir do final do verão na área. É o fim da praia meio selvagem e o início de um novo roteiro *vip*.

(...) paraíso de coqueirais ao longo de sete quilômetros de águas despidoradamente cristalinas no município de Tamandaré tem uma série de investimentos previstos. Este será um dos últimos verões de uma Carneiros ainda meio selvagem. (ERA..., 2005, p. 1).

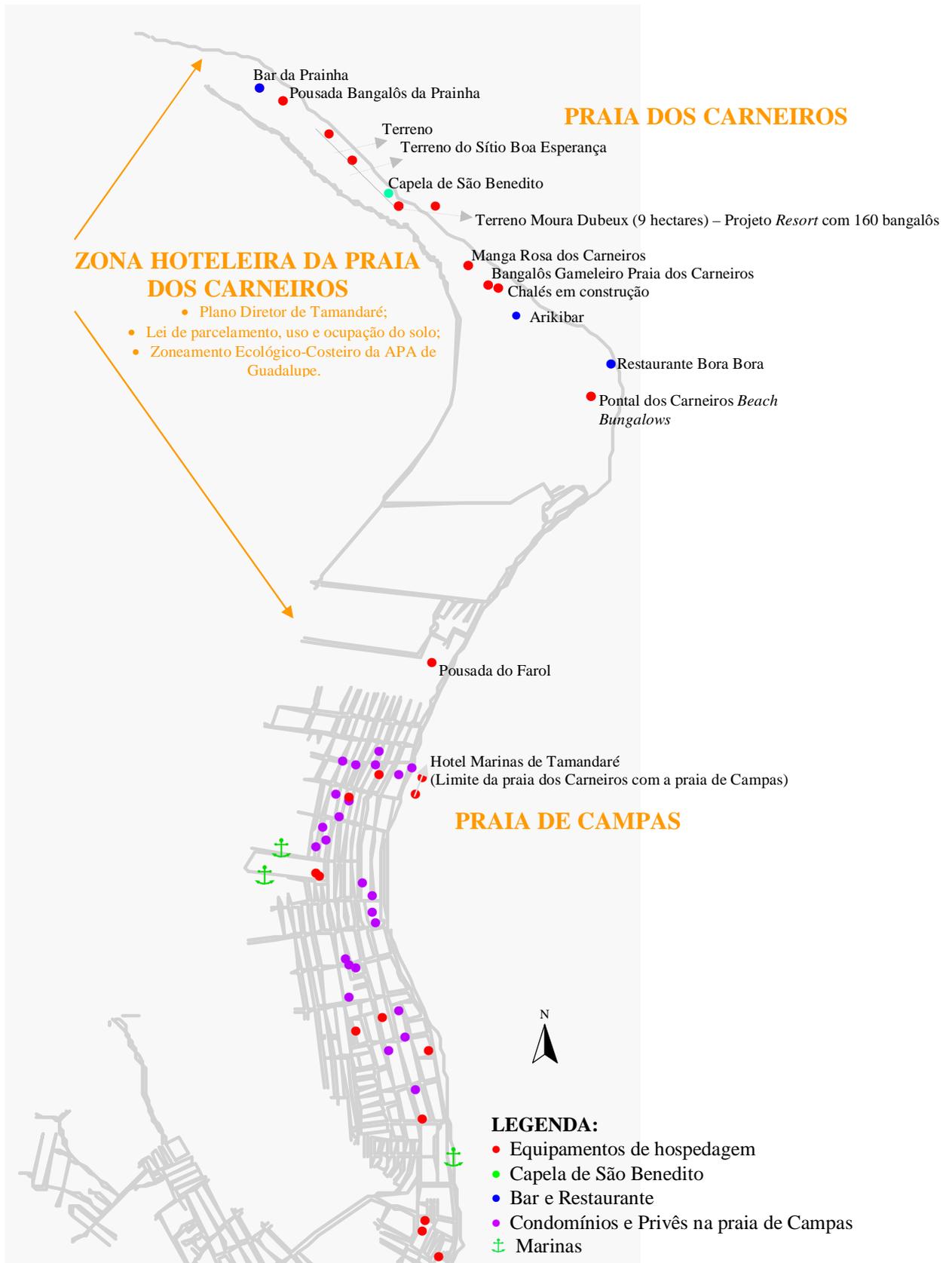
A mídia descreve, ainda que empiricamente, o que a teoria discute acerca do processo de turistificação que atinge o litoral, e explicita, juntamente com atores sociais locais, as

pressões de uso e ocupação que a praia dos Carneiros vem sofrendo para desenvolver-se turisticamente por parte dos agentes de desenvolvimento do turismo, dentre os quais se incluem os poderes públicos nas esferas Federal e Estadual, a iniciativa privada e os organismos internacionais de desenvolvimento.

Assim, faz-se necessária atenção para não transformar essa destinação turística litorânea protegida em mais um destino alvo dos anseios de uma demanda turística massificada ou ainda para não torná-la mais uma “ilha” de lazer e do privilégio, construída sobre a busca de uma autenticidade, como bem destacaram Ribeiro e Barros (2001), totalmente alheia à realidade do município de Tamandaré.

Nos anos de 1990, iniciou-se um processo de consumo e produção da praia dos Carneiros pelo turismo. Foram construídas algumas estruturas de acomodação de pequeno porte na área. Atualmente, há previsão de grandes investimentos nacionais e internacionais para a referida praia.

No período da pesquisa constatou-se a existência de 6 propriedades com estruturas de acomodação na praia dos Carneiros, cuja capacidade de hospedagem não ultrapassa 200 leitos, mas há previsão de ampliar bastante a capacidade hoteleira, com o surgimento de novos empreendimentos que estão sendo negociados com grupos internacionais (Figura 49 e Quadro 7).



**Figura 49:** Espacialização do turismo na praia dos Carneiros

**Fonte:** FIDEM. Modificado por Fernando Soares e Fabiana Firmino, 2006.

**Quadro 7:** Equipamentos de hospedagem na praia dos Carneiros

Pousada/Condomínio/Privês	Início	Casas/bangalôs	Leitos	Empregados
Bangalôs Gameleiro Praia dos Carneiros	1998		50	6 (fixos)
Sítio Manga Rosa dos Carneiros (4 hectares)	2001	3 bangalôs e 1 casa	12	2
Pousada e Restaurante Bangalôs da Prainha - Praia dos Carneiros (Sítio da Prainha (começou com 4 bangalôs))	2003	8 bangalôs	32	5
Boa Esperança (Sítio da Capela de São Benedito)		4 casas		
Chalés em Construção				16
Pontal dos Carneiros Beach Bungalows	2004	8	48	12

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

Em 2004, a Construtora Moura Dubeux adquiriu uma área de 9 hectares nos quais serão investidos R\$ 70 milhões de Reais na edificação de um *resort*. Planeja-se construir aproximadamente 160 bangalôs, com 150 metros quadrados. O projeto está em negociação com quatro grupos internacionais. Cogita-se também a possibilidade de negociações com investidores individuais. A Construtora Moura Dubeux considera condição indispensável para a execução do projeto a construção de uma ponte sobre o rio Ariquindá, que complete a interligação da PE-60, através da Via de Penetração Sul, à praia dos Carneiros.

A construção da referida ponte, projeto previsto pelo PRODETUR/NE I, não se concretizou. A obra está contemplada na segunda fase do PRODETUR/NE (PRAIA..., 2006), mas tem sido motivo de constantes discussões desde elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). É uma questão que tem dividido opiniões de grupos distintos como ambientalistas, gestores, empresários, cientistas e estudiosos, pescadores e outros atores interessados e/ou envolvidos direta ou indiretamente na questão. A divergência e o impacto ambiental que a obra implica são de grande amplitude. No decorrer das discussões a obra foi embargada e solicitou-se novo

EIA/RIMA que apontasse a travessia de menor impacto para o local. As discussões referem-se, ainda, à possibilidade de se implantar uma balsa, ao invés da ponte, uma vez que se acredita ser um empreendimento de menor impacto sobre os ecossistemas.

Isto evidencia que em Carneiros, há uma correlação de forças atuantes interferindo em maior ou menor escala no processo do desenvolvimento turístico da localidade. Uma obra deste porte reflete o modelo de turismo que se propõe desenvolver na praia dos Carneiros, que não difere do modelo de turismo vigente em outros litorais no Nordeste brasileiro em estágios mais avançados de consolidação da atividade turística, a exemplo de Porto de Galinhas, Pipa, Canoa Quebrada, Costa de Sauípe, dentre outras.

Como esta, outras questões conflitantes do uso da terra e do desenvolvimento do turismo na praia dos Carneiros mobilizaram os pequenos empreendedores turísticos e os proprietários a se organizarem. Após um ano de reuniões, no dia 22 de janeiro de 2005, foi fundada a Associação de Desenvolvimento Sustentável da Praia Carneiros (ADESC), a partir da necessidade dos proprietários de terrenos, atuantes ou não no setor de turismo, com o propósito de defenderem seus interesses frente a questões que podem comprometer o equilíbrio ecológico e a experiência turística na referida praia. Percebe-se, por parte da ADESC, uma preocupação com a conservação desse espaço litorâneo e com a necessidade de se desenvolverem ações preventivas a fim de não torná-lo um destino turístico massificado.

As repercussões de projetos de instalação de novos equipamentos de hospedagem de grande porte, como *Resorts*, a perspectiva do ingresso de investimentos internacionais e a construção de novas vias de acesso ao município de Tamandaré através da praia dos Carneiros

são algumas das inquietações dos integrantes da ADESC, que geram indagações sobre o futuro desse espaço litorâneo.

A discussão sobre os rumos do desenvolvimento do turismo na área também envolve assuntos, tais como: a construção da Via de Penetração Sul e da Via Litorânea dos Carneiros, possibilitando uma nova via de acesso ao município de Tamandaré pela praia dos Carneiros, obras do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) com recursos oriundos do PRODETUR/NE II; a construção da ponte sobre o rio Ariquindá, que possibilitará o acesso à praia dos Carneiros pelo município de Rio Formoso; e a abertura de acessos públicos à praia dos Carneiros. Tais questões estão freqüentemente na pauta de reuniões do Conselho Municipal de Defesa de Meio Ambiente (COMDEMA) de Tamandaré, tanto em função dos impactos que podem causar no ambiente natural como em face de seus possíveis reflexos no desenvolvimento do turismo na praia dos Carneiros.

Contudo, o estudo em tela permite inferir alguns problemas e questões conflitantes oriundas do processo de desenvolvimento do turismo que teve início na praia dos Carneiros:

a) Pressões de uso da terra decorrentes do conflito de interesses econômicos entre o poder público e o poder privado, este último representado pelos proprietários e moradores da praia dos Carneiros;

b) Expansão imobiliária e turística desordenada e intensificação da especulação imobiliária;

- c) Inexistência de acessos públicos à praia no trecho das fazendas de coqueirais devido ao fato de grande extensão do terreno ao longo da praia ser de propriedade privada;
- d) Construção de novos acessos viários à Tamandaré, via praia dos Carneiros: a Via de Penetração Sul, a Via Litorânea dos Carneiros;
- e) Comercialização de lotes destinados à construção de grandes empreendimentos hoteleiros;
- f) Penetração de capital internacional através de investimentos na rede hoteleira;
- g) Constituição de um comércio informal desordenado na faixa litorânea, mas precisamente em frente ao ponto de apoio do *Resort* Praia dos Carneiros, situado no município de Rio Formoso.

Os proprietários de terrenos da praia dos Carneiros, têm se mostrado resistentes a algumas das ações supracitadas e vêm buscando possíveis soluções para responder às pressões dos poderes público e privado, de maneira a compatibilizar os diferentes interesses com os objetivos de conservação da área e do não comprometimento da experiência turística. Diante dos problemas e conflitos, ora apresentados, a Associação de Desenvolvimento Sustentável da praia dos Carneiros vem realizando inúmeros questionamentos que demonstram preocupação não apenas com a sustentabilidade dos empreendimentos turístico, mas, sobretudo, com a manutenção do equilíbrio ecológico na praia dos Carneiros:

a) Como agir frente às pressões inerentes à chegada dos *Resorts* ao local, visto que esses equipamentos costumam funcionar como um sistema de relações próprio voltado para uma demanda turística específica, que dispõe de alto poder aquisitivo e para a qual ofertam uma diversidade de produtos/serviços, mantendo-a isolada da realidade do local e acarretando uma segregação sócio-espacial?

b) Quais serão os impactos da implantação desses empreendimentos?

c) Como podem os pequenos empreendimentos integrar-se a cadeia produtiva da atividade turística de modo a partilhar dos benefícios advindos do turismo?

d) Como abrir acessos públicos à praia sem que isso se reverta numa visitação turística massificada e que impacte negativamente o ambiente natural e a experiência do visitante?

e) Quais os limites ambientalmente toleráveis de uso turístico através do assentamento de infra-estrutura hoteleira, da abertura de acessos públicos e de uma nova via de acesso ao município de Tamandaré pela praia dos Carneiros?

Acredita-se que as repostas às indagações ora destacadas passam, necessariamente, por fatores imprescindíveis como: a articulação entre o planejamento e a gestão, enquanto premissa de uma administração pública responsável, orientada ao desenvolvimento local sustentável; a compatibilização entre os objetivos das políticas ambiental e de desenvolvimento do turismo; e o envolvimento/participação dos diversos segmentos como gestores, empresários, moradores, entre outros.

Desse modo, é possível pensar o turismo pautado em normas que regulem e disciplinem os usos da área estudada e concilie interesses por vezes antagônicos dos diferentes atores.

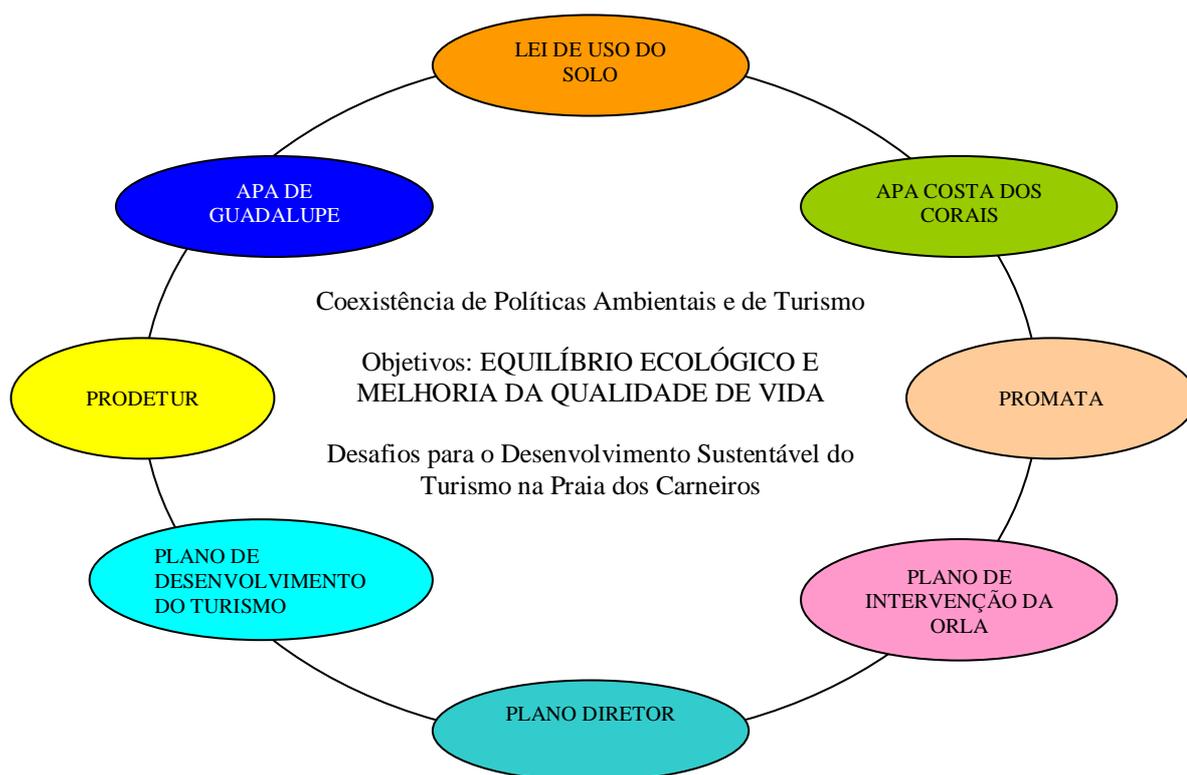
#### **4.2 Conflitos entre políticas ambientais e de turismo e desafios para a prática do turismo sustentável na praia dos Carneiros**

O estudo realizado aponta na direção da existência de questões conflitantes que se constituem em entraves ao direcionamento adequado dos investimentos para o desenvolvimento sustentável do turismo no município de Tamandaré. Os conflitos se evidenciam notadamente entre o planejamento ambiental e do turismo (o se pensa em nível nacional, estadual e municipal para a área; o que propõem as políticas) e a sua gestão (o que de fato acontece; os reflexos do tipo de turismo praticado).

Coexistem, em Tamandaré, políticas ambientais e de turismo que compartilham de um objetivo em comum: orientar o desenvolvimento das atividades produtivas pelos princípios da sustentabilidade, de maneira a concorrer para a manutenção da diversidade biológica, do equilíbrio ecológico e da melhoria da qualidade de vida das populações locais. Para tanto, as referidas políticas definem ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável das atividades produtivas que abrangem questões relacionadas à educação, ao saneamento básico, à infra-estrutura, ao emprego e renda, à diversificação, ao planejamento e à gestão das atividades, dentre outros aspectos.

Destacam-se algumas políticas de ordenamento territorial, uso do solo e para o desenvolvimento sustentável do turismo em Tamandaré (Figura 50): Plano Diretor de Tamandaré; Lei de Uso do Solo; APA de Guadalupe (Diagnóstico Sócio-Ambiental,

Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) e Plano de Gestão); APA Costa dos Corais (Planos de Gestão e de Manejo); Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável (Secretaria de Turismo, Comércio, Cultura e Meio Ambiente); Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I e II); Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) (Diagnóstico Participativo do Município de Tamandaré); Diagnóstico Sócio-Ambiental e ZEEC do Litoral Sul de Pernambuco (CPRH); Estudo Propositivo do Litoral Sul (CONDEPE/FIDEM); e Plano de Intervenção da Orla de Tamandaré (PIO).



**Figura 50:** Políticas Ambientais e de Turismo e os Desafios para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

Neste trabalho, optou-se por realizar uma reflexão sobre algumas das políticas que incidem mais diretamente sobre o espaço costeiro estudado. Foram selecionadas de modo a contemplar as esferas governamentais federal, estadual e municipal.

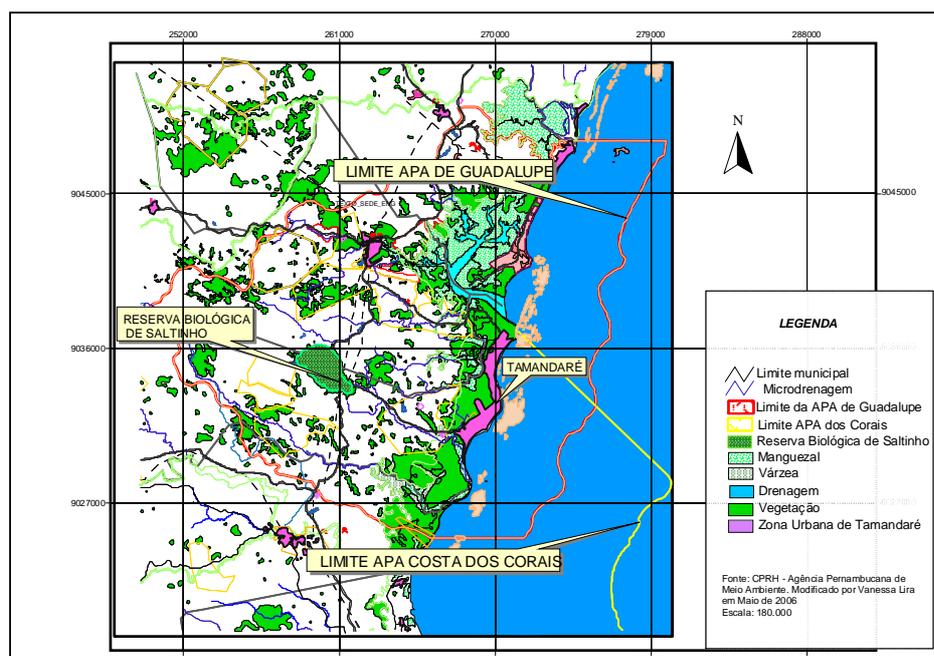
#### 4.2.1 A Área de Proteção Ambiental de Guadalupe

Em virtude dos atributos abióticos, bióticos, estéticos e culturais de Tamandaré, considerados importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, parte de suas áreas continental e litorânea está inserida em unidades de conservação (UCs). Assim, é imprescindível planejar e controlar os usos desses espaços protegidos pelas atividades produtivas (SNUC, 2000), notadamente pelo turismo, uma das principais atividades econômicas do município, de modo a evitar ou minimizar danos ambientais e ampliar e promover a justa distribuição dos benefícios sócio-econômicos a essa destinação turística costeira e à comunidade local.

A preocupação com as questões ambientais, em Tamandaré, resultou na criação de quatro UCs, que envolvem grande parte de suas áreas terrestre e litorânea: Reserva Biológica (REBIO) de Saltinho, UC de Proteção Integral; Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Guadalupe e APA Federal Costa dos Corais, ambas UCs de Uso Sustentável; e, recentemente, criou-se o Parque Natural Municipal do Forte Santo Inácio de Loyola. Serão destacadas adiante as unidades de conservação que abrangem a praia dos Carneiros (Figura 51): APA de Guadalupe e APA Costa dos Corais.

A APA de Guadalupe é uma UC criada pelo Decreto Estadual nº. 19.635 de 13 de março de 1997, com objetivo principal de “proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, visando uma melhoria da

qualidade de vida da população local, a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável” (CPRH, 2006), através da implementação de programas de desenvolvimento econômico-social, que visem à promoção da qualidade de vida da população mutuamente com a proteção dos ecossistemas essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos.



**Figura 51:** Mapa de Uso e Ocupação do Solo da APA de Guadalupe com limites das UCs.  
**Fonte:** CPRH. Modificado por Vanessa Lira em maio de 2005.

A área total da APA de Guadalupe é de 44.255 ha, os quais compreendem: área continental, 31.591 ha; e área marítima, 12.644 ha. Cerca de 60 % do município de Tamandaré integra a APA de Guadalupe, que abrange áreas de outros três municípios pernambucanos: Rio Formoso, Barreiros e Sirinhaém. Dentre os municípios que constituem esse espaço protegido estadual, Tamandaré é o mais recentemente criado e também o de maior interesse turístico no cenário pernambucano, bem como é o que possui o maior percentual de sua área total na referida UC.

A gestão da APA de Guadalupe compete à Supervisão de Gestão Florestal e de Áreas Protegidas da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), órgão vinculado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (SECTMA), cuja sede administrativa situa-se em Tamandaré (Figura 52).



**Figura 52:** Sede da APA de Guadalupe

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

Para a APA de Guadalupe foram elaborados Plano Gestor, Diagnóstico Sócio-Ambiental e Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro, instrumentos de extrema importância ao planejamento, à gestão e ao controle do turismo no município de Tamandaré. Os referidos instrumentos auxiliam o conhecimento da biodiversidade desse espaço natural protegido; a identificação e avaliação dos problemas e conflitos, das oportunidades e potencialidades decorrentes das formas de conservação da biodiversidade, uso e ocupação do solo e da utilização dos recursos naturais da área; a orientação da execução do gerenciamento ambiental nos diferentes níveis de governo; e o disciplinamento dos recursos ambientais.

O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) da APA de Guadalupe (Figura 53) foi aprovado pelo Decreto Estadual Nº. 21.135, de 16 de dezembro de 1998. O ZEEC consiste em uma política relevante que define o ordenamento do território da APA, bem como as ações especializadas para os problemas existentes, orientando a direção e a consolidação de

um cenário futuro nos municípios de Tamandaré, Rio Formoso, Sirinhaém e Barreiros abrangidos por essa unidade de conservação de uso sustentável.

Destacam-se como objetivos principais do ZEEC: disciplinar o uso e a ocupação do solo; manejar os recursos ambientais de modo racional, recomendando e advertindo sobre as possibilidades e limites dos usos de cada Zona definida; garantir a preservação dos ecossistemas frágeis. Para cada Zona, existe uma orientação acerca das atividades permitidas, toleradas e proibidas, inclusive com a indicação de atividades econômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável do ambiente.

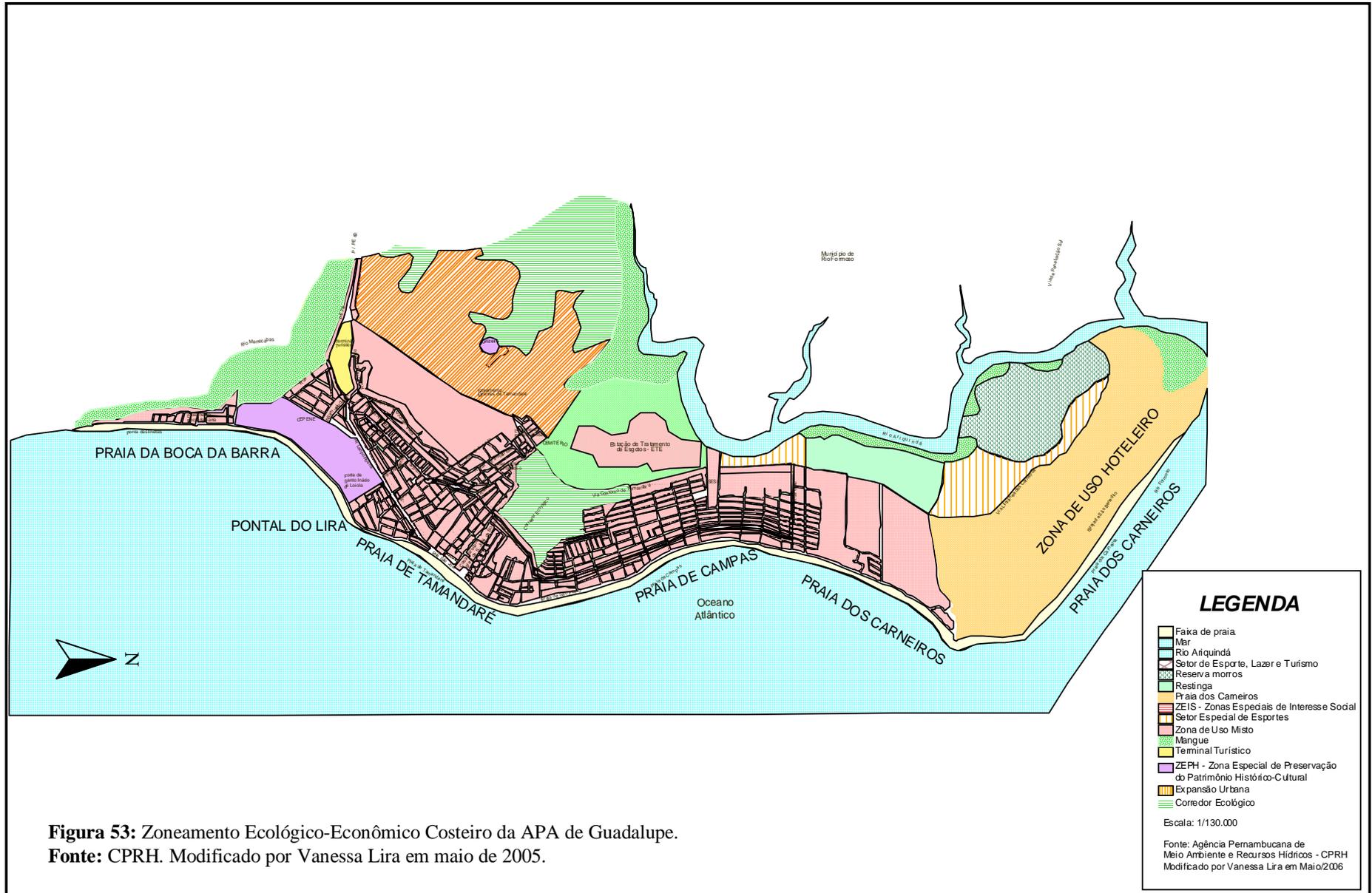
No tocante ao turismo, destaca-se a Zona de Turismo, Veraneio e Lazer (ZTVL), subdividida em três áreas: Área de Uso Urbano, Turismo e Veraneio (Quadro 9); Área Estuarina do rio Formoso (Quadro 10) e Área do Complexo Ambiental Ilhetas/Mamucabas. A praia dos Carneiros relaciona-se mais diretamente com a “Área de Uso Urbano, Turismo e Veraneio”, na qual se insere, e com a “Área Estuarina do rio Formoso”, a qual configura o entorno. A ZTVL é constituída por uma diversidade de ecossistemas costeiros: praias, recifes, terraços flúvio-lagunares e marinhos, com trechos de embasamento cristalino, mangues, restingas e remanescentes de Mata Atlânticas. Incide forte pressão antrópica sobre esta Zona, vinculada ao desenvolvimento de atividades econômicas tais como o cultivo do coco, a pesca, o turismo, com destaque para o veraneio.

As metas ambientais para a subzona “Área Urbana, Turismo e Veraneio” da ZTVL (Quadro 8) envolvem a preocupação como conservação dos ecossistemas; ordenamento e provimento de infra-estrutura de esgotamento sanitário, abastecimento de água e limpeza urbana aos núcleos urbanos, áreas livres e comuns dos lotes ou glebas revegetadas (áreas

públicas e privadas); conscientização ambiental da comunidade; diversificação e desenvolvimento sustentável de atividades econômicas voltadas para o turismo; ordenamento da faixa de orla marítima, bem como livre acesso do público em todas as direções e sentidos; recuperação e/ou revitalização do patrimônio histórico e cultural; Plano Diretor e legislação urbanístico-ambiental básica.

Para a Subzona “Área Estuarina do Rio Formoso” da ZTVL (Quadro 9), foram estabelecidas metas ambientais que consideram a necessidade de conservação e monitoramento do ecossistema estuarino; do desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira; da conscientização da comunidade; da diversificação das atividades econômicas; e da disponibilização de recursos hídricos e subterrâneos não contaminados.

O turismo ecológico-cultural é uma das atividades indicadas para serem estimuladas na ZTVL (Figura 53), o que demonstra, no âmbito da política, especial preocupação com uma prática turística mais responsável que se utilize de modo sustentável do patrimônio natural e histórico-cultural existentes. A conservação dos ecossistemas, a conscientização da população e a diversificação das atividades econômicas, especialmente às vinculadas ao turismo sustentável, são preocupações comuns às subzonas aqui destacadas.



**Quadro 8:** Zoneamento ambiental da APA de Guadalupe – Zona Turismo, Veraneio e Lazer

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO COSTEIRO DA APA DE GUADALUPE					
ESFERA GOVERNAMENTAL: ESTADUAL / ÓRGÃO RESPONSÁVEL: CPRH / ANO DE CRIAÇÃO: 1998					
ZONA DE TURISMO, VERANEIO E LAZER (ZTVL)					
SUBZONAS	SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVOS DO ZEEC/PG CENÁRIO 2010	INDICAÇÃO DE USOS/ATIVIDADES		
			PROIBIDOS	TOLERADOS	A INCENTIVAR
ÁREA DE USO URBANO, TURISMO E VERANEIO	<p>Estende-se de Barra do Sirinhaém até o estuário do rio Mamucabas.</p> <p>Predomina o uso urbano com forte crescimento demográfico, apresentando um perfil de ocupação, em parte desordenado e em sua maior parte carente de infra-estrutura básica, especialmente esgotamento sanitário, abastecimento de água, drenagem e limpeza urbana.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ecossistemas conservados e/ou recuperados;</li> <li>• Núcleos urbanos ordenados, dotados de infra-estrutura de esgotamento sanitário, abastecimento de água e limpeza urbana;</li> <li>• Áreas livres e comuns dos lotes ou glebas revegetadas (áreas públicas e privadas);</li> <li>• Comércio e serviços bem equipados;</li> <li>• Comunidade Ambientalmente conscientizada;</li> <li>• Atividades econômicas diversificadas, voltadas para o turismo e desenvolvidas de forma sustentável;</li> <li>• Faixa de orla marítima ordenada, com o livre e franco acesso do público, em todas as direções e sentidos;</li> <li>• Patrimônio histórico e cultural recuperado e/ou revitalizado.</li> <li>• Municípios dotados de Planos Diretores e legislação básica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Edificações definitivas ou <u>qualquer forma de utilização do solo que impeça ou dificulte o acesso público ao mar e/ou privatize-o</u>;</li> <li>• Instalação de lixões e aterros sanitários;</li> <li>• Lançamento de despejo líquido urbano e industrial sem tratamento adequado;</li> <li>• Disposição de lixo de forma inadequada;</li> <li>• Retirada de areia e material rochoso;</li> <li>• Circulação de veículos automotores na faixa de praia, exceto para manutenção dos serviços públicos;</li> <li>• Construção fixa ou equipamento permanente na faixa de praia medida a partir da linha máxima de preamar (33 m em direção ao continente), ressalvados os casos de usos tolerados previstos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Barracas e marinas, na faixa de praia mediante licenciamento ambiental;</li> <li>• Pontos de apoio à pesca artesanal nas praias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo e lazer, especialmente <u>turismo ecológico-cultural</u>;</li> <li>• Recuperação / manutenção dos coqueirais consorciados com outras culturas e cultivados com novas tecnologias;</li> <li>• Indústria e comércio voltados para o beneficiamento do pescado e outros produtos regionais;</li> <li>• Criação de áreas especiais de interesse da preservação do patrimônio histórico e cultural;</li> <li>• Preservação do patrimônio histórico-cultural;</li> <li>• Preservação / recuperação de matas de restinga;</li> <li>• Implantação de equipamentos de segurança.</li> <li>• Coleta seletiva de lixo, e limpeza das praias;</li> <li>• Centro de triagem para a coleta seletiva do lixo.</li> </ul>

Fonte: CPRH, 1998; Decreto N° 21.135, de 16 de dezembro de 1998.

**Quadro 9:** Zoneamento ambiental da APA de Guadalupe – Zona Turismo, Veraneio e Lazer

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO COSTEIRO DA APA DE GUADALUPE					
ESFERA GOVERNAMENTAL: ESTADUAL / ÓRGÃO RESPONSÁVEL: CPRH / ANO DE CRIAÇÃO: 1998					
ZONA DE TURISMO, VERANEIO E LAZER (ZTVL)					
SUBZONAS	SITUAÇÃO ATUAL	OBJETIVOS DO ZEEC/PG CENÁRIO 2010	INDICAÇÃO DE USOS/ATIVIDADES		
			PROIBIDOS	TOLERADOS	A INCENTIVAR
ÁREA ESTUARINA DO RIO FORMOSO	<p>Corresponde à área estuarina do Rio Formoso e seus afluentes (Rio dos Passos, Lemenho, das Pedras, União, Porto Alegre e Ariquindá). Área com manguezais extensos, bem preservados que funcionam como berçário de espécies da fauna marinha.</p> <p>Apesar do grande potencial pesqueiro, esta área está sujeita à poluição por efluentes domésticos, resíduos industriais, lixo, óleo e agrotóxicos, provocando a fuga e morte dos peixes e a redução do estoque pesqueiro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ecossistema estuarino bem conservado e monitorado;</li> <li>• Atividade pesqueira desenvolvida de forma sustentável;</li> <li>• Comunidade Ambientalmente Conscientizada;</li> <li>• Circulação de embarcações no estuário, apenas nas áreas definidas a partir do zoneamento;</li> <li>• Atividades econômicas diversificadas;</li> <li>• Recursos hídricos subterrâneos e superficiais disponíveis e sem contaminação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corte e desmatamento da vegetação de mangue e restinga;</li> <li>• Aterro de mangue e movimentação de terra a qualquer título;</li> <li>• Pesca predatória;</li> <li>• Lançamento de produtos tóxicos no estuário;</li> <li>• Instalação de salinas e viveiros no manguezal;</li> <li>• Lançamento de despejo líquido urbano ou industrial no estuário, sem tratamento adequado;</li> <li>• Lançamento de lixo de qualquer natureza no estuário;</li> <li>• Parcelamentos do solo e ocupações com edificações;</li> <li>• Mineração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viveiro em área de retromangue, mediante licenciamento;</li> <li>• Circulação de barco a motor no estuário, mediante zoneamento para navegação;</li> <li>• Construção de estradas, mediante licenciamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de reserva extrativista no estuário;</li> <li>• Maricultura (reprodução e engorda) Preferencialmente de espécies nativas;</li> <li>• Apicultura;</li> <li>• <u>Turismo ecológico</u>;</li> <li>• Uso de embarcação a vela e a remo;</li> <li>• Coleta seletiva de lixo.</li> </ul>

Fonte: CPRH, 1998; Decreto Nº 21.135, de 16 de dezembro de 1998.

#### 4.2.2 A Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais

A APA Costas dos Corais foi criada pelo Decreto Federal N°. 23 de outubro de 1997 em virtude da beleza e da relevância ecológica e social dos ecossistemas que constituem a região costeira que abrange o litoral sul de Pernambuco. É outro espaço natural protegido que envolve a conservação ambiental da zona costeira do município de Tamandaré, inclusive a praia dos Carneiros (Quadro 10).

É a maior unidade de conservação marinha do Brasil, cuja abrangência se estende por 135 km de costa, desde o rio Formoso, em Pernambuco, até o rio Meirim, no estado de Alagoas, e envolve treze municípios do litoral nordestino (Figura 54), perfazendo uma área total protegida de 413.563 hectares, destinada, principalmente, a proteção das formações recifais localizadas muito próximas à costa, denominadas “recifes costeiros” (CPRH, 2006).



**Figura 54:** Abrangência da APA Costa dos Corais. Adaptado por Fabiana Firmino, 2006.  
**Fonte:** Projeto Recifes Costeiros, 2006.

A APA Costa dos Corais limita-se a oeste pela linha de preamar média, compreendendo as praias e contornando os mangues em toda sua extensão. A leste adentra o Oceano Atlântico até o limite de 18 milhas náuticas, abarcando os recifes costeiros, os bancos de algas e as águas marinhas (Projeto Recifes Costeiros, 2006). No litoral sul pernambucano, envolve quatro municípios: São José da Coroa Grande, Barreiros, Tamandaré (iniciando pela praia dos Carneiros) e Rio Formoso.

#### Quadro 10: Medidas para implantação e gestão APA Costa dos Corais

<b>APA COSTA DOS CORAIS</b> <b>ESFERA GOVERNAMENTAL: FEDERAL</b> <b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL: IBAMA</b> <b>ANO DE CRIAÇÃO: 1997</b>
<p><u>Medidas para a implementação e a gestão da APA Costas dos Corais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar do zoneamento ambiental a ser regulamentado por instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;</li> <li>• Utilizar os instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;</li> <li>• Aplicar medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação ambiental;</li> <li>• Divulgar as medidas previstas com o intuito de esclarecer a comunidade local sobre a APA e suas finalidades;</li> <li>• <b>Promover programas de educação ambiental, turismo ecológico</b>, extensão rural e saneamento básico;</li> <li>• Incentivar o reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN junto aos proprietários cujas propriedades encontram-se inseridas, no todo ou em parte, nos limites da APA.</li> </ul> <p><u>Atividades proibidas na APA Costa dos Corais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de atividades salineiras e industriais potencialmente poluidoras, que impliquem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água;</li> <li>• Implantação de projetos de urbanização, realização de obras de terraplenagem, abertura de estradas e de canais e a prática de atividades agrícolas, quando essas iniciativas importarem em alteração das condições ecológicas locais, principalmente das Zonas de Vida Silvestre;</li> <li>• Exercício de atividades capazes de provocar erosão ou assoreamento das coleções hídricas;</li> <li>• Exercício de atividades, entre as quais, os esportes náuticos, que impliquem matança, captura ou molestatamento de espécies raras da biota regional, principalmente do peixe-boi marinho;</li> <li>• Uso de biocidas e fertilizantes, quando indiscriminados ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais;</li> <li>• Despejo, no mar, nos manguezais e nos cursos d'água abrangidos pela APA, de efluentes, resíduos ou detritos, capazes de provocar danos ao meio ambiente;</li> <li>• Retirada de areia e material rochoso nos terrenos de marinha e acrescidos, que implique alterações das condições ecológicas locais;</li> <li>• Extração de corais</li> </ul>

**Fonte:** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 2006.

De acordo com a Portaria nº. 33 de 13 de março de 2002 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), foram proibidas as seguintes atividades na APA Costa dos Corais: retiradas de coral, areia, cascalho e algas calcárias dos recifes; captura, comércio e transporte de corais, peixes ornamentais, búzios, estrelas-do-mar, do mero e do tubarão lixa; pesca com equipamento de mergulho autônomo; pesca industrial de qualquer natureza; ancoragem de embarcações sobre os recifes; construção de qualquer tipo sobre os recifes; e lançamento de lixo e outros resíduos no mar e estuários.

No âmbito da APA Costa dos Corais, destaca-se o Projeto Recifes Costeiros, iniciado em 1998 e com término previsto para o ano de 2007. Algumas das finalidades primordiais do projeto consistem na conservação da diversidade biológica dos ecossistemas costeiros e na garantia do uso sustentável de seus recursos naturais, o que inclui principalmente os recifes de coral, as praias e os manguezais dos municípios abrangidos pela APA. O projeto resultou de uma sinergia de esforços entre o Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste (CEPENE/IBAMA) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a sua administração compete à Fundação Mamíferos Aquáticos (FMA). A conclusão das atividades do projeto está prevista para o ano de 2007.

Incluem-se dentre as principais atividades do Projeto Recifes Costeiros: implantação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente; pesquisa acerca dos elementos que constituem o ecossistema costeiro (fauna e flora marinhas), bem como experimentos de manejo a fim de propor medidas voltadas à proteção e à recuperação ambiental e ao ordenamento das atividades humanas.

O projeto também desenvolve ações de educação ambiental junto à comunidade, com o intuito de sensibilizá-la quanto à relevância da conservação ambiental e incentivá-la a participar na identificação de soluções para os problemas ambientais.

A educação ambiental se constitui em um valioso instrumento para o desenvolvimento sustentável do turismo, que poderia ser utilizada de forma mais efetiva no município de Tamandaré, particularmente na praia dos Carneiros, na medida em que estimula e fortalece uma consciência crítica no tocante aos problemas ambientais e sociais, bem como incentiva “à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade como um valor inseparável do exercício da cidadania, como objetivos fundamentais da educação ambiental” (Constituição Federal Brasileira, 1988, artigo 5º).

No tocante ao turismo, o Projeto Recifes Costeiros adotou medidas interessantes de ordenamento do turismo em algumas áreas: limitação do número de embarcações; orientação aos turistas; monitoramento e fiscalização; e colocação de bóias de sinalização, com o propósito de reduzir os impactos do turismo no ambiente dos recifes de corais. Tais medidas poderiam ser implementadas na praia dos Carneiros mediante a elaboração de um estudo de capacidade de carga, o qual possibilitaria conhecer os limites toleráveis de uso desse ambiente costeiro pelas atividades turístico-recreativas, auxiliando à adoção de medidas preventivas e mitigadoras dos efeitos do turismo sobre a praia.

Vale salientar que a APA Costa dos Corais ainda não dispõe de um Plano de Manejo, o qual, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), consiste em um documento obrigatório dos espaços naturais protegidos, que prevê medidas de

proteção e recuperação ambiental, assim como o ordenamento das atividades humanas. O Plano de Manejo da APA Costa dos Corais está em fase de elaboração e poderá figurar como um instrumento indispensável ao planejamento e gestão sustentáveis do turismo na praia dos Carneiros.

#### 4.2.3 O Plano Diretor de Tamandaré

O Plano Diretor está previsto no Art. 182 da Constituição Federal como o “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” a ser aprovado por lei municipal, obrigatório para cidades que possuam mais de 20.000 habitantes; integrem regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; integrem áreas especiais de interesse turístico; estejam inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; e onde exista a pretensão do Poder Público Municipal em utilizar o parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo no tempo ou desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

O citado documento é também um importante instrumento do Estatuto das Cidades (Lei Nº. 10.257/01), o qual se refere ao planejamento do uso e ocupação do solo nos municípios, imprescindível “para a manutenção da integridade e recuperação dos ecossistemas de interesse turístico e para a manutenção da qualidade de vida dos habitantes da região” (WWF, 2004, p. 42).

A lei Nº. 184/2002 instituiu o Plano Diretor de Tamandaré com a finalidade de “dotar o Município de regras e critérios de desenvolvimento, ocupação e uso de seu solo que atendam aos seguintes princípios: a garantia da plena realização das funções sociais da cidade e da propriedade e a consolidação da cidadania e participação social, obedecendo aos

preceitos legais estipulados pela Constituição da República, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica do Município de Tamandaré”.

Ao analisar a lei 184/2002 que instituiu o Plano Diretor de Tamandaré, verifica-se uma preocupação com o estabelecimento de uma nova ética ambiental para orientar o desenvolvimento do município. O documento define, como de responsabilidade da municipalidade, a promoção do paradigma do desenvolvimento sustentável de maneira integrada e sistêmica em todas as esferas da vida social e comunitária do Município e de seus habitantes, quer seja no meio rural, no distrito de Saué, quer seja no urbano, no distrito Sede de Tamandaré, e ainda nos distritos que por ventura sejam criados. Com isso, objetiva-se prioritariamente melhorar a qualidade de vida da população e incrementar o bem estar da comunidade.

No âmbito do referido documento, destacam-se como as principais vocações do município a agricultura, a pesca e o turismo, de maneira que, para melhor aproveitá-las, adverte-se para a necessidade de criação de estruturas de integração governamental entre os municípios que formam a Mesorregião da Mata e Microrregião da Mata Meridional, onde o município de Tamandaré está inserido. O Plano Diretor de Tamandaré tem como propósito contribuir para o desenvolvimento sustentável não somente do município, mas da região e, assim, possibilitar o aproveitamento racional das potencialidades territoriais e a melhoria da qualidade de vida da população.

O Plano Diretor de Tamandaré propõe tornar prática do conteúdo pedagógico assuntos relacionados à sua cultura, ao cooperativismo, ao associativismo, ao meio ambiente, ao

turismo e à história local e, para tanto, contribui com a identificação e firma compromisso com o Município para a inserção dos referidos conteúdos no processo educativo.

Quanto ao desenvolvimento técnico-produtivo do município de Tamandaré, notadamente no que diz respeito ao turismo, o Plano Diretor define algumas opções estratégicas, tais como: priorizar o desenvolvimento sustentável; adotar uma política setorial compatível com o perfil da demanda atual e futura, a fim de diversificá-la; ampliar os impactos positivos da atividade turística na esfera sócio-econômica do município; reduzir as externalidades negativas sociais e/ou ambientais.

Porém, a gestão pública municipal sequer dispõe de um sistema de informações próprio dos equipamentos turísticos, perfil da demanda, fluxo de turistas, investimentos e receita oriunda do setor, bem como desconhece a capacidade de carga turística (CCT) de áreas como a praia dos Carneiros, um dos poucos ambientes costeiros de Tamandaré que ainda mantém certa rusticidade. Tais aspectos constituem-se fatores limitantes ao desenvolvimento sustentável do turismo.

Ainda no domínio das estratégias definidas para desenvolver o turismo, incluem-se a preocupação com o fortalecimento das instâncias participativas do município de Tamandaré, especialmente nos setores primário e do turismo. Propõe-se ampliar a participação e o envolvimento dos diversos atores sociais (poderes público e privado, sociedade civil organizada e comunidade local) nas decisões em prol do desenvolvimento sustentável.

Uma das formas de possibilitar a participação e o envolvimento dos atores sociais governamentais e não-governamentais nas decisões e ações voltadas ao desenvolvimento do

turismo seria através do estabelecimento de um atuante Conselho de Turismo, órgão de fundamental importância para a atividade. Nesse sentido, a criação, instalação e atuação de um Conselho Municipal de Turismo, orientado pelos princípios, conceitos e proposições do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT), constam como ações prioritárias do Plano Diretor de Tamandaré.

Apesar disso, o Conselho de Turismo é praticamente inoperante, fato este que exemplifica a carência de organização social para desenvolver a atividade e, conseqüentemente, concorre para a não solução dos problemas locais. As discussões acerca das possibilidades e limites do desenvolvimento turístico municipal têm sido incluídas na pauta de reuniões do COMDEMA, o qual mais uma vez assume a responsabilidade por responder questões relativas ao turismo, diante da premente necessidade de se instituir um Conselho de Turismo para atender aos requisitos do PRODETUR/NE, de modo que seja efetivado o repasse de recursos a serem aplicados em obras de infra-estrutura básica, de acesso e viária, requalificação do Forte Santo Inácio de Loyola, dentre outras.

No tocante ao desenvolvimento do turismo, o Plano Diretor de Tamandaré estabelece, em seu artigo 19, as seguintes ações prioritárias: recuperação da atividade pesqueira no município e da identificação de outros tipos de pesca, que se coadunem com os princípios do desenvolvimento sustentável, a fim de ampliar as possibilidades de inclusão social e econômica da comunidade pesqueira, bem como a sua inserção no planejamento do desenvolvimento do turismo; a elaboração e implantação do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo que contemple as potencialidades de Tamandaré, inclusive para o pedagógico-científico e para o turismo rural.

A melhoria da infra-estrutura de transporte para os setores primário e de turismo também consiste numa ação prioritária do Plano Diretor de Tamandaré, o qual prevê a elaboração e a implantação de um Plano de Manutenção das Vias Vicinais do município; a melhoria na sinalização das vias locais e de integração regional; a identificação dos elementos do patrimônio cultural e o estabelecimento de espaços de estacionamento para os turistas, notadamente na área litorânea. Em todo o município de Tamandaré identificam-se problemas de sinalização incorreta ou inadequada, bem como ausência de sinalização de seus atrativos (Figuras 55 e 56).



**Figura 55:** Poluição visual na sinalização para a praia dos Carneiros e sinalização com grafia incorreta da praia.

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.



**Figura 56:** Problemas de sinalização na via.

**Fonte:** Fabiana Firmino, 2006.

Na perspectiva do desenvolvimento regional do turismo, o Plano Diretor apresenta como ação prioritária, no planejamento setorial da atividade turística, ampliar as possibilidades de integração regional com os municípios da Mata Sul Pernambucana, sobretudo com os municípios co-integrantes do Centro Turístico de Guadalupe, Sirinhaém e Rio Formoso.

O desenvolvimento integrado da atividade turística poderá maximizar e diversificar as possibilidades de desenvolvimento, além de contribuir para a permanência dos turistas, para o incremento da economia e para a ampliação dos benefícios do turismo à região, aos municípios que a integram e as comunidades locais. Nesse sentido, o Plano Diretor de Tamandaré propõe ainda como ação prioritária o desenvolvimento e a implementação de consórcios municipais nos setores de turismo, saneamento básico, educação e saúde, para os quais o modelo de gestão compartilhada de recursos e/ou potencialidades se mostra o mais adequado.

Verifica-se que o Plano Diretor de Tamandaré contém diretrizes e padrões de organização do espaço urbano, do desenvolvimento sócio-econômico e do sistema político-administrativo para as condições de vida da população. Estabelece ações prioritárias, que compreendem a atividade turística, a fim de direcionar o desenvolvimento físico municipal.

Entretanto, de acordo com a pesquisa, na prática, as estratégias e ações prioritárias estabelecidas para o desenvolvimento sustentável do turismo ainda não saíram do papel, fato este que pode estar relacionado ao baixo grau de organização e de articulação entre os atores envolvidos (Governo, empresariado, investidores, cientistas e estudiosos, representações locais, moradores) (Consórcio Diagonal / GTZ, 2003). Mais uma vez, evidencia-se a questão conflitante e contraditória entre o que é planejado e o que de fato acontece no município de forma alheia ao planejamento.

O Plano Diretor é uma política de ordenamento territorial de extrema relevância que pode contribuir para disciplinar o assentamento das ações humanas sobre o espaço. A sua

elaboração é uma condição obrigatória para o repasse dos recursos financeiros a serem investidos nos municípios na segunda fase do PRODETUR/NE.

#### 4.2.4 A Lei do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Tamandaré

O ordenamento e o uso do solo competem ao município, o qual deve atenção aos dispositivos legais acerca do desenvolvimento urbano e rural. Nesse sentido, é indispensável considerar, na esfera da municipalidade, a lei de uso e ocupação do solo enquanto instrumento de significativa relevância tanto ao planejamento quanto ao incentivo da implementação dos equipamentos turísticos.

O parcelamento, uso e ocupação do solo de Tamandaré são regulados pela Lei Nº. 188/2002, a qual dispõe sobre espaço urbano, bem como sobre as zonas e áreas especiais localizadas na área rural do município de Tamandaré e dentre as quais se incluem as de interesse turístico. A referida lei disciplina o uso turístico de algumas áreas do município na Seção VIII, que trata das Zonas Hoteleiras (ZH), e na Seção IX, a qual se refere aos Setores Especiais de Esporte Lazer e Turismo.

De acordo com a lei supracitada, em seu artigo 60, as Zonas Hoteleiras (ZH) são áreas que deverão privilegiar usos e ocupações relacionadas à atividade turística, compatibilizando-os com os princípios do desenvolvimento sustentável, os quais envolvem concomitantemente eficiência econômica, justiça social, equilíbrio ecológico e participação.

Nas ZH, há uma preocupação primordial com a conservação dos seus atributos ambientais e paisagísticos, de forma que o perfil de ocupação dessas áreas deve ser compatível com tal objetivo, bem como deve nortear-se por parâmetros urbanísticos de baixa

densidade. Para tanto, a lei de uso do solo permite a implantação de condomínios do tipo privê ou a realização de loteamentos do tipo convencional até o limite de 30% de cada gleba situada nas ZH; estabelece que o início das edificações respeite o limite de 50 metros, medidos a partir da linha máxima de preamar em direção ao continente; define que os lotes, até os situados à beira mar, deverão possuir área mínima de 800 metros quadrados, com dimensões de até 20 x 40 metros, edificações todas térreas e desmembramento vedado. Caberá à Prefeitura a aprovação de projetos arquitetônicos nas ZH.

A lei citada permite e prioriza os usos econômicos e institucionais vinculados à hospedagem e ao desenvolvimento do turismo nas ZH e impõe a condição de compatibilizá-los com os princípios da sustentabilidade. A avaliação dos usos propostos para as ZH compete aos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente e de Desenvolvimento e de Política Urbana.

A praia dos Carneiros foi definida no domínio do Zoneamento Ambiental e do Plano Diretor como Zona de Uso Hoteleiro, de maneira que a prática turística na referida área, de acordo com a lei de uso e ocupação do solo do município, deverá ser orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável. Portanto, os projetos de instalação de equipamentos hoteleiros na referida área deverão apresentar parâmetros urbanísticos para áreas de baixa densidade, respeitando os padrões estabelecidos na lei. Cabe à gestão monitorar e controlar rigorosamente o processo de avaliação e aprovação dos referidos projetos.

Vale salientar, que para estabelecer as formas adequadas de usos e ocupação da praia dos Carneiros em prol do desenvolvimento sustentável da atividade turística, há também necessidade de definir os limites ambientalmente suportáveis de uso turístico-recreativo e

hoteleiro da praia dos Carneiros, a fim de dar efetividade ao disposto nas políticas aqui citadas, notadamente por se tratar de uma área inserida em unidades de conservação (UCs) de uso sustentável, em virtude dos seus atributos naturais e paisagísticos e da vulnerabilidade de seus ecossistemas visto que se trata de zona costeira.

No âmbito do Plano Diretor e do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro da APA de Guadalupe, foi definida no entorno da praia dos Carneiros, uma Zona de Esporte, Lazer e Turismo. É importante destacar ainda que, segundo a lei de uso e ocupação do solo de Tamandaré, os Setores Especiais de Esporte, Lazer e Turismo (SELET), estabelecidos na Seção IX, também deverão apresentar parâmetro urbanístico de baixa densidade, de modo a conservar as características ambientais e paisagísticas dessas áreas, priorizando usos e ocupações associados à atividade turística e ao lazer.

#### 4.2.5 O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA)

O PROMATA visa ao desenvolvimento do turismo integrado às atividades produtivas locais, à conservação ambiental e à valorização do patrimônio cultural. Busca ampliar os benefícios provenientes do turismo nas esferas social, econômica, ecológica e cultural da região através do estímulo ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Uma relevante ação, no âmbito do PROMATA, diz respeito à realização de um diagnóstico participativo no município de Tamandaré, baseado em um “amplo processo estruturado de participação de todos os setores da sociedade”, associado à pesquisa em fontes secundárias e consulta a órgãos públicos ligados à gestão municipal. A população (cidadãos, organizações públicas e sociedade civil) urbana e rural participou amplamente do processo de

construção do diagnóstico participativo, o qual se constituiu na primeira etapa para a elaboração do Plano de Investimento Municipal (PIM) (Consórcio Diagonal/GTZ, 2003).

A comunidade formou o Fórum de Desenvolvimento Local Sustentável (Fórum DLS - PROMATA) com orientação de moderadores sob a responsabilidade da Unidade Gestora do PROMATA (UGP-PROMATA). Para a efetiva elaboração do diagnóstico, o Consórcio Diagonal/GTZ realizou oficinas com o Fórum, cujo conteúdo pedagógico foram os problemas ambientais vivenciados no município de Tamandaré nas mais diversas áreas: educação, saúde, meio ambiente e infra-estrutura (Consórcio Diagonal/GTZ, 2003).

Porém, de acordo com as informações obtidas, as ações previstas para o município de Tamandaré ainda não foram iniciadas. O Coordenador<sup>5</sup> do núcleo do PROMATA em Tamandaré, afirmou que as ações do programa iniciaram, primeiramente, na Zona da Mata Norte, com a implantação de projetos na agricultura, com o urucum, e na pecuária através de projetos de apicultura e piscicultura. As ações começaram a ser desenvolvidas na Zona da Mata Norte pelo fato de ter sido o pólo do programa, bem como por já terem sido realizados levantamentos e diagnósticos da área.

O diagnóstico participativo de Tamandaré apontou que parcela considerável dos problemas, relacionados ao abandono ou à prostituição infantil, ao alcoolismo, gravidez na adolescência e analfabetismo, poderia ser atenuada por meio de uma participação mais eficiente da sociedade civil organizada através do estabelecimento de parcerias ou por meio da discussão, fiscalização e controle das ações do poder público.

---

<sup>5</sup> Leonardo Almeida, Secretário de Turismo e Coordenador do núcleo do PROMATA em Tamandaré.

Conforme o diagnóstico, outros problemas enfrentados pelo município, referem à deficiência de infra-estruturas de vias vicinais de transporte coletivo e de comunicações, os quais prejudicam o desenvolvimento econômico dos assentamentos, a comercialização de produtos agrícolas, o desenvolvimento do turismo rural, a qualidade de vida da população e a prestação de serviços públicos de saúde e de educação à população rural (Consórcio Diagonal/GTZ, 2003).

A população identificou como problema o despreparo do município para o incremento populacional no período da alta estação (dezembro, janeiro e fevereiro), em virtude da desorganização urbana relativa ao tráfego, à vigilância sanitária, à deficiência de saneamento básico e de limpeza urbana, à poluição sonora, ao avanço de construções e obras irregulares na orla (Consórcio Diagonal/GTZ, 2003).

Os resultados do diagnóstico advertem que o município de Tamandaré enfrenta ainda sérios problemas no âmbito da educação formas e descontinuidade da educação ambiental, relacionados à carência de recursos orçamentários e de organização do setor público, o que se constitui no cerne dos problemas anteriormente mencionados. As necessidades das famílias de baixa renda apresentam-se de tal forma que questões como educação e gestão são completamente relegadas ao segundo plano. Estes problemas se agravam quando se trata da população habitante da zona rural, a qual vivencia problemas de carência e precariedade de transporte, baixo nível de organização da sociedade civil e, no tocante aos assentamentos, deficiência do aproveitamento econômico (Consórcio Diagonal/GTZ, 2003).

Quanto aos problemas ambientais, o diagnóstico participativo ressalta que são oriundos de práticas predatórias na pesca, agricultura, criação de camarões em área

inapropriadas, turismo não controlado nos corais, baixo nível de educação ambiental, deficiência nos serviços públicos de saúde, limpeza urbana e de fiscalização ambiental.

O diagnóstico participativo retratou uma realidade no município de Tamandaré, que configura questões conflitantes em diversas áreas. As condições precárias, insalubres e de carência em que se encontra a população constituem, e não poderia ser diferente, entrave ao desenvolvimento sustentável do turismo no município. Afinal, a sustentabilidade de que se fala não se resume ao uso sustentável dos recursos naturais e do patrimônio que conformam o conjunto das potencialidades turísticas, já apresentado neste trabalho. Antes, a sustentabilidade do desenvolvimento refere-se ao provimento das necessidades substantivas da população, que como observou o diagnóstico estão de representar à vida digna a que todos têm direito.

Pensar no desenvolvimento sustentável do turismo requer o equacionamento de tais problemas, na medida em que a preparação do lugar para a população deve anteceder à sua produção para os turistas e visitante. Os problemas apontados, no âmbito do diagnóstico participativo realizado pelo PROMATA, estão no cerne das questões conflitantes e, conseqüentemente, dos desafios para o desenvolvimento sustentável da atividade turística. O enfrentamento de tais questões deverá, sem dúvida, envolver ampla participação de todos os atores sociais, na perspectiva da efetividade de planejamento e gestão ambiental compartilhados e integrados.

#### 4.2.6 O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I e II)

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) é um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios), voltado à criação de condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, bem como à melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas áreas contempladas. Abrange nove estados nordestinos e o norte de Minas Gerais e Espírito Santo. O Banco do Nordeste é o órgão executor do programa e o seu financiamento provém de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco do Nordeste, 2006).

O PRODETUR/NE I teve como objetivo principal disponibilizar recursos em infraestrutura de apoio ao turismo, a partir de ações prioritárias que contribuíssem para a expansão da atividade turística, a fim de desenvolver o turismo na região Nordeste. Buscou-se, nesta primeira fase do programa, estimular a participação da iniciativa privada, com o intuito de ampliar a oferta de ocupação produtiva e de incrementar a renda das comunidades dos municípios contemplados nesta etapa: Recife, Olinda, Ipojuca, Paulista, Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré (Quadro 11).

Hoje, na segunda fase do PRODETUR/NE, amplia-se o aporte do Ministério do Turismo (MTur), o qual se responsabiliza pela maior parte da contrapartida local e integra grupo de trabalho, junto com o BNB, com o intuito de analisar os planos turísticos e projetos por ele apoiados (Quadro 11). A melhoria da qualidade de vida da população residente nos pólos turísticos situados nos estados participantes do programa destaca-se como objetivo principal do PRODETUR/NE II.

**Quadro 11:** Objetivos específicos do PRODETUR/NE I e II

PRODETUR/NE I	PRODETUR/NE II
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atrair atividades turísticas privadas adicionais e de melhor padrão.</li> <li>• Gerar oportunidades de emprego.</li> <li>• Melhorar os níveis de renda.</li> <li>• Aumentar as receitas públicas.</li> <li>• Beneficiar a população de baixa renda das áreas selecionadas com disponibilização dos serviços de abastecimento de água, esgotos e acessos pavimentados.</li> <li>• Aumentar a capacidade dos Estados beneficiados de acompanhar a demanda por serviços básicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o aumento das receitas provenientes da atividade turística.</li> <li>• Melhorar a capacidade de gestão dessas receitas por parte dos Estados e Municípios.</li> <li>• Assegurar o desenvolvimento turístico auto-sustentável e responsável nas áreas a serem beneficiadas pelo Programa.</li> <li>• Melhorar a qualidade de vida das populações fixas dos municípios a serem beneficiados, por meio de incremento dos postos de trabalho e renda, aumento da acessibilidade da população aos serviços urbanos e melhoria da gestão municipal sobre o uso e ocupação do solo, o meio ambiente e o crescimento da atividade turística.</li> <li>• Conferir sustentabilidade às ações realizadas no âmbito da primeira fase do PRODETUR/NE, antes de expandir a atuação para novas áreas turísticas.</li> </ul>

**Fonte:** Banco do Nordeste, 2006.

O município de Tamandaré está inserido no Pólo de Turismo Costa dos Arrecifes (Figura 57), o qual contempla uma área de planejamento que abrange quinze municípios: Cabo de Santo Agostinho, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Recife, Rio Formoso, Sirinhaém e Tamandaré, além do Arquipélago Fernando de Noronha (Banco do Nordeste, 2006).



**Figura 57:** Pólo Costa dos Arrecifes

**Fonte:** Banco do Nordeste, 2006.

A estruturação do Pólo resultou de uma iniciativa do Banco do Nordeste em parceria com o Governo Federal, Estadual, Prefeituras Municipais, iniciativa privada e a sociedade em geral e se iniciou com a instalação do Conselho de Turismo. Os investimentos em infraestrutura do PRODETUR/NE I e II permitiram estruturar o pólo, que tem por objetivos: integrar toda a cadeia produtiva da região, potencializar das vocações locais e planejar o turismo de modo integrado e sustentável (Banco do Nordeste, 2006).

Para gerir, coordenar e conduzir as decisões da política turística de longo prazo do pólo de turismo, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Pólo Costa dos Arrecifes. O PDITS foi concebido numa perspectiva integrada e abrangente e serve como base de orientação para o setor privado, na medida em que se utiliza de mecanismos de controle, acompanhamento e revisão periódica para assegurar a sustentabilidade de suas ações. O referido documento auxiliará o PRODETUR/NE II a expandir e complementar as ações do PRODETUR/NE I (SEDET e TC/BR Consultoria).

Para o município de Tamandaré, estavam previstos alguns projetos e ações que não foram concluídos e estão novamente contemplados na segunda etapa do programa, PRODETUR/NE II (Quadro 12): conclusão da obra da Via de Penetração Sul; construção da Via Litorânea dos Carneiros; construção da ponte sobre o rio Ariquindá; recuperação da PE-76; construção da PE 061; desenvolvimento institucional; implantação do Projeto Praia Limpa; obras de saneamento básico como a estação de tratamento de esgotos.

**Quadro 12:** Ações do PRODETUR/NE para o município de Tamandaré

Componente	Subcomponente	Linha de ação	Ações em Tamandaré
FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE MUNICIPAL PARA A GESTÃO DO TURISMO FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE MUNICIPAL PARA A GESTÃO DO TURISMO	Gestão de Resíduos Sólidos	Elaboração de plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Pólo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS)</li> <li>• Obra de infra-estrutura da unidade de triagem e reciclagem</li> <li>• Elaboração de plano integrado de gestão de resíduos sólidos para o Pólo</li> </ul>
	Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural	Elaboração de estudos de intervenção, viabilidade econômica, recuperação e gestão sustentável do patrimônio histórico e cultural, matéria e imaterial, do Pólo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restauração/revitalização do Forte Santo Inácio e implantação de parque municipal em seu entorno</li> </ul>
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, TREINAMENTO E INFRA-ESTRUTURA PARA O CRESCIMENTO TURÍSTICO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, TREINAMENTO E INFRA-ESTRUTURA PARA O CRESCIMENTO TURÍSTICO	Saneamento e Água Potável	Implantação, ampliação e/ou melhoria de sistema integrado de saneamento ambiental no pólo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de Sistema de Abastecimento D'Água (SAA) e Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) integrados</li> </ul>
	Obras de Infra-estrutura.	Obras de Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação e pavimentação da via de contorno de Tamandaré</li> <li>• Implantação da Ponte sobre o Rio Ariquindá - 2º Etapa</li> </ul>

**Fonte:** SEDET e TC/BR Consultoria - PDITS. Adaptado por Fabiana Firmino, 2006.

O PRODETUR/NE I e II tem atuado no sentido de direcionar investimentos relacionados ao incentivo e ao desenvolvimento da atividade turística no município, notadamente no tocante à implantação de infra-estrutura básica e turística (acessos viários, saneamento, construção de pontes) para viabilizar o desenvolvimento do turismo em Tamandaré. Para o Parque Natural Municipal do Forte Santo Inácio de Loyola, cujas ações de requalificação e revitalização do patrimônio histórico-cultural existente e da área continental e litorânea do entorno do Forte, segundo Deborah Estima (Instituto Recifes Costeiros), estão previstos grandes investimentos do PRODETUR.

Apesar de existirem grandes problemas no que se refere à educação, à saúde, ao abastecimento de água e ao saneamento, as ações para solucionar tais questões não têm sido priorizadas no âmbito de um programa intitulado de “desenvolvimento”. Este fato explicita conflitos de interesses entre os diferentes atores envolvidos (governo, investidores e comunidade local) no planejamento e gestão do turismo.

Falar em desenvolvimento, segundo Sen (2000), significa prover à população suas necessidades substantivas (educação, saúde, saneamento básico, dentre outras). Portanto, trazendo esta reflexão para esfera do turismo, apreende-se que antes de preparar o lugar para o turista, é necessário prepará-lo para a população que nele habita, atendendo prioritariamente às suas necessidades básicas. Desse modo, poder-se-á contar com o apoio da população para a implantação da atividade turística sustentável, a qual contribua para o equilíbrio ecológico e reais possibilidades de melhoria da qualidade de vida.

Todavia, em muitas destinações turísticas, ocorre um processo inverso. O lugar é preparado para o turista antes mesmo de se proverem condições dignas de vida à população. São priorizados investimentos em infra-estrutura turística em detrimento das necessidades básicas das comunidades locais. O investimento em ações para o desenvolvimento do turismo na zona costeira pernambucana, inclusive em Tamandaré, vem reproduzindo esse modelo, o que concorre para o estabelecimento do processo de turistificação que afeta os espaços litorâneos na medida em que a produção e o consumo do espaço pelo turismo ocorrem de forma alheia à realidade local.

No âmbito do PRODETUR/NE, o repasse de recursos para o município de Tamandaré tem sido, prioritariamente, direcionado para obras de infra-estrutura viária e de acesso, as

quais visam ao “desenvolvimento” do turismo, refletindo-se especialmente sobre a produção da praia dos Carneiros pela atividade turística. Isso não significa que não existam ou não estejam na pauta das discussões investimentos em infra-estrutura básica, mas estes estão relegados a um segundo plano. A dimensão econômica tem se sobreposto a aspectos sociais e ecológicos que a sustentabilidade do sistema turístico envolve. Inclusive, os projetos de instalação de infra-estrutura hoteleira previstos para a referida praia são condicionados à conclusão das mencionadas obras.

Alguns dos fatores aqui citados estão no cerne das questões conflitantes e dos desafios para o desenvolvimento do turismo na praia dos Carneiros. Os conflitos se estabelecem, notadamente, a partir da dicotomia planejamento (o que se pensa) e gestão (o que de fato acontece, às vezes a revelia), bem como a partir do antagonismo entre os interesses econômicos dos diferentes atores e agentes envolvidos na atividade turística.

Durante a pesquisa, verificou-se que obras como a construção da Via de Penetração Sul, da ponte sobre o rio Ariquindá e da Via Litorânea dos Carneiros se constituem razão de amplas discussões tanto no domínio do COMDEMA, como entre empreendedores e moradores da praia dos Carneiros. A conclusão de tais obras possibilitará um novo acesso viário ao município de Tamandaré, através da praia dos Carneiros, a qual é alvo principal de tais investimentos.

De um lado, Governo e grandes investidores acreditam que as referidas ações contribuirão para o desenvolvimento do turismo na citada praia, inclusive com repercussões positivas para todo o município de Tamandaré. Em outro extremo, pequenos empreendedores locais e moradores, questionam a sustentabilidade do desenvolvimento proposto, mediante o

impacto ambiental negativo que tais medidas já provocaram e poderão ainda ocasionar do ponto de vista social, econômico e ecológico.

As obras de acesso viário reduzirão a distância para se chegar à praia dos Carneiros a partir do aeroporto e permitirão o contato direto dos turistas com a rústica paisagem. A Via de Penetração Sul passará pelo município de Rio Formoso e interligará a PE-60 à Via Litorânea dos Carneiros e, mais adiante, à Via de Contorno de Tamandaré, configurando assim um novo acesso viário ao município de Tamandaré. O acesso à praia será concretizado com a construção da ponte sobre o rio Ariquindá, o qual corta os municípios de Tamandaré e de Rio Formoso. Uma vez concluídas tais obras, crê-se que elas se constituirão em um fator de atratividade dos turistas que permitirá consolidar a praia dos Carneiros como o próximo destino turístico do litoral sul de Pernambuco, na medida em que estarão combinados aspectos como a proximidade do aeroporto e a considerável beleza e rusticidade da paisagem da praia estudada.

As obras de infra-estrutura viária mencionadas contribuem para a produção do espaço turístico da praia dos Carneiros e representam a incessante busca por paisagens autênticas que o turismo empreende. Porém, a concepção e execução de tais obras não foi precedida por um dimensionamento prévio da capacidade de carga turística, que permitisse advertir sobre os limites ambientalmente toleráveis de uso turístico da praia dos Carneiros, aspecto este que, associado a outros fatores como preocupação com a falta de segurança e as já observadas repercussões negativas como desequilíbrio ecológico, vem configurando o cenário de conflitos nesse espaço costeiro. Cientistas e estudiosos, proprietários que possuem empreendimentos de pequeno porte, proprietários rurais que ainda não investiram no turismo, representações sociais e moradores preocupam-se quanto aos rumos da atividade turística e

suas conseqüências na paisagem local dessa praia inserida em projetos de conservação ambiental.

Será que a praia dos Carneiros está fadada a um processo semelhante ao dos já estabelecidos destinos turísticos litorâneos, nacionais e internacionais, cujo ciclo de vida tende à estagnação ou ao declínio, em virtude do rápido crescimento da atividade turística sem planejamento e gestão integrados, marcado pela sobrecarga dos referidos espaços por infraestrutura de serviços e grande afluência de turistas, ocasionando uma perda de atratividade e uma nova corrida por paisagens litorâneas autênticas?

#### 4.2.7 O Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Tamandaré

O Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Tamandaré é um documento elaborado pelo poder público municipal no âmbito do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), cujos principais objetivos foram: conscientizar a sociedade para a importância do turismo para o crescimento econômico, a geração de empregos, a melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seus patrimônios natural e histórico-cultural. O PNMT objetivou, ainda, realizar capacitações que permitissem aos municípios a elaborar seus próprios planos de desenvolvimento (Prefeitura de Tamandaré, 2001).

O referido plano de desenvolvimento, elaborado em 2001, traz um diagnóstico situacional, o panorama da função turística em Tamandaré, a tipologia do turismo, as potencialidades turísticas, os impactos do turismo. Foram apresentados objetivos e estratégias institucionais para o desenvolvimento do turismo no município. Entretanto, o que poderia se configurar como um efetivo instrumento de planejamento do turismo, na esfera municipal, resume-se a um documento que reproduz, de modo pouco consistente, outros instrumentos,

sem detalhar a responsabilidade dos atores envolvidos, os caminhos a serem percorridos e os prazos a serem cumpridos para atingir as metas e objetivos estabelecidos.

#### 4.2.8 O Plano de Intervenção na Orla (PIO) de Tamandaré: uma proposta de gestão integrada da zona costeira (GIZC)

O governo federal, na perspectiva de gestão integrada/compartilhada da zona costeira, elaborou o Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), com o intuito maior de disciplinar os usos da orla. A elaboração do Projeto Orla resultou de uma atuação conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a partir do envolvimento das instâncias governamentais federal, estadual e municipal e de atores sociais diversos (Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações representativas de diferentes categorias sociais).

No município de Tamandaré, o Projeto Orla se traduziu no Plano de Intervenção na Orla de Tamandaré (PIO) e sua elaboração contou com a parceria do MMA, por meio de sua Secretaria de Qualidade Ambiental e dos Assentamentos Humanos (MMA/SQA), da CPRH, do PROMATA e sociedade civil organizada e população local que, preocupados em promover a melhoria das condições ambientais e sócio-econômicas do município, deram suas contribuições através da participação nas oficinas realizadas no período de 09 a 11 de março de 2004 (Quadro 13).

**Quadro 13:** Execução do Projeto Orla - Atores sociais envolvidos

Execução do PIO - Atores Sociais Envolvidos	
Órgão Executor	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prefeitura Municipal de Tamandaré               <ul style="list-style-type: none"> <li>o Secretaria de Infra-estrutura;</li> <li>o Secretaria de Saúde;</li> <li>o Secretaria de Turismo, Cultura, Comércio e Meio Ambiente.</li> </ul> </li> </ul>
Parceiros da Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ACATAM;</li> <li>• AHPREST;</li> <li>• Associação dos Artesãos de Tamandaré;</li> <li>• Associação dos Barraqueiros.</li> </ul>
Outros Parceiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• COMDEMA</li> <li>• Comissão Gestora Local - CGL;</li> <li>• Projeto Recifes Costeiras.</li> </ul>

**Fonte:** CPRH (2005, p. 4).

A partir do diagnóstico dos aspectos geográficos, históricos, sociais, ecológicos, econômicos, políticos e legais, bem como da identificação e discussão acerca dos problemas e conflitos existentes quanto ao uso da orla do município de Tamandaré, o PIO caracteriza e descreve cenários desejados, propondo ações preventivas, mitigadoras e remediadoras para os referidos cenários, estratégias de execução e estratégias de acompanhamento e avaliação para ações propostas, constituindo, assim, um conjunto de diretrizes voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável desse espaço costeiro.

O PIO de Tamandaré divide a orla do município em quatro unidades, subdividas em seis trechos, os quais foram classificados conforme as características de sua paisagem e grau de impacto ambiental observados. Para cada trecho foram definidas estratégias e indicados os usos a serem estimulados.

A praia dos Carneiros foi definida como Unidade 3, a qual foi subdividida em dois trechos: Trecho 01 - Entre o Hotel Marinas de Tamandaré (rua de acesso à Via Litorânea dos Carneiros) e o Bar Bora Bora; e Trecho 02 - Entre o Bar Bora Bora e o final da Via Litorânea dos Carneiros às margens do Rio Ariquindá. A referida unidade foi caracterizada da seguinte

forma: “Paisagem semi-rústica, de baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indício de ocupação recente, paisagens parcialmente antropizadas e médio potencial de poluição, podendo incluir orlas de interesse especial” (PIO, 2005, p. 13). Definiu-se como diretriz estratégica para a área, o estímulo aos usos compatíveis com a conservação da qualidade ambiental e com baixo potencial de impactos.

Os trechos de cada unidade foram diagnosticados e caracterizados conforme seus atributos naturais e paisagísticos, atividades sócio-econômicas e impacto ambiental dos usos da orla. Apenas um dos trechos da Unidade 3, o Trecho 02, que compreende a praia dos Carneiros, foi diagnosticado e caracterizado segundo os mencionados aspectos (Quadro 14).

**Quadro 14:** Diagnóstico/Caracterização da Unidade 3 do PIO de Tamandaré

<b>Diagnóstico do PIO de Tamandaré</b> <b>Unidade 3 - Trecho 02 - Praia dos Carneiros - Zona Hoteleira (ZH)</b> <b>Entre o Bar Bora-Bora e o final da Via Litorânea dos Carneiros às margens do rio Ariquindá</b>	
<b>Atributos naturais/paisagísticos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma extensa faixa de cordões de arenito caracteriza o segmento marítimo deste trecho que vai da sua parte oceânica até a embocadura do rio Formoso. Faixa marinha com baixa profundidade. A exceção de um remanescente de poucas árvores de mangue próximas aos recifes de arenito em frente ao Bar Bora-Bora, a paisagem principal é de praia arenosa. Já no rio Ariquindá, o ecossistema predominante é o manguezal. Chama atenção a bela paisagem que se vê na junção dos rios Ariquindá e Formoso. O trecho ainda tem uma edificação histórica que é a Igreja de São Benedito.</li> </ul>
<b>Atividades socioeconômicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Devido a atual baixa densidade de ocupação com loteamentos ainda sem muitas construções, este trecho ainda tem pouquíssimas unidades comerciais, sendo as existentes voltadas para o turismo. Outra atividade importante é a pesca.</li> </ul>
<b>Impacto ambiental dos usos da orla</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O problema de animais soltos afeta toda faixa de orla. Os impactos resultantes desta situação são: lixo espalhado, fezes, o risco de acidentes e doenças transmissíveis.</li> <li>• Registra-se a ocorrência de erosão e diminuição da faixa de praia.</li> <li>• A pesca predatória tem causado um decréscimo do número de peixes capturados, além de provocar um efeito direto na renda familiar da população que vive desta atividade.</li> <li>• A poluição dos rios Ariquindá e Formoso são também conseqüência da ocupação antrópica deste ambiente. Como em outros trechos, a fiscalização deficiente e o dejetos de esgotos doméstico e hospitalar proveniente do município de Rio Formoso também contribuem fortemente para esta situação.</li> </ul>

**Fonte:** CPRH (2005, p. 23-24). Adaptado por Fabiana Firmino, 2006.

Após a elaboração do diagnóstico/caracterização, foi realizada, no âmbito do Plano de Intervenção na Orla de Tamandaré (PIO), uma análise da situação atual, das tendências e do cenário desejado para praia dos Carneiros que, como anteriormente explicitado, foi estabelecida como Zona Hoteleira pelo ZEEC da APA de Guadalupe e Plano Diretor do Município de Tamandaré.

O desenho da situação atual e das tendências para esse espaço costeiro protegido revelam uma realidade contraditória. Enquanto as políticas ambiental e de turismo definem estratégias e ações prioritárias para o desenvolvimento sustentável do turismo na praia dos Carneiros, com o intuito de garantir a integridade da base dos recursos naturais e à qualidade de vida da população local, as tendências indicadas no PIO para a praia dos Carneiros acenam em direção oposta à sustentabilidade.

A praia dos Carneiros, conforme indica a situação atual do trecho que a compreende no PIO, é marcada pela existência de uma vegetação conservada, a qual abrange coqueiros, árvores frutíferas, resquícios de Mata Atlântica, restinga e mangue. A presença de recifes de corais próximos à faixa de areia, com a formação de piscinas naturais, torna o ambiente propício ao mergulho livre. No referido espaço, encontram-se poucos equipamentos turísticos como chalés, bangalôs e bares que apresentam um padrão mais rústico.

Não obstante, a análise situacional indica alguns problemas ambientais oriundos dos processos naturais, como a erosão marinha e do rio. Tais problemas vêm ocasionando a exposição das raízes de coqueiros e a deterioração da edificação da Capela de São Benedito e de seu entorno, este último atenuado por intervenções como contenção de concreto e com alguns troncos de coqueiros. Apresenta ainda outras questões provenientes da ação antrópica

através da circulação de embarcações turísticas motorizadas e em alta velocidade, da presença de barcos utilizados na pesca predatória e da existência de cercas, em áreas particulares, impedindo a passagem dos banhistas após a faixa de areia. Destaca a construção da Via Litorânea dos Carneiros e a abertura de possível passagem (construção da ponte) sobre o rio Ariquindá.

Sob a manta da sustentabilidade, vêm sendo engendradas intervenções para o desenvolvimento turístico da praia dos Carneiros que mascaram o processo de turistificação ao qual a praia pode estar sendo submetida. O PIO adverte para alguns problemas e questões conflitantes que podem advir do modelo pseudo-sustentável de produção do espaço turístico na praia dos Carneiros. Antevê-se o aparecimento dos seguintes problemas e questões conflitantes para o espaço em questão (CPRH, 2005):

- a) Aumento da pressão imobiliária com construção de edifícios, hotéis, casas e bares de variados pisos;
- b) Aumento do número de banhistas e de embarcações turísticas motorizadas e embarcações de grande porte circulando em alta velocidade;
- c) Circulação de carros na faixa de areia colocando em risco a vida de banhistas e produzindo poluição sonora e visual;
- d) Aumento da erosão marinha com conseqüente redução da faixa de praia;

e) Degradação do muro de arrimo que protege a Capela de São Benedito, em virtude do avanço de mar e rio até o início da igreja na maré alta;

f) Construção da Via Litorânea até a ponte sobre o rio Ariquindá, ocasionando desmatamento de restinga e mangue e o desaparecimento de peixes e caranguejos;

g) Poluição da água marinha e fluvial e degradação do ecossistema costeiro, com a redução de espécies da fauna e da flora.

No concernente ao cenário desejado para a praia dos Carneiros, no âmbito do PIO, verifica-se a sua compatibilidade com o objetivo de promoção do desenvolvimento sustentável que norteia as políticas, contudo as tendências apresentadas revelam que a efetivação do que propõe o referido cenário ainda não é uma realidade nos programas, projetos e ações já implementados ou em implementação. Almeja-se o seguinte cenário para a praia:

a) Baixo adensamento de casas respeitando o devido afastamento da linha de mar e com recuperação da restinga e do mangue;

b) Controle das poucas embarcações não motorizadas;

c) Obras de contenção e revitalização da Capela de São Benedito;

d) Ambiente preservado onde o uso e a conservação são compatíveis;

- e) Aumento da qualidade de espécies marinhas;
- f) Presença de vegetação de praia;
- g) Despoluição e do mar e do rio;
- h) Rio Ariquindá despoluído, servindo de berçário de muitas espécies de peixes;
- i) Inexistência de ponte ou via litorânea.

Após a o diagnóstico/classificação de cada unidade e respectivos trechos, o PIO detalha questões imprescindíveis à gestão integrada da zona costeira de Tamandaré através das seguintes etapas: identificação e caracterização dos problemas, atividades geradoras, efeitos/impactos a eles associados; ações e medidas para o equacionamento dos problemas; responsabilidades e atribuições dos atores institucionais e atores sociais envolvidos; duração da atividade; legislação incidente; e mecanismos de envolvimento da sociedade (Quadro 15).

A praia dos Carneiros está inserida em uma complexa dinâmica ambiental, que se relaciona a múltiplos interesses sócio-econômicos e políticos, de maneira que é necessário engendrar ações que envolvam cientistas, governantes, lideranças e moradores na defesa do equilíbrio desse espaço costeiro, advertindo e apontando soluções para os problemas vigentes.

**Quadro 15:** Trecho da Praia dos Carneiros - Caracterização dos problemas e respectivas linhas de ação, duração e responsabilidade por sua execução

Problema		Efeitos / impactos associados ao problema	Ações e medidas para equacionar o problema		Duração da atividade	Responsabilidades
1	Animais soltos	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Poluição (lixo)</li> <li>▪ Acidentes (riscos)</li> <li>▪ Constrangimento à população</li> <li>▪ Doenças</li> </ul>	1.1	Conscientização dos criadores	Permanente	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Secretaria Municipal de Infra-estrutura</b></li> <li>▪ Secretaria de Saúde (Vig. Sanitária)</li> <li>▪ Polícia Militar e Guarda Municipal</li> </ul>
			1.2	Preparo dos fiscais	Anual	
			1.3	Punição	Permanente	
			1.4	Campanha educativa	Permanente	
			1.5	Convênio com a polícia e Guarda Municipal	Permanente	
4	Invasão de área de marinha e mangue	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Poluição sanitária e visual</li> <li>▪ Degradação ambiental</li> <li>▪ Ausência de meio fio, abastecimento d'água e áreas verdes</li> </ul>	4.1	Levantamento oficial das construções irregulares	Imediato	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Secretaria de Infra-estrutura</b></li> </ul>
			4.2	Adequação das construções a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Plano Diretor	Iniciar imediatamente após a conclusão da 4.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Secretaria de Infra-estrutura</b></li> <li>▪ COMDEMA</li> <li>▪ CPRH</li> <li>▪ GRPU</li> <li>▪ IBAMA</li> <li>▪ MPF</li> </ul>
5	Fiscalização deficiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Animais soltos</li> <li>▪ Poluição Sanitária</li> <li>▪ Barracas na área de restinga</li> <li>▪ Invasão de área de marinha e mangue</li> </ul>	5.1	Reapresentação e aprovação do Código Ambiental Municipal	Até final de abril / 2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Prefeitura</b></li> <li>▪ COMDEMA (reapresentação)</li> <li>▪ Câmara dos Vereadores (aprovação)</li> </ul>
			5.2	Convocação dos fiscais aprovados no concurso municipal; contratação temporária e seleção pública	a) até final de maio / 2004; b) imediatamente após a homologação do concurso	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Prefeitura</b></li> </ul>
			5.3	Estabelecimento de convênios Prefeitura / CPRH e Prefeitura / CIPOMA	a) imediata; b) após ampliação do quadro de fiscais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Prefeitura</b></li> <li>▪ CIPOMA</li> <li>▪ CPRH</li> </ul>
			5.4	Controle Ambiental (projeto do PIM)		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Prefeitura</b></li> <li>▪ <b>PROMATA</b></li> </ul>
			5.5	Efetivação do Código Municipal de Vigilância Sanitária	a partir de maio / 2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Secretaria Municipal de Saúde</b></li> </ul>

**Quadro 15:** Trecho da ZH da Praia dos Carneiros - Caracterização dos problemas e respectivas linhas de ação, duração e responsabilidade por sua execução (Continuação)

Problema		Efeitos / impactos associados ao problema	Ações e medidas para equacionar o problema		Duração da atividade	Responsabilidades
6	Pesca predatória	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redução das espécies (quantidade e qualidade da produção)</li> <li>▪ Redução da renda familiar do pescador</li> </ul>	6.1	Fiscalização na área (Controle Ambiental – PIM)	Permanente a partir da contratação temporária	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Prefeitura</b></li> <li>▪ IBAMA</li> <li>▪ CPRH</li> <li>▪ APA Costa dos Corais</li> <li>▪ APA de Guadalupe</li> <li>▪ CEPENE</li> <li>▪ COMDEMA</li> <li>▪ Associações e Colônia dos Pescadores</li> </ul>
			6.2	Educação ambiental (projetos do PIM)	A partir de junho / 2004	
13	Erosão da linha de praia	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diminuição da faixa de areia</li> <li>▪ Destruição de construções (casas, igreja, bares)</li> </ul>	13.1	Estudo sobre o avanço do mar	Iniciar em maio / 2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Prefeitura</b></li> <li>▪ GRPU</li> </ul>
			13.2	Proteção adequada do patrimônio histórico (Igreja de São Benedito)	Imediata	
14	Poluição dos rios Arinquidá e Foroso	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Degradação ambiental</li> <li>▪ Doenças de veiculação hídrica</li> <li>▪ Inviabilização turística</li> <li>▪ Diminuição da pesca</li> </ul>	14.1	Fiscalização e aplicação das legislações vigentes	Permanente a partir da contratação temporária	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Prefeitura</b></li> <li>▪ COMDEMA</li> <li>▪ IBAMA</li> <li>▪ CPRH</li> <li>▪ Capitania</li> </ul>
			14.2	Saneamento básico	A partir da liberação dos recursos do PRODETUR II	
			14.3	Deposição do lixo de forma adequada (aterro sanitário)	Outubro / 2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Prefeitura</b></li> <li>▪ PROMATA (convênio)</li> </ul>
			14.4	Levantamento da situação junto a CPRH sobre o lançamento de resíduos domésticos e hospitalares do município de Rio Formoso no Rio Formoso.	Até 30/05/2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>COMDEMA</b></li> <li>▪ Prefeitura</li> <li>▪ CPRH</li> </ul>
			14.5	Denúncia junto ao Ministério Público no que se refere ao lixo às margens dos rios	Até uma semana após resposta do CPRH	

Fonte: CPRH (2005, p. 63-65). Adaptado por Fabiana Firmino, 2006

Apesar de já existirem diagnósticos, com caracterização das áreas urbana e rural, identificação de problemas e das possíveis soluções para equacioná-los, realizados no âmbito de instrumentos legais e institucionais para o município de Tamandaré, pode-se afirmar que o Plano de Intervenção na Orla Marítima de Tamandaré (PIO) configura uma primeira iniciativa mais detalhada de gestão integrada da zona costeira (GIZC) no município, inclusive da praia dos Carneiros, de grande utilidade ao planejamento e gestão responsável do turismo.

O PIO fornece elementos à administração pública que auxiliam na melhor compreensão do funcionamento do ecossistema costeiro, adverte sobre os problemas existentes, base de tantos conflitos, estabelece medidas e ações para evitar ou minimizar os impactos negativos já identificados e futuros oriundos dos processos naturais e das atividades humanas.

No processo de elaboração do plano, governo, sociedade, comunidade local e investidores integraram o bloco de discussões, a fim de analisarem e decidirem, conjuntamente, sobre uso e ocupação, investimentos, preservação, e conservação da zona costeira, refletindo o proposto por Vasconcelos (2005) quanto à gestão integrada dessas áreas.

Vasconcelos (2005) afirma que “a aplicação da GIZC se baseia no princípio de que é possível o consenso entre representantes de grupos diferentes, com interesses também diferentes, muitas vezes contrários (...)”. Esse é, portanto, um dos principais desafios para o desenvolvimento sustentável do turismo no município de Tamandaré, especialmente no que se refere à praia dos Carneiros, espaço costeiro que vem sendo disputado por diferentes atores, cujos interesses econômicos estão no centro das questões conflitantes apontadas neste estudo,

na medida em que a articulação e o consenso entre os representantes dos diferentes grupos, interessados em desenvolver a praia turisticamente, parece distante de se tornar realidade.

A prática sustentável do turismo em Tamandaré, particularmente na praia dos Carneiros, suscita a realização de estudos preventivos e de advertência que indiquem e disciplinem os usos sustentáveis desse ambiente costeiro.

No rol dos desafios para uma prática turística sustentável, inclui-se a necessidade de amplo envolvimento da comunidade na tomada de grandes decisões como condição *sine qua non* para a efetividade do PIO, enquanto proposta de gestão integrada da zona costeira.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, correntes filosóficas influenciaram sociedades e suas formas de representação da natureza, através do estabelecimento de paradigmas de orientação às atividades humanas. A atividade turística se insere nesse contexto, uma vez que o consumo e a produção do espaço pelo turismo estão intrinsecamente relacionados à representação da natureza para as comunidades dos lugares onde a atividade se instala.

Em diversos lugares do planeta, a orientação do desenvolvimento do turismo tem se pautado em éticas que concorrem para uma relação de hostilidade entre sociedade e natureza, pautada em paradigmas de poder e dominação, o que contribui para práticas sociais economicistas, etnocêntricas, individualistas e consumistas, prejudiciais ao equilíbrio ecológico e à qualidade de vida das populações.

Desse modo, são reproduzidos modelos pseudo-sustentáveis de desenvolvimento turístico, pautados numa proposta científicista de modernização conservadora, descrita por Guimarães (2003), que hierarquiza e relega às relações sociais ao segundo plano e na idéia de sustentabilidade enquanto campo de disputa de interesses dos diferentes atores sociais como destacou. Como resultado, acentuam-se questões conflitantes oriundas de uma visão estritamente econômica na apropriação do espaço pela atividade turística, predominante no mundo capitalista globalizado.

Os moldes da implantação do turismo na zona costeira concorrem, por vezes, para a segregação espacial e exclusão das comunidades locais, bem como para a degradação ambiental dos ecossistemas costeiros. Entende-se que, a modificação dessa realidade está associada à consolidação de uma nova ética ambiental, para a qual chamaram atenção Pelizzoli (2004) e Passmore (1995), que oriente o desenvolvimento das atividades humanas, inclusive do turismo, a partir de princípios como solidariedade, respeito, alteridade e práticas sociais ecologicamente equilibradas.

A orientação do desenvolvimento do turismo deve pautar-se em princípios de conservação ambiental, eficiência econômica, participação social e justa distribuição dos benefícios que são a base da sustentabilidade. É imprescindível, portanto, considerar práticas turísticas sustentáveis que potencializem os benefícios do turismo não apenas aos agentes envolvidos, mas principalmente aos lugares onde se instala o turismo.

O envolvimento e a participação de todos os atores sociais no planejamento, gestão e controle da atividade turística por meio de uma educação ambiental crítica é condição indispensável para caminhar pelas veredas do desenvolvimento turístico sustentável. Especialmente, no tocante às comunidades locais, vale salientar que sua preparação e conscientização para o turismo, permitirá o melhor aproveitamento dos benefícios da atividade turística e maior independência do poder público.

O desenvolvimento responsável do turismo está associado a vários itens como prestação de serviços públicos de interesse local, elaboração do Plano Diretor, estabelecimento de normas de edificações, participação de entidades que reúnam outros municípios que partilhem dos mesmos interesses, sinalização das vias urbanas, legislação sobre

assuntos de interesse local, promoção à proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural e natural, e promoção da educação, da cultura e da assistência social.

Como um sistema dinâmico, dialético e conflitante, o turismo deve considerar os limites e possibilidades para o seu desenvolvimento, de maneira que é importante identificar as características físicas, biológicas e antrópicas dos ambientes onde se implementa e, conseqüentemente, identificar o tipo de turismo mais compatível. A caracterização e a análise dos diversos ecossistemas existentes, fatores indispensáveis ao planejamento turístico, poderão subsidiar estudos de ações preventivas ou mitigadoras e de controle, voltados à manutenção do equilíbrio ecológico e à qualidade de vida das comunidades locais.

Contudo, a proposta de turismo sustentável não traduz a realidade dos acontecimentos na zona costeira, na medida em que se observa o consumo, a produção e a comercialização dos recursos naturais voltados a uma demanda mais elitizada em detrimento das comunidades locais, as quais além de não terem atendidas suas necessidades substantivas para uma vida digna, ainda são expropriadas das áreas privilegiadas que antes habitavam. Tais motivos ratificam o pensamento de Mendes *et. al.* (2002) ao asseverar que o turismo figura como a forma mais recente de conflitos nos espaços litorâneos.

Enquanto o litoral representa meio de sobrevivência para as populações que nele habitam, os agentes de desenvolvimento do turismo o vêem como forma de obtenção de lucros. O reordenamento espaço-funcional imposto pelo turismo, retira comunidades e atividades tradicionais da faixa litorânea para atender aos fluxos turísticos através da oferta de funções como hospedagem e lazer.

O uso indiscriminado e a ocupação desordenada dos espaços litorâneos pelas atividades humanas e, no caso estudado, pelo turismo, configuram um ambiente de contrastes sociais e conflitos. A intensificação da demanda turística na zona costeira, combinada à ausência ou carência de planejamento, gestão e controle do turismo, ameaça o equilíbrio ecológico dessas áreas em virtude de sua fragilidade e vulnerabilidade.

No Brasil, notadamente na região Nordeste, os contrastes observados na zona costeira vão desde suas condições climáticas até contradições sócio-econômicas e culturais. A dinâmica do turismo nos espaços costeiros causa modificações no ambiente natural e no dia-a-dia das comunidades locais nem sempre positivas.

Pode-se dizer que o município de Tamandaré retrata bem essa realidade, na medida em que esse espaço turístico costeiro vem sendo produzido e consumido por uma demanda massificada. Em consequência disso, identificam-se graves repercussões sociais, econômicas e ambientais que envolvem: problemas de uso da água, intensificados pela perfuração excessiva de poços nas casas de veraneio, condomínios e privês, e estruturas de acomodação em geral; território completamente loteado; processos erosivos na zona costeira; desemprego e precarização do trabalho; devastação e poluição da vegetação costeira (manguezais e restingas); enfim, uma degradação ambiental de ordens diversas.

A expansão acelerada do veraneio, com a segunda residência, levou a uma intensa comercialização dos recursos naturais. O adensamento das construções, sobretudo nas praias de Tamandaré e de Campas, constitui questões conflitantes de uso da terra, de uso da água (perfuração de poços), ausência de saneamento. O fato de estar contemplado em projetos para

o desenvolvimento do turismo no litoral sul de Pernambuco, associado à sua disponibilidade territorial, tem submetido várias áreas do município a uma forte especulação imobiliária.

De modo geral, como ocorre em tantos outros locais, o desenvolvimento do turismo em Tamandaré é marcado pela ocupação desordenada e pelo consumo indiscriminado dos recursos naturais. No caso estudado, isto se deve, em grande medida, à insipiência de planejamento e administração adequados da atividade turística, o que compromete o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida da população, objetivos explicitados nas políticas ambientais e de turismo para o município, que não se concretizam na realidade observada.

No período da alta estação, mais especificamente de dezembro a fevereiro, há um aumento significativo da população em Tamandaré, ocasionando uma série de problemas ambientais, sobretudo em virtude da falta de infra-estrutura básica. A ausência de estatísticas quanto ao fluxo turístico no município não permite fornecer dados exatos quanto à população flutuante (turistas, visitantes e veranistas), mas, pode-se afirmar, segundo informações obtidas através das pessoas que vivem, freqüentam ou veraneiam no local, que a população de aproximadamente 18.000 habitantes pode duplicar e, até mesmo, quadruplicar.

Ressalta-se, ainda, que o turismo de sol e mar, massificado, orientado por paradigmas individualistas e de acumulação de capital, não promove benefícios significativos à população ou justa distribuição dos benefícios. Na medida em que, no município de Tamandaré, como em diversas destinações costeiras nordestinas, grande parte dos postos de trabalho no setor turístico é afetada pela sazonalidade da atividade, possuindo caráter informal e temporário, além das más condições de trabalho e carência de proteção social. A renda advinda do turismo restringe-se às atividades desenvolvidas durante três meses do ano que

caracterizam a alta estação (dezembro, janeiro e fevereiro). Nos demais meses, a subsistência provém do retorno a atividades diversas, como agricultura e pesca tradicionais, isto quando não resulta no desemprego.

Esse cenário que concorre à degradação ambiental e, conseqüentemente, afeta negativamente a qualidade de vida da população local, construiu-se em meio à coexistência de planos, políticas, projetos e programas ambientais e de desenvolvimento do turismo, sobretudo, nas esferas governamentais federal e estadual, direcionados para o município de Tamandaré e região na qual está inserido, Zona da Mata Sul de Pernambuco.

É notória e merece destaque a coexistência de políticas ambientais e de turismo para o município de Tamandaré, principalmente no tocante aos objetivos que trazem em seu bojo: conservar a diversidade biológica, melhorar a qualidade de vida e coadunar os usos e ocupações do município com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Diante de tantos instrumentos voltados à conservação da natureza, à melhoria da qualidade de vida, promoção do turismo sustentável e direcionamento de investimentos para infra-estrutura básica e turística, poder-se-ia pensar que o cenário para o desenvolvimento sustentável do turismo no município de Tamandaré é dos mais favoráveis.

Entretanto, como em diversos destinos turísticos costeiros do Nordeste brasileiro, a coexistência de políticas ambientais e de turismo no município de Tamandaré está distante de ser sinônimo de uma efetiva preocupação com a sustentabilidade local, uma vez que as ações previstas se perdem muitas vezes no campo do discurso e não se concretizam. Ao invés de se configurarem como um aspecto convergente ao desenvolvimento sustentável do turismo, as

referidas políticas apontam para os desafios de equacionar questões conflitantes provenientes do desenvolvimento turístico da praia dos Carneiros, bem como compatibilizar a gestão dessa área com os seus objetivos de uso e ocupação sustentável definidos no âmbito das políticas.

Na praia dos Carneiros, os desafios para o equacionamento das questões conflitantes do desenvolvimento do turismo e para a prática do turismo sustentável, referem-se, fundamentalmente, ao efetivo planejamento e gestão integrados do turismo nesse ambiente costeiro, a fim de que não se reproduzam formas de uso e ocupação alheios à sustentabilidade ambiental e à população local. Essa é uma realidade que se reproduz no município de Tamandaré, em geral, como em tantos outros destinos turísticos litorâneos, apesar dos diagnósticos ambientais realizados desenharem o cenário presente e futuro, apontando problemas e possíveis soluções para o seu equacionamento, inclusive definindo as prioridades em curto, médio e longo prazos.

As políticas, os programas, os planos e os projetos existentes (planejamento) se tornam ações isoladas que não se efetivam na prática (gestão), na medida em que se verifica um baixo nível de organização e de articulação da sociedade civil e, no âmbito dos conselhos, precariedade no trato dos problemas sociais existentes. Tais fatores, configuram algumas das principais dificuldades vivenciadas pelo município de Tamandaré.

No tocante à praia dos Carneiros, é premente refletir sobre a forma de consumo e produção desse espaço costeiro pelo turismo. A praia está inserida em unidades de conservação (UCs), as quais são dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, considerados importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Assim, faz-se necessário planejar, gerir e controlar as atividades produtivas, que se

assentam sobre esse espaço costeiro, de forma participativa e integrada, notadamente no que tange ao desenvolvimento do turismo na referida praia.

O cenário observado no município de Tamandaré e, em particular, na praia dos Carneiros, demonstra que o planejamento e, principalmente, a gestão do turismo apontam em direção diferente da indicada na teoria, visto que na prática o desenvolvimento da atividade não é orientado pelos paradigmas de conservação ambiental, justiça social, eficiência econômica e participação conforme propõem as políticas para o município.

É certo que existe uma dificuldade de conciliar todos os objetivos que a sustentabilidade da atividade turística envolve, principalmente em se tratando de um município marcado, ao longo dos anos, por uma cultura tradicional e que, a partir de um dado momento, precisou se adaptar a uma nova realidade, inserindo-se na dinâmica do setor de serviços.

No entanto, fica evidente que o caminho trilhado pela prática turística na praia dos Carneiros indica a sobreposição dos aspectos econômicos aos demais fatores que devem ser considerados para o seu desenvolvimento turístico sustentável, o que ocasiona o comprometimento da integridade, e até a extinção, da base dos recursos naturais sobre os quais o turismo se assenta e dos quais se utiliza.

Diante disso, considera-se de extrema necessidade pensar o tipo de turismo mais adequado a ser desenvolvido na praia dos Carneiros. O planejamento e a gestão do turismo na praia dos Carneiros requerem especial atenção aos fatores ambientais que impõe limites à população que a praia pode acomodar. Ultrapassar esses limites significa comprometer a

qualidade do meio ambiente. Nesse sentido, é indispensável buscar alternativas à proposta de desenvolvimento do turismo que vem sendo assinalada, posto que concorre à degradação dos ecossistemas e não implica benefícios significativos à população local.

É imprescindível e urgente, tanto no planejamento quanto na gestão da atividade turística no espaço pesquisado, a compreensão de que, antes de se configurarem como matéria-prima para o turismo, a natureza e a paisagem integram o cotidiano das populações. Desse modo, a incorporação das vozes locais ao planejamento e à gestão do turismo é condição indispensável ao desenvolvimento sustentável da atividade.

Há que se adotar em Tamandaré uma gestão integrada e participativa do turismo na zona costeira, de modo a envolver gestores municipais, investidores, empreendedores, comunidades locais, organizações não-governamentais e demais representações sociais no equacionamento das questões conflitantes evidenciadas.

As normas jurídicas relativas ao ordenamento territorial e do espaço turístico, ao meio ambiente e à proteção do patrimônio histórico-cultural configuram-se como alguns dispositivos legais que deveriam nortear a formulação de políticas, planos e programas de desenvolvimento turístico, de modo que o turismo possa contribuir com a promoção do desenvolvimento local sustentável.

Além disso, na perspectiva da administração responsável do turismo, sugere-se a realização de um estudo de capacidade de carga turístico-recreativa na praia dos Carneiros como uma ação prévia e condição indispensável à avaliação e aprovação de futuros projetos na área, a fim de conhecer seus limites de uso e, conseqüentemente, evitar a sobrecarga desse

espaço seja pelo assentamento de infra-estrutura turística seja pelo excesso do número de visitantes.

Outra medida importante a ser considerada no âmbito do planejamento e gestão do turismo na praia dos Carneiros, refere-se à adoção de práticas críticas de educação ambiental, numa perspectiva política e pedagógica, que confira a mesma dimensão aos problemas sociais, de produção e ambientais evidenciados em várias regiões.

É premente imprimir mudanças na orientação do desenvolvimento do turismo nos diversos destinos, a fim de potencializar os benefícios da atividade aos lugares e às pessoas e minimizar os impactos sócio-ambientais e econômicos negativos. Nesse processo de mudanças, é imprescindível considerar o efetivo envolvimento e participação de todos os atores sociais no planejamento, gestão e controle da atividade turística, fazendo dos problemas e conflitos ambientais, oriundos da apropriação do espaço pelo turismo, prática do conteúdo pedagógico de uma educação ambiental crítica. A adoção de práticas críticas de educação ambiental, numa perspectiva política e pedagógica, deve conferir a mesma dimensão aos problemas sociais, de produção e ambientais evidenciados em várias regiões.

Acredita-se, portanto, que tais medidas poderão contribuir para o estreitamento dos laços entre o planejamento e a gestão do turismo na praia dos Carneiros, o que significa concretizar os objetivos de manutenção do equilíbrio ecológico e promoção da vida digna e de qualidade à população local e do entorno, de modo a trilhar o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável da atividade turística no espaço costeiro analisado.

## REFERÊNCIAS

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do turismo: planejamento e direção** / Miguel Ángel Acerenza; Tradução Graciela Rabuske. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (CPRH). **Diagnóstico sócio-ambiental APA de Guadalupe**. Recife: CPRH, 1998. 111 p.  
\_\_\_\_\_. **Plano de Intervenção na Orla de Tamandaré**. Recife: CPRH, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a questão agrária**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

BANCO DO NORDESTE. **PRODETUR/NE II – Pólos de Turismo**. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/gerados/prodetur\\_polos\\_pernambuco.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/gerados/prodetur_polos_pernambuco.asp)> Acesso em: 30 de jul de 2006.

\_\_\_\_\_. **PRODETUR/NE II – Apresentação**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp?idTR=prodetur>> Acesso em: 30 de jul de 2006.

\_\_\_\_\_. **Manual de Impactos Ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas** / Banco do Nordeste; equipe de elaboração Marilza do Carmo de Oliveira Dias (coordenadora), Mauri César Barbosa Pereira, Pedro Luiz Fuentes Dias, Jair Fernandes Virgílio. – Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999. 297 p.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Análise Regional e Destinações Turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo**. Turismo Visão e Ação. Ano 4, n.11. Itajaí: Univali, 2002. p. 09-32.

\_\_\_\_\_. **Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife: Universitária da UFPE, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 7. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BERTRAND, Frédéric. **As relações homem-natureza no quadro dos litorais atlânticos**. In: RA'É GA. O espaço geográfico em análise. Curitiba, PR: Departamento de Geografia/UFPR. (Revista da UFPR; n. 95). v. 4, n. 4, 2000.

BOFF, Leonardo. **A Carta da Terra**: uma promessa. In: ALAI, América Latina en Movimiento, 04 de nov de 2005. Disponível em: <<http://alainet.org/docs/9662.html>>. Acesso em: 04 de mai de 2006.

\_\_\_\_\_. **Saber cuidar**: ética do humano, compaixão pela terra. 10. ed. Petropolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988 / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 35. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva: 2005. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Brasília, DF: Embratur, 1994.

CONSÓRCIO DIAGONAL / GTZ. **Diagnóstico participativo**: município de Tamandaré. Recife: PROMATA, 2003. 97 p.

CICARÉ, Adriana C.; MUSSIO, Verônica. **La Faceta Médioambiental en el Proceso de Integración Económica**. In: Política Hoje – Revista Anual do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, nº 13. 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (organizadora). **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002. (Coleção Turismo).

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil**. In: LEMOS, Amália Inês G. de (org). Turismo: Impactos Socioambientais. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 1999. pp. 263-272.

\_\_\_\_\_. **O Nordeste que o turismo (ta) não vê**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo, Modernidade, Globalização. São Paulo: HUCITEC. 1997. p. 210-218.

DUARTE, LÍlian Cristina Burlamaqui. **Política Externa e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO (EMPETUR). **Inventário do Potencial Turístico de Pernambuco**. 1998.

ERA uma vez Carneiros. **Jornal do Commercio**, Recife, 13 de jan de 2005. Turismo & Lazer, p. 1.

FARIAS, Fabiana Santos de; GOMES, Edvânia Torres Aguiar (Orientadora); ARAÚJO, Tereza Cristina Medeiros de (Co-orientador). **Tamandaré: a dinâmica de suas praias frente às novas tribos repovoadoras do século XX**. Dissertação. Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco – PE, 2003.

FIRMINO, Fabiana dos Santos, LIMA, Clarisse Vasconcelos Fraga de Melo, SOUZA, Luís Henrique, CROCIA, Nilson Cortez. **Desenvolvimento de Resorts Costeiros: Uma Análise da Produção do Espaço do Município de Tibau do Sul (Rn)**. In: VIII Encontro Nacional De Turismo Com Base Local – ENTBL, 2004, Curitiba.

GARRIDO, Carlos Miguez. Fortificações do Brasil. **Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

GUIMARÃES, Mauro. **Sustentabilidade e Educação Ambiental**. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (organizadores). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 81-105.

GUIA TAMANDARÉ. **As igrejas**. Disponível em:  
<<http://www.guiatamandare.com.br/igrejas.php>> Acesso em: 11 jun. 2006.

HAULOT, Arthur. **Turismo Social**. 3. ed. México: Ed. Trilhas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro. 2000.

\_\_\_\_\_. Produção da Pecuária Municipal. 2003.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PERNAMBUCO (CONDEPE/FIDEM).

**Mesorregião da Mata Pernambucana**: Microrregiões da Mata Setentrional, da Mata Meridional e Vitória de Santo Antão. Monografia Mesorregional / Instituto de Planejamento de Pernambuco. Recife: CONDEPE, 2001. 120 p.

\_\_\_\_\_. **Rio Formoso**. Recife: CONDEPE, 1992 (Monografias Municipais)

\_\_\_\_\_. **Região de Desenvolvimento Mata Sul**: Perfil Regional. Disponível em:

<[http://www.condepefidem.pe.gov.br/regiao\\_desenvolvimento/mata\\_sul/perfil.asp](http://www.condepefidem.pe.gov.br/regiao_desenvolvimento/mata_sul/perfil.asp)> Acesso em: 15 jul. 2006.

\_\_\_\_\_. **Região de Desenvolvimento Mata Sul**: Perfil Regional. Disponível em: <[http://www.condepefidem.pe.gov.br/regiao\\_desenvolvimento/mata\\_sul/indice.asp](http://www.condepefidem.pe.gov.br/regiao_desenvolvimento/mata_sul/indice.asp)> Acesso em: 15 jul. 2006.

INSTITUTO DE ESTUDOS PRÓ CIDADANIA (PRÓ-CITTÀ). **Plano Diretor de Tamandaré**. 2001

IRVING, Marta de Azevedo; BURSZTYN, Ivan; SANCHO, Altair; MELO, Gustavo de M. **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico.** Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, 18 ed., dez. 2005. Disponível em: <[http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/18/cvt18\\_01.htm](http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/18/cvt18_01.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2006.

IRVING, Marta; AZEVEDO, Julia (Org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade.** São Paulo: Futura, 2002. 219 p.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 3. ed. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MACEDO, Silvio S.; PELLEGRINO, Paulo Renato M. **Do éden à cidade: transformação da paisagem litorânea brasileira.** In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da. (org). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 2. ed. Editora Hucitec. São Paulo. 1999. p. 156-160.

MACIEL, J.A. **Questões de toponímia municipal pernambucana.** Recife: Centro de Estudos de Histórica Municipal/FIAM, 1984.

MARCELINO, Ana Maria Teixeira. **O turismo e sua influência na ocupação do espaço litorâneo.** In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec. 1996. p. 177-183.

MENDES, Eluziane Gonzaga; LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **Os embates da reestruturação do espaço litorâneo cearense pelo turismo.** In: MERCATOR – Ano 1, n.1 (jan / jul 2002). Fortaleza: UFC, 2002. Ano 3, n. 6 (ago / dez 2004). pp. 43-52.

MURTA, Stela Maris; ALB ANO, Celina. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, Território Brasílis, 2002.

PASSMORE, John. **Atitudes frente à natureza.** In: PETERS, R. S..*Nature and Conduct.* Royal Institute of Philosophy Lectures. Vol. VIII, 1973-1974. London: McMillan, 1975. p.251-264. Tradução de Christine Rufino-Dabat, revisão Edvânia Tôrres Aguiar Gomes (com autorização do Royal Institute of Philosophy Lectures, 1995).

PEARCE, Douglas. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado e viagens.** São Paulo: Aleph. 2003.

PELIZZOLI, Marcelo L. **Correntes da Ética Ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PNUD. Adaptado do *Ranking* do IDH dos Municípios do Brasil. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>> Acesso em: 04 jun. 2006.

PRAIA mantém acesso restrito. **Jornal do Commercio**, Recife, 13 de jan de 2005. Turismo & Lazer, p. 2.

PRAIA dos Carneiros terá Resort de R\$ 70 Mi. **Jornal do Commercio**, 26 de jan de 2006, Classificados, Imóveis, p. 2.

PROJETO RECIFES COSTEIROS. **Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.recifescosteiros.org.br/condema.htm>. Acesso em: 15 mar. 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins; BARROS, Flávia Lessa de. **A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo**. In: SERRANO, Célia Maria Toledo; BRUHNS, Heloísa Turini (organizadoras). *Viagens à natureza*. 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Turismo). pp. 27-42.

ROSE, Alexandre Turatti. **Turismo, Planejamento e Marketing**. São Paulo: Manole, 2002.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 8. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TURISMO E ESPORTE (SEDETE) E TC/BR TECNOLOGIA E CONSULTORIA BRASILEIRA S/A. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa dos Arrecifes**. Governo do Estado de Pernambuco, 2002.

SELVA, Vanice Santiago Fragoso. **Notas sobre o turismo e a redefinição espacial do litoral da região Nordeste do Brasil**. In: Revista de Geografia. UFPE/DCG-NAPA. Recife, 1999. Semestral. pp.117-128.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRANO, Célia Maria Toledo; BRUHNS, Heloísa Turini (organizadoras). **Viagens à natureza**. 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Turismo).

**SNUC**: Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Caderno Nº 18. Série Conservação e Áreas Protegidas. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CRBMA, 2000.

STANSFIELD, Charles A. **The development of modern seaside resort**. In: Parks and Recreation. 1970. 5 (10): 14-17 and 43-46.

TAMANDARÉ terá US\$ 22 milhões. **Jornal do Commercio**, 26 de abr de 2006, Economia, p. 5.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e Política Internacional**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi; NETTO, Alexandre Panosso. Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade. São Paulo: Aleph, 2003. Série Turismo. pp. 15-56.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Gestão integrada da zona costeira**: ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral. Fortaleza: Premium, 2005.

Vitae Civilis e WWF-Brasil. **Sociedade e ecoturismo**: na trilha do desenvolvimento sustentável. Como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica. São Paulo: Peirópolis, 2003.

WWF BRASIL. **Turismo Responsável**: Manual para Políticas Públicas. [Org. Sérgio Salvati]. Brasília, DF: WWF Brasil, 2004. 220 p.

WIKIPEDIA. **Forte de Santo Inácio**. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte\\_Santo\\_In%C3%A1cio\\_de\\_Loyola](http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_Santo_In%C3%A1cio_de_Loyola)> Acesso em: 11 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Forte de Santo Inácio**. Disponível em:

<<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/7/78/ForteStoInacio.jpg>> Acesso em: 11 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Igreja de São José de Botas**. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja\\_de\\_S%C3%A3o\\_Jos%C3%A9\\_de\\_Botas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_de_S%C3%A3o_Jos%C3%A9_de_Botas)> Acesso em: 11 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Igreja de São José de Botas** <<http://www.costadoscorais.tur.br/Br07iMn8.html>>